

RODRIGO CZAJKA

Páginas de Resistência
Intelectuais e cultura na Revista Civilização Brasileira

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Dr. Marcelo Ridenti.

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 24/02/2005.

BANCA

Prof. Dr. Marcelo Ridenti

Prof. Dr. Fernando Lourenço

Prof. Dr. Marcos Napolitano

**Fevereiro
2005**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA CENTRAL DA UNICAMP

C989p	<i>Czajka, Rodrigo.</i> Páginas de resistência: intelectuais e cultura na Revista Civilização Brasileira / Rodrigo Czajka. – Campinas, SP : [s.n.], 2005. Orientador: Marcelo Siqueira Ridenti. Tese (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 1. Revista Civilização Brasileira. 2. Intelectuais. 3. Cultura e política – Brasil. 4. Brasil – Civilização. I.Ridenti, Marcelo Siqueira, 1959- II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.
-------	--

Palavras -chave em inglês (Keywords): Intellectuals.

Politics and culture – Brazil.

Brazil – Civilization.

Área de concentração: Sociologia da cultura.

Título: Mestre em sociologia da cultura.

Banca examinadora: Marcelo Siqueira Ridenti, Fernando Lourenço, Marcos Francisco Napolitano De Eugênio.

Data da defesa: 24/02/2005.

Resumo

Em meio às transformações políticas e culturais, à mudança estrutural decorrente das novas possibilidades de se conceber a produção cultural e a sua incipiência a partir de um mercado de bens culturais – concomitantemente à atividade política exercida, sobretudo, pelas forças de oposição ao regime militar – a década de 1960 representa um momento particular no entrecruzamento dessas questões. Assim, cultura e política não se distinguem quando assumidas como pressupostos de uma esfera pública ou de um espaço de debates sobre os inúmeros projetos nacionais. E como elemento representativo dessas preocupações, a Revista Civilização Brasileira (1965-1968) aparece como um momento importante na afirmação desse espaço, proporcionando um grande número de discussões acerca da literatura, do teatro, do cinema, das artes plásticas e da música produzidos no Brasil. Nesse sentido, tratou-se da produção cultural não apenas pela sua representatividade estética e artística, mas da vinculação da cultura à atividade política e à sua capacidade real de interferência nas estruturas de produção e recepção social de bens culturais. A Revista Civilização Brasileira representa, com seu grupo de colaboradores – entre eles, escritores, jornalistas, cientistas sociais e músicos – este espaço importante a partir do qual se reviram teorias e reformularam-se ideologias que orientaram essa nova condição. Mais que uma revista de idéias, a Revista Civilização Brasileira propiciou debates entre intelectuais e artistas acerca de projetos políticos-culturais e, em nome disso, fez frente ao regime militar e aos seus mecanismos de censura ideológica.

Abstract

In way to the transformations cultural and politics, the decurrent structural change them new possibilities for conceiving the cultural production and the activity politics, the 1960's represents a particular moment in the intercrossing of these two perspectives. So, culture and politics aren't distinguished when placed as estimated from a public sphere or a space of debates on the routes of the national life. And as key element of these concerns, the Revista Civilização Brasileira (1965-1968) appears us as an important moment in the affirmation of this space, keeping a series of quarrels concerning literature, the theater, the cinema, the plastic arts and music. Soon, not representative only aesthetic a cultural production innocuous and artisticly, but an entailed culture to the activity politics and its capacity of social interference. In this way, the Revista Civilização Brasileira represents with its group of collaborators – between them, social scientists, writers, journalists, scientists and musicians – an important and historical representative space for the culture and the politics thought about that period. More than a magazine of ideas, the Revista Civilização Brasileira propitiated debates between intellectuals and artists concerning politician-cultural projects e, in name of this, made front to the military regimen and its mechanisms of ideological censorship.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, meus agradecimentos dirigem-se ao professor Marcelo Ridenti e à sua orientação que contribuiu para essa etapa de pesquisa ora concluída.

Também ao amigo Acir da Cruz Camargo, quem primeiro colocou um exemplar da Revista Civilização Brasileira em minhas mãos; a Marcos Napolitano, amigo e “tutor”, que me indicou os caminhos da pesquisa – ainda que sem saber.

Aos professores Renato Ortiz e Josué Pereira, do Departamento de Sociologia da Unicamp. A ambos agradeço pelas inúmeras contribuições e pela sugestão de rotas, tanto nas salas de aula como nas conversas informais pelos Cafés.

A Antônio de Pádua de Lima Brito, Maria Cláudia Badan Ribeiro e Lenir Viscovini, agradeço pela caminhada conjunta nestes dois anos. Companheiros de viagem com rumos distintos que, de quando em quando, ainda hão de se cruzar.

Ao amigo Luiz Renato Vieira que, do planalto central, gentilmente forneceu-me material precioso e com quem obtive informações importantes e valiosas sobre a “Civilização Brasileira”.

Não poderia esquecer de Mário Martins e Izabel Maia, grandes amigos e excelentes profissionais a serviço do Arquivo Edgar Leuenroth na Universidade Estadual de Campinas (AEL/Unicamp). Agradeço pela paciência e gentileza com que fui auxiliado na consulta aos documentos depositados no arquivo. Também a Christina Faccioni, pela atenção despendida no esclarecimento dos tratos burocráticos junto à Secretaria de Pós-Graduação.

E, em especial, ao CNPq pelo apoio financeiro na forma de concessão de bolsa durante os anos em que me dediquei à pesquisa.

A Miliandre e à cumplicidade
destes anos em comum
afeto e razão.

A Civilização Brasileira aparece, naquela fase, como quartel-general da resistência à ditadura, no meio intelectual, da luta em defesa da cultura e da liberdade.

(Nelson Werneck Sodré, 1994, p. 73)

SUMÁRIO

1. Introdução	08
2. Capítulo I – O delito de opinião ou a reinvenção da cultura	18
1.1 – As instituições desagregadas	19
1.2 – O Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI)	29
3. Capítulo II – “A hora dos intelectuais”: cultura e política em tempos de golpe ...	41
1.1 – A cultura de esquerda e o desenho das rotas	42
1.2 – Espaço público e legitimidade ideológica	57
4. Capítulo III – A Revista Civilização Brasileira: mercado e reflexão	66
1.1 – A RCB e a formação da hegemonia cultural de esquerda	67
1.2 – Hegemonia, resistência e espaço público	78
5. Capítulo IV – A cultura entre o terrorismo e a resistência	88
1.1 – O terror cultural	89
1.2 – As epístolas ao Marechal	99
6. Considerações Finais	105
7. Anexos	108
8. Referências bibliográficas	124

INTRODUÇÃO

Comumente o período de quatro anos, que compreende o golpe militar de 1964 e a edição do Ato Institucional n. 5 em 1968, é tomado como referência da intensa movimentação política e cultural pela qual passou a sociedade brasileira. À medida que o regime procurava estabelecer novas diretrizes político-jurídicas através de inúmeros decretos presidenciais, atos complementares e institucionais, reestruturavam-se também as forças de oposição ao governo golpista – seja através da política, seja através da cultura. O desenvolvimento de novas formas de oposição e a reestruturação dos valores e condições sob as quais elas eram exercidas, fomentou nesses primeiros anos de ditadura militar no Brasil, um imenso e complexo movimento de esquerda que mais tarde se desdobrou em importantes e decisivos fatores no processo de estruturação da democracia no país.

O sintomático processo de mudança da cultura e da sua participação e intervenção na arena política é um dado interessante a ser observado nesse contexto, até como forma de compreender a articulação das esquerdas durante o regime militar e, sobretudo em que espaços essa articulação se deu por realizada. Nesse sentido, ainda que a abertura de novos espaços de resistência ou fechamento de outros se determinem, num primeiro momento, pelo grau de ação e interferência dos militares, é também necessário compreender o movimento interno destes espaços e investigar sua lógica de funcionamento e como possibilitaram a reestruturação do grande e complexo movimento de oposição ao regime militar.

Por isso, as discussões em torno do problema da cultura podem revelar, muitas vezes, a estrutura e a organização particular das esquerdas e das suas entidades representativas – desvelando aspectos constituintes da chamada “resistência cultural” ao regime militar. A resistência cultural tem uma importância histórica no desenvolvimento de um estágio da cultura brasileira, condicionada, sobretudo, pela forma como as diversas produções artísticas desse período assimilaram um projeto de resistência política no campo da cultura. E ainda que a expressão seja forçosamente relacionada a um contexto politicamente repressivo, e determinada pelo reflexo da repressão política e cultural sobre as produções artísticas e intelectuais, ela não se restringe cômoda e unicamente a esta condição. Ora, as produções artísticas e culturais resultantes ou originárias da “resistência cultural” pressupõem a

consideração de outros conceitos mais complexos relacionados à própria formação de uma arte nacional e de uma identidade nacional legitimadora dessas produções.

Deve-se lembrar que havia, desde meados da década de 1950, um grande contingente grande de artistas tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo preocupados em produzir uma arte politicamente comprometida com a realidade brasileira. Exemplos mais visíveis, o teatro e o cinema são protagonistas de uma arte engajada que procurava realizar estética e socialmente uma produção “autenticamente brasileira”. A título de exemplo, entre muitos outros, encontram-se a peça de teatro *Eles não usam black-tie* (1958), de Gianfrancesco Guarnieri e a película *Rio 40 graus* (1955), de Nelson Pereira dos Santos que faziam uso de novos elementos temáticos e estéticos a partir da ampla produção artística brasileira. Dessa forma, o problema da cultura e dos seus conceitos correspondentes e usuais como nacionalismo, nacional-popular, cultura popular, identidade nacional, entre outros, aos poucos, tornaram-se questões centrais no processo de produção de artistas e intelectuais¹.

E se antes do golpe de 1964 a esfera da cultura fornecia subsídios essenciais para essa discussão entre artistas e intelectuais, com a instauração do regime militar a cultura paulatinamente adquire novos contornos e uma legitimidade política capaz de dotá-la de um caráter reestruturador das ideologias desagregadas pelo novo regime. Em outras palavras, a importância atribuída na época à questão da cultura esteve na sua propriedade em articular o debate e as discussões não mais a partir de uma concepção na qual se centravam as antigas instituições políticas desarticuladas pelo golpe de abril de 1964, mas a partir das condições heterogêneas por meio das quais se começava a exercer oposição à ditadura.

É nesse contexto de transformações e de organização da esfera da cultura e das produções culturais entre 1964 e 1968 que a Revista Civilização Brasileira (RCB) aparece como um instrumento importante, e no qual se podem identificar os elementos dessa esfera cultural em desarranjo. A RCB surge com seu primeiro número em março de 1965, exato um ano após o golpe militar, e durante toda sua existência jamais sofreu qualquer espécie de intervenção editorial ou mesmo repreensão por parte dos órgãos censores do governo militar. No entanto, é conhecida a sua orientação ideológica e partidária – seu editor, Ênio Silveira, tornara-se membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em meados de 1960 – assim como o alcance e

¹ RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da Tv*. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 65-139.

a receptividade que a revista conquistou já com seu número inaugural². Houve, contudo, a partir de 1965, a abertura de Inquéritos Policiais-Militares (IPMs) contra determinados colaboradores da RCB, mas com o fim único de investigar “ações subversivas” destes enquanto membros de reconhecidas entidades de esquerda, como foi o caso do historiador Nelson Werneck Sodré, do filósofo Roland Corbisier, do teatrólogo Dias Gomes e do próprio Ênio Silveira.

Este periódico da Editora Civilização Brasileira favoreceu a criação de um espaço no qual pôde ser rearticulada parte desse contingente então desagregado, sem uma referência institucional direta, já que suas respectivas entidades ou tinham sido postas na ilegalidade ou mesmo destruídas pelos militares. A RCB teve grande importância na rearticulação de diversas correntes intelectuais atuantes do pré-64, dispostas também a fazer frente ao regime golpista. Assim procedeu, por exemplo, com professores e cientistas de inúmeras universidades brasileiras, perseguidos ou exonerados e que, em meados de 1964, sofreram as consequências da chamada “operação limpeza”, promovida pelo governo com a justificativa de moralizar os serviços públicos federal e estadual³. Aliás, antes mesmo das intervenções sobre as universidades, outras entidades como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) foram extintas por decreto presidencial, desagregando todo um conjunto de projetos políticos e culturais concebidos no interior desses setores.

Esse espaço, ainda que representado através de um produto editorial no formato revista, contribuiu, num primeiro momento, não somente para assunção das ideologias decompostas pelo regime militar em 1964, mas para o fortalecimento de uma oposição ao regime instituído pelo golpe, tomando como base o diálogo e o debate em torno dos seus respectivos projetos políticos e culturais. Entretanto, a reformulação dos projetos políticos das esquerdas nesse processo de transformações estruturais da sociedade brasileira, deu-se no mesmo momento em que a intervenção das oposições no campo da política fragmentava-se e

² Conforme nota da Direção publicada no n. 2 da RCB, na qual se demonstra o “júbilo pela extraordinária acolhida que teve a nossa Revista em todo o Brasil. Em apenas 25 dias esgotou-se a tiragem de 10.000 exemplares que fizemos”. NOTA. *Revista Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 03, maio 1965.

³ As prisões de professores, a invasão de universidades por militares, a violência contra funcionários públicos em todo o país foram sistematicamente denunciadas pelo periódico carioca *Correio da Manhã*. A atenção dada a esse problema foi tanta que repercutiu na imprensa estrangeira; o assunto foi destaque no jornal *Le Monde Diplomatique*. (O *Correio da Manhã*, do dia 14 de agosto de 1964, por exemplo, traz matéria de capa noticiando: “Terror cultural é denunciado em Paris”). O “terrorismo cultural” (expressão emprestada do título de um artigo de Alceu Amoroso Lima, publicado em julho de 1964, que então procurava definir a forma pelas quais as ações repressivas militares sobre as esferas de atividades culturais e intelectuais eram exercidas) foi amplamente difundido em inúmeros jornais do período, sobretudo, no *Correio da Manhã*.

decrecia na mesma intensidade em que eram subtraídos os espaços de articulação de suas forças⁴. Por conseguinte, as instituições que anteriormente representavam essas forças ou eram perseguidas, ameaçadas ou proibidas pelo fato de compactuarem com “ações subversivas” e com a “comunização” do Brasil. De certo modo, e num primeiro momento da análise, este mosaico político e ideológico colocado pelas novas condições de arranjo das esquerdas em oposição ao regime militar, explique ou pelo menos confirme o caráter eclético da revista, confirmado pela variedade de temas fixados previamente pelo seu conselho de redação: entre eles, política internacional, política nacional, economia, literatura, cinema, teatro, artes plásticas, música, problemas culturais e filosóficos, além de ciência e tecnologia. Aliás, a linha editorial adotada pela RCB era na ocasião, segundo Ênio Silveira, própria de um veículo em que estudos e pesquisas da realidade nacional seriam divulgados; pretendia ser, antes de qualquer coisa, um amplo e dinâmico fórum de debates⁵.

E de certa forma a RCB logrou este fórum no momento em que conseguiu articular diversas tendências ideológicas no decorrer da publicação de seus vinte e dois números, entre março de 1965 e dezembro de 1968. Considerando o arranjo e a formação heterogênea das esquerdas desde o início da década de 1960 – marcada por intensos debates sobre os rumos políticos e econômicos do país, sobre as condições sociais e históricas da revolução socialista no Brasil, pelas revisões empreendidas sobre o socialismo soviético a partir do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) em 1956, pela importância crescente dada aos marxistas não-ortodoxos na proposição do chamado marxismo ocidental, pelo impacto da Revolução Cubana na vida política do país, pelas reformas de base encampadas por João Goulart, além, obviamente, do próprio golpe confirmando a derrocada das esquerdas frente ao cenário de transformações políticas e sociais do Brasil – a RCB, através da iniciativa de seus principais responsáveis, sobretudo Ênio Silveira e Moacyr Félix, apresentou-se não somente como espaço de denúncia das arbitrariedades cometidas pelo regime militar, mas possibilitou a reunião mais ou menos articulada de inúmeros artistas, cientistas, professores e intelectuais

⁴ Para José Paulo Netto, “entre o golpe de abril de 1964 e a edição do Ato Institucional nº5 (13/12/1968), o fenômeno mais importante no campo da esquerda brasileira foi a sua diversificação. O campo da esquerda (...) reunia forças heterogêneas – um leque que ia do nacionalismo pequeno-burguês (...) ao eclético anticapitalismo”. In: PAULO NETTO, José. Em busca da contemporaneidade perdida: a esquerda brasileira pós-64. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000): a grande transação*. São Paulo: Editora Senac, 2000. p. 222.

⁵ SILVEIRA, Ênio. Princípios e propósitos. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 03, abr. 1965.

fortalecendo este órgão importante e decisivo (a RCB) na consolidação daquilo que se convencionou chamar de resistência cultural ao regime militar.

E não somente em torno da RCB, mas da própria Editora Civilização Brasileira, de propriedade de Ênio Silveira, aglomeraram-se diversos intelectuais e artistas fortalecendo, por sua vez, tal espaço de discussão sobre os rumos da política e da cultura no país. E muito embora a editora não fosse representada como uma instituição oficial da esquerda e do seu partido proeminente (o Partido Comunista Brasileiro – PCB)⁶, ela se fez presente como um agente político-cultural decisivo, contribuindo na elaboração de propostas para uma esquerda democrática.

Outro fator decisivo é que, a partir da RCB e da forma como fora concebida a rearticulação das forças de oposição, demonstrada na colaboração de artistas e intelectuais nacionais e estrangeiros, a diversidade temática proporcionada pela revista foi fundamental na formulação de sua identidade editorial. Ou seja, além de firmar-se como um instrumento importante na redefinição dos termos dos debates – e com eles fazer oposição ao regime –, a revista tornou-se também um produto editorial de grande circulação e sucesso influyendo decisivamente na formação ideológica do seu público leitor. Conquanto sendo uma publicação de esquerda, em que artistas e intelectuais eram seus principais colaboradores, não destoava essa condição de produto, já que a Editora Civilização Brasileira destacava-se entre as demais editoras no período devido, por exemplo, ao emprego de recursos publicitários inovadores como campanhas em *outdoors* e publicidade indireta no interior de suas publicações.

Aliás, a edição da RCB entre 1965 e 1968 dá-se no mesmo período no qual se registra a produção mais intensa da própria editora⁷. Os chamados “tempos de ouro” da Civilização Brasileira refletem justamente essa dupla condição; revela a tensão que situa a RCB tanto como um espaço crítico e reflexivo das esquerdas desagregadas pelo regime militar instaurado em 1964, quanto um sucesso editorial no vigor da ditadura militar – que dispunha de órgãos censores e dentro de seus esforços procuravam controlar a opinião pública. Isto é, ainda que

⁶ Além de seu diretor responsável (Ênio Silveira) demonstrar isso na apresentação do número inaugural da revista, em várias entrevistas concedidas posteriormente reafirmou a independência e autonomia da publicação em relação aos partidos políticos de então, sobretudo o PCB.

⁷ Segundo o próprio Ênio, “a Editora Civilização Brasileira foi a galope. Subindo a galope, chegou um dado momento, em 1960, portanto mais ou menos cinco anos depois de eu estar no Rio de Janeiro, em que a Editora Civilização Brasileira já estava publicando vinte livros por mês, o que significa mais de um livro por dia útil. E com a divulgação que se fez, vários livros tiveram grande sucesso. (...)”. In: SILVEIRA, Ênio. *Editando o editor*. São Paulo: Edusp/Com-Arte, 1992. Entrevista organizada por Marta Assis de Almeida, Magali Oliveira Fernandes, Mirian Senra e Jerusa Pires Ferreira. p. 54-55.

produções artístico-culturais estivessem sujeitas aos arautos da censura durante o governo militar, a recepção do público leitor da revista era concebida noutros termos, relacionando sobremaneira, as questões da cultura com as questões políticas. E disso se deriva, como já foi dito, se na esfera da política intelectuais e artistas eram interditos, tornava-se necessária a reinterpretação da política noutra esfera de intervenção não menos legítima capaz de acolher os diversos temas subjacentes às suas respectivas produções, a saber, a cultura.

Daí que a questão da cultura marcou profundamente o vocabulário das esquerdas, em especial entre intelectuais e artistas, naquele primeiro momento do governo militar. De um lado, via-se a rearticulação da oposição ao governo num campo em que este ainda não conseguia ter desenvoltura suficiente para compreender a complexidade dos temas e problemas nele abordados⁸; de outro, a incipiência de um mercado de bens culturais que propiciou a formação e o fortalecimento desse espaço como essencial para determinar a chamada “hegemonia cultural da esquerda”⁹.

As discussões sobre cultura também marcaram profundamente a linha editorial da RCB. A questão da cultura na revista, além de conter as implicações decorrentes da organização da esfera cultural na década de 1960, tem ainda a conotação bastante evidente às questões trazidas, sobretudo, pelo universo isebiano e cepecista. Até o golpe, tanto o ISEB quanto o CPC da UNE eram integrados por inúmeros intelectuais, protagonistas do intenso debate sobre a questão do nacional e do popular na cultura brasileira, que se desdobrara desde os primeiros seminários realizados pelo ISEB¹⁰ e, sobretudo, com a importância e repercussão de *Formação e problema da cultura brasileira* (1959), de autoria de Roland Corbisier. Além do próprio Corbisier, outros integrantes do ISEB colaboraram com a RCB depois de 1965 como Nelson Werneck Sodré, Hélio Jaguaribe, Álvaro Vieira Pinto, entre outros. Vindos do CPC da

⁸ Somente a partir de 1967 o governo iria dispor de um órgão oficial que poria em pauta a formulação de uma política cultural integrada nacionalmente. O Conselho Federal de Cultura, criado a partir da publicação do Decreto-lei n. 74, de 21/11/1966, objetivava “precipuamente coordenar as atividades culturais do Ministério da Educação e Cultura e elaborar o Plano Nacional de Cultura”. Na ocasião de sua instalação – no dia 27 de fevereiro de 1967 – o então Presidente Castelo Branco afirmou que o Conselho Federal de Cultura deveria “atender às peculiaridades regionais sem prejuízo de ser o órgão governamental destinado a defender, estimular e coordenar, nas suas linhas mestras, um Plano Nacional”. In: *Cultura: Revista do Conselho Federal de Cultura*, Rio de Janeiro, a. 1, n. 1, p. 04, jul. 1967.

⁹ SCHWARZ, Roberto. “Cultura e política, 1964-69”. In: *Pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 61-92.

¹⁰ Esses seminários foram realizados em conjunto com o Ministério da Educação e Cultura durante o ano de 1956 e mais tarde publicados em livro pelo próprio ISEB. No que tange ao problema da cultura, os seminários tiveram a contribuição de Nelson Werneck Sodré (*Estudo histórico-sociológico da cultura brasileira*), Roland Corbisier (*Situações e alternativas da cultura brasileira*) e Roberto Campos (*Cultura e desenvolvimento*), todos publicados em CORBISIER, Roland et al. *Introdução dos problemas do Brasil*. Rio de Janeiro: ISEB, 1956.

UNE, Ferreira Gullar, Oduvaldo Viana Filho e o próprio Moacyr Félix (que não era do grupo, mas desde 1962 mantinha um contato permanente com a entidade colaborando com a edição da coleção de poesia intitulada *Violão de Rua*), fizeram-se presentes em vários números da revista.

E o problema da cultura continuou como um dos temas centrais em vários números da RCB, na qual a predominância deste eixo parece refletir uma dupla necessidade dos seus colaboradores: integrar uma oposição efetiva ao regime militar através da cultura e fora da sombra das grandes instituições estatais e partidárias – ou pelo menos, compartilhando do ideário pecebista que aos poucos procurava estimular a criação de comitês culturais integrados por intelectuais e artistas; por outro lado, legitimar essa nova forma de oposição e o seu poder de intervenção através da figura do intelectual independente, desvinculado de associações partidárias e que se debate com as novas formas de produção artístico-cultural operadas pelo mercado de bens culturais.

Sintomática é, por exemplo, a aglutinação de artistas e intelectuais em torno de manifestos e cartas abertas ao governo, a partir de 1964, repudiando atos de censura e violência contra a produção e expressão artísticas. Ou seja, reivindicava-se a liberdade do indivíduo a partir da sua inserção na esfera da cultura que, por sua vez, não impõe limites à expressão nem tampouco à reflexão. Por isso mesmo, liberdade e cultura aparecem muitas vezes como sinônimos repetidos em artigos, ensaios, manifestos e cartas abertas, possibilitando o arranjo de novas proposições e situações políticas. Como nos artigos de Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde), intelectual de formação católica e humanista, que durante 1964 e 1965 volta atenção para aquilo que ele próprio denominou de “terrorismo cultural”. Num destes artigos afirma que “não pode haver boa cultura sem liberdade de pensamento [...]. *Tudo isso revela um estado de fanatismo latente, que se volta contra a Cultura, em sua base mais autêntica: a liberdade*”¹¹.

Um outro exemplo é o Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI) que a partir de uma perspectiva semelhante, articulou-se politicamente no pré-64 constituindo numa espécie de “ensaio” que culminou na consolidação do grupo de colaboradores da RCB. O CTI afirmava categoricamente em um dos itens de seu manifesto de fundação que visava “apoiar as reivindicações específicas de cada setor da cultura brasileira, fortalecendo-as dentro de uma

¹¹ LIMA, Alceu Amoroso. Cigarras na berlinda. In: LIMA, Alceu Amoroso. *A experiência reacionária*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968. Artigo originalmente publicado em julho de 1965. [sem grifo no original].

ação geral, efetiva e solidária”¹². Isso quer dizer que o processo de resignificação da cultura nos projetos das esquerdas, sobretudo a partir de 1964, estava na necessidade de esquadrihar os limites da intervenção cultural e ao mesmo tempo construir o espaço que lhes permitiria realizar essa intervenção. Disso resulta que a predominância da temática cultural na RCB se devia a outros dois aspectos presentes naquele o período: a crescente produção artístico-cultural de esquerda (como o teatro, música e literatura) e o processo de politização – tanto de autores quanto espectadores. Muito embora o CPC da UNE já tivesse realizado algumas experiências com a chamada “arte engajada” ainda antes de 1964¹³, é a partir do golpe que tal tendência alcança um público mais amplo e tem maior respaldo junto ao público brasileiro intelectualizado.

Nesse sentido, é importante determinar as formações culturais que organizaram o orientaram um espaço reflexivo como foi o da RCB; qual foi a sua dinâmica interna e de que modo se processou a organização do contingente de intelectuais e artistas no interior da revista – já que um extenso mosaico ideológico configura sua identidade editorial. Qual é, enfim, o sentido que assume a cultura nesse contexto de transformações radicais da sociedade brasileira e como esse sentido pôde ser construído na ação reflexiva dos colaboradores da revista. De que forma uma revista como a RCB conseguiu determinar seu alcance e sua intervenção na vida política e cultural da sociedade brasileira entre 1965 e 1968.

Esta pesquisa pretende, pois, abordar essas e outras questões e considerar tanto os debates circunscritos na revista quanto do modo pelo qual se operou a sua produção. Ou seja, investigar o processo que culminou no êxito enquanto produto editorial da Editora Civilização Brasileira, ao mesmo tempo em que esse fenômeno foi assimilado no movimento de organização das esquerdas na esfera da cultura entre 1965 e 1968.

O primeiro capítulo pretende recuperar o debate presente pouco antes do golpe militar e como tais questões estiveram presentes na formulação do projeto da RCB. Não se trata, contudo, da reconstrução do contexto histórico nem tampouco da descrição de elementos supostamente determinantes na configuração do objeto sobre o qual a pesquisa se debruça. Antes disso, é a busca de problemas constituintes do próprio quadro histórico e sociológico a

¹² FUNDAÇÃO do CTI. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1963. Primeiro Caderno, p. 07.

¹³ Ver sobretudo: BARCELLOS, Jalusa. *O CPC da UNE: uma história de paixão e consciência*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994; BERLINCK, Manuel Tosta. *CPC da UNE*. Campinas: Papirus, 1984; SOUZA, Miliandre Garcia de. *Do Arena ao CPC: discussões em torno da arte engajada no Brasil (1959-1964)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, 2002.

que se pretende investigar. E tais problemas, por não serem apenas de natureza metodológica, mas, sobretudo teórica, avançam retroativamente em busca das condições específicas que os geraram. Ou seja, retomar algumas questões anteriores à formação da RCB é fundamental na consideração do conjunto de contradições que permitiram a criação e permanência tanto da revista como do grupo de colaboradores. Pois, ainda que seu conteúdo eclético e diversificado inaugure novas temáticas, discussões e até problemas, enquanto espaço ou tribuna de debates a qual se desejava, a revista parte de um vocabulário específico, próprio de uma tradição intelectual que a concebeu. Este primeiro capítulo irá enfocar algumas questões pertinentes ao contexto de formação do grupo intelectual que se aglutinou em torno da Editora Civilização Brasileira e pouco mais tarde, em torno da RCB. Note-se que a preocupação inicial não é considerar o percurso detalhado de cada personagem envolvido direta ou indiretamente com questões culturais, mas o alcance e o grau de intervenção do conjunto das produções e representações políticas na esfera da cultura.

Para tanto a consideração do chamado “terrorismo cultural” a partir de meados de 1964, é de fundamental importância – assunto este abordado no segundo capítulo. O emprego sistemático da expressão (cunhada por Alceu Amoroso Lima) é um traço evidente da forma pela qual se concebia a cultura no âmbito das esquerdas entre 1964 e 1966. O problema do terror cultural servia para classificar tanto a perseguição de professores e cientistas no interior das universidades quanto a violência e o arbítrio dos órgãos censores sobre a produção de artistas e intelectuais. Mais ainda: a expressão serviu muitas vezes de definição de um contexto conflituoso que reclamava pela reorganização de intelectuais e artistas em torno de projetos unificados na esfera da cultura.

Nesse sentido, o debate desenvolvido em torno do papel do intelectual e do artista na esfera da cultura assume uma importância crucial logo depois do golpe de Estado. Isso porque o golpe frustrou todas as possibilidades de participação popular no cenário político e ainda impediu a permanência de muitos intelectuais junto ao Estado. A reorganização e articulação das forças na esfera da cultura refletem tanto a necessidade de se constituir um espaço autônomo de intervenção como um lugar no qual um contingente heterogêneo pudesse dialogar. Este segundo capítulo ainda vai enfocar como o problema da cultura assume progressivamente importância nas páginas da RCB.

O terceiro capítulo pretende investigar o modo pelo qual a RCB esteve inserida no processo de emergência do mercado de bens culturais e da indústria cultural no Brasil na

década de 1960. A integração de mecanismos publicitários tanto no interior das publicações é um dado importante a ser observado, principalmente no modo pelo qual se processa a idéia do livro como um produto acessível no mercado de cultura. Esse princípio, por sua vez, determinou uma dada concepção de cultura, representada, sobretudo, através de artigos e ensaios publicados na revista.

O terceiro capítulo volta-se ainda para algumas análises formuladas tanto sobre a RCB quanto sobre as implicações históricas e sociais que a circunscreveram. Entre outras questões, dar-se-á atenção a um determinado conjunto de publicações de Editora Civilização Brasileira e como elas constituíram, a partir da RCB, públicos diferenciados para temáticas específicas. Assim, pode-se relacionar a RCB a outras publicações importantes que atuaram por algum período durante esse momento de articulação do debate, entre elas o diário *Correio da Manhã*, os semanários *Folha da Semana* e *Reunião* (este, editado por Ênio Silveira), assim como as revistas *Política Externa Independente* e a *Paz e Terra*..

O quarto capítulo procurará enfocar as transformações ocorridas tanto no que tange à estrutura da RCB quanto da organização do grupo de colaboradores fixos e não-fixos em torno da revista e da própria Editora. Nesse sentido, entendendo a revista como um dos projetos culturais mais importantes da Editora, procurar-se-á situá-la como espaço de visibilidade daquela empresa editorial e como um instrumento de divulgação de obras e autores editados pela Civilização Brasileira. Desde logo, tanto a RCB como as demais edições da Editora, serão concebidas como produtos editoriais dispostos não somente a estruturar seus respectivos conselhos editoriais como a formar um público leitor e consumidor de cultura.

Capítulo I

O delito de opinião ou a reinvenção da cultura

O chamado “delito de opinião”, sr. marechal, é o crime que devemos todos praticar diariamente, sejam quais forem os riscos. Se deixarmos de ser “criminosos”, nesse campo, seremos inocentes... e carneiros.

(Sobre o delito de opinião, Ênio Silveira)

1.1 – As instituições desagregadas

O regime militar instaurado em 1º de abril de 1964 com um golpe de Estado, impôs gradativamente às instituições civis inúmeras restrições políticas, acarretando aos poucos o cerceamento das liberdades individuais através da edição de atos institucionais e a desorganização dos espaços sociais de representação e comunicação¹⁴. No entanto, como se sabe, a situação golpista se estendeu muito além do estrito quadro político que envolvia o poder de atuação e influência do presidente João Goulart. Mesmo à época dos acontecimentos, alguns autores procuraram trazer à tona e qualificar os fatores que determinaram o golpe militar, assim como elucidar a complexidade dos acordos políticos e econômicos realizados naquele contexto turbulento. Entre eles, Edmar Morel procurava mostrar que “o govêrno dos USA sabia de tudo sôbre os acontecimentos que se desenrolavam no Brasil e já havia indícios de reconhecimento e ampla colaboração econômica com o Govêrno rebelde”¹⁵.

Nessa análise circunstanciada de Morel sobre o quadro golpista, eram identificadas seis “frentes” que propiciaram, entre 25 de agosto de 1961 – data da renúncia do presidente Jânio Quadros – e 1º de abril de 1964, a queda do presidente João Goulart. Segundo ele, estas frentes ou fatores estariam sempre relacionados a medidas externas de intervenção política e econômica por parte do governo dos Estados Unidos, representados no Brasil pelo então embaixador Lincoln Gordon. Os fatores, segundo Morel, seriam: a) a pressão de latifundiários contra a reforma agrária (pelo menos nos moldes como anunciado no comício de 13 de março de 1964 por João Goulart); b) a negociação não resolvida com as empresas de energia elétrica *Bond and Share* e *American Foreign Power*, que sucataadas ainda seriam superfaturadas na venda ao governo brasileiro; c) os problemas com laboratórios farmacêuticos estrangeiros, com a produção de calçados e os seus respectivos processos de nacionalização; d) a concessão da extração de minério de ferro no Brasil pela *Hanna*, empresa norte-americana que tinha exclusividade nesse ramo; e) a encampação das refinarias de petróleo particulares; f) o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) que fora idealizado pelo presidente da *Hanna* e

¹⁴ Na primeira fase do regime militar (1964-1968) a intervenção político-jurídica do Estado se dá, sobretudo, através da promulgação de cinco Atos Institucionais (AIs): AI-1 de 29 de abril de 1964, AI-2 de 17 de outubro de 1965, AI-3 de 5 de fevereiro de 1966, AI-4 de 7 de dezembro de 1966, além da própria Constituição de 1967 e o AI-5 de 13 de dezembro de 1968. A esta lista ainda podem ser acrescentados inúmeros Decretos e os Atos Complementares, deferidos pelo Poder Executivo.

¹⁵ MOREL, Edmar. *O golpe começou em Washington*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p. 112.

visava financiar campanhas eleitorais de indivíduos que se dispusessem a favorecer a política da empresa no Brasil. Segundo Morel,

“o IBAD representava, em última análise, uma sucursal do Departamento de Estado, de Washington (...) e atingiu os limites da audácia quando fez instalar, no próprio recinto do Congresso Nacional, um aparelho de gravação clandestino para colhêr os pronunciamentos dos parlamentares nacionalistas. Isto feito, eram então selecionados para ampla divulgação os trechos que, apresentados isoladamente, podiam dar margem às mais diversas interpretações”¹⁶.

Num mesmo sentido, embora com o devido afastamento histórico e crítico, caminhou a análise de René Armand Dreifuss, recolocando a questão do golpe de 1964 como desdobramento complexo da organização do Estado e da sociedade civil. Pois, ainda que toda a estrutura de Estado tivesse trabalhado em função de determinados acordos políticos e econômicos, que essa mesma estrutura tenha se submetido sumariamente às regulamentações do capital estrangeiro, havia ainda, segundo Dreifuss, inúmeros problemas que viriam a contribuir para o desfecho do golpe militar. De certo modo, os impasses políticos e econômicos gerados desde o início de década de 1960 representavam apenas a parcela mais visível das contradições sociais existentes naquele momento. Havia, pois, uma configuração complexa entre forças políticas e ideológicas que permeavam os fatos mais visíveis daquele processo. Para Dreifuss,

“a história do complexo IPES/IBAD relata o modo pelo qual a elite orgânica da burguesia multinacional e associada evoluiu de um limitado grupo de pressão para uma organização de classe capaz de uma ação política sofisticada, bem como o modo pelo qual evoluiu da fase de projetar uma reforma para o estágio de articular um golpe de Estado. O complexo de interesses multinacionais e associados procuraria liderar os grupos profissionais e funcionais como também visaria a neutralizar o bloco de poder tradicional [...]”¹⁷.

Ainda que as referidas obras estejam separadas por quase vinte anos e, por isso mesmo, revelem modos específicos de apreensão do contexto em questão, ambas descrevem um

¹⁶ Ibid., p. 53-54.

¹⁷ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1986. 4.ed. Trad. Ayeska Branca de Oliveira Farias et.alli. p. 229.

processo complexo de transformações sociais operadas por um conjunto diversificado de fatores. O que parece importante considerar a partir das mesmas não é a questão da existência ou não da colaboração de órgãos civis no golpe militar de 1964, mas as condições que permitiram esse arranjo das forças políticas naquele contexto. Ou seja, a importância destes livros está na forma como ambos conceberam o quadro de transformações políticas, econômicas, sociais e culturais nos primeiros anos da década de 1960 e interpretaram o quadro de tensões daquele momento. Dessa forma, o arranjo destas forças, o surgimento de agentes sociais, a formação de grupos e espaços a partir dos quais se deram diversas articulações, parecem ter maior importância no estudo das contradições que permitiram direta ou indiretamente aquele mesmo quadro. Isso não quer dizer, por outro lado, que não interessa ao pesquisador o sentido das alianças de colaboração cívico-militar e o seu grau de determinação da ditadura militar instaurada posteriormente. No entanto, esse interesse volta-se para o processo que culminou na formação de grupos e espaços específicos de intervenção e de debate. Esse processo, por sua vez, representa o impacto das transformações nestes grupos e espaços sociais.

Nesse sentido, o período que precede o golpe militar revela estruturas importantes que devem ser consideradas no estudo do contexto posterior a 1964. Se, por exemplo, em 25 de agosto de 1961 algumas dessas mudanças estruturais anunciavam-se com a simbólica renúncia de Jânio Quadros e a ausência de João Goulart (então vice-presidente de Jânio) numa viagem à China comunista, sua confirmação se daria então no 1º de abril de 1964. O fato é que esse calendário de 32 meses marca o início de um período singular de transformação na política brasileira, dadas as contradições sociais dos processos constitutivos da formação social capitalista e seus regimes políticos, considerando que nesse momento ocorre uma polarização política e ideológica com dimensões ainda sem precedentes na história da política e da cultura no Brasil¹⁸.

A partir da Campanha pela Legalidade, que reivindicava a constitucionalidade da posse do vice-presidente de Jânio Quadros após a renúncia deste, ocorre a intensificação das polêmicas e das discussões sobre os rumos políticos e ideológicos do governo Goulart (setembro de 1961 a março de 1964). De certa forma, ainda que progressivamente, isso favoreceu a organização e o fortalecimento de determinados grupos de esquerda não vinculados institucionalmente ao Estado. Se antes a política ficava restrita aos espaços de sua

institucionalidade ou relacionada única e exclusivamente às questões da legitimidade jurídica, durante os “tempos de Goulart” constata-se uma profunda transformação desse aspecto: as lutas políticas e ideológicas alcançam seus mais significativos desdobramentos a partir do momento em que envolveram outros setores da sociedade brasileira, como os trabalhadores urbanos e rurais, uma fração do contingente militar, estudantes e intelectuais¹⁹.

Desde os primeiros momentos de discussão sobre o parlamentarismo (entre setembro de 1961 e janeiro de 1963), passando pela articulação do Plano Trienal (entre fevereiro e dezembro de 1963) até a agitação política pelas reformas de base (em março de 1964), a participação política de vários setores da sociedade foi fomentada pelo chamado “esquerdismo” do governo de Goulart. Sindicatos representados pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), entidades estudantis como a União Nacional dos Estudantes (UNE), entre outras organizações já reconhecidas pela sua participação no processo político como o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), assim como o Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI) estiveram envolvidos na consolidação dos projetos políticos do governo Goulart.

Esse processo intenso de transformações, de reorganização das estruturas políticas e ideológicas e, principalmente, o condicionamento do Estado às mudanças, propiciou o surgimento de novos atores na cena política e cultural do país. Pois na medida em que a politização da sociedade se fazia no sentido de reafirmar um caráter nacional dessa participação, ela também se declarava “autenticamente popular” – buscando no conceito de cultura a sua justificação. Essa justificação por meio de noções como “nacional”, “popular”, “autenticidade”, entre outras, se deu não somente em função do arranjo das ideologias em torno do aparelho estatal, mas também pela forma como tais conceitos foram concebidos no final dos anos de 1950 e da sua participação na formulação de um projeto nacional.²⁰

¹⁸ TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1997. p. 09-10.

¹⁹ Ibid., p. 72.

²⁰ Uma das primeiras publicações que procuraram trazer a debate tais questões em torno do nacional e do popular foi a *Revista Brasiliense*, editada entre os anos de 1955 e 1964, abordando em vários de seus 51 números, o debate sobre o nacional e o popular na cultura brasileira. Sob a direção de Caio Prado Júnior e Elías Chaves Neto, sempre manteve-se “ideologicamente à esquerda, procurando entender em profundidade a estratégia do nacionalismo de esquerda de colaboração de classes, entre o proletariado e a burguesia nacional. Nesse sentido, a cultura estrangeira era um fator de alienação da realidade nacional. A intenção era promover a aproximação dos agentes históricos com a cultura nacional. Logo, se construiu uma bipolaridade entre o nacionalismo versus o cosmopolitismo.”. AQUINO, Ítalo. *A Revista Brasiliense e a estratégia nacionalista*. São Paulo, 1996. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. p. 98.

O “esquerdismo” do governo de Goulart refletia, em toda a sua extensão, a influência do partido de esquerda mais presente naquele momento, apesar de ilegal: o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Aliás, as próprias reformas de base que serviram de carro-chefe em seus últimos comícios eram propostas retiradas da *Declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro*²¹, e promoveram, de forma direta, a ascensão do movimento de massas durante o governo de Goulart. Essa movimentação repercutiu na produção cultural, pois,

“no pré-64, o nacional, correlato da luta anti-imperialista, reivindicava a afirmação de uma arte não-alienada que refletisse a realidade brasileira que se queria conhecer para transformar. O popular, por sua vez, acenava para a democratização da cultura e a conseqüente crítica à nossa tradição elitista de uma arte concebida como ‘ornamento’, como ‘intimismo à sombra do poder’.”²²

Essas questões e problemas abriram novas possibilidades de intervenção por parte de intelectuais e artistas. A necessidade de compreender, discutir e reformular a nova conjuntura nacional que emergia durante os primeiros anos da década de 1960 – período de conturbações sociais, políticas, econômicas e culturais também operadas num plano internacional – revelou-se no sintomático processo de transformação ocorrido no interior dos grupos de esquerda, assim como em seus respectivos projetos de formação de uma consciência nacional e de construção de uma identidade nacional e popular.

Surgia, desse modo, a proposição de um novo vocabulário por partes destes artistas e intelectuais e que revelava a necessidade de se estabelecer essa identidade conforme seus aspectos sociológicos e filosóficos e não mais a partir do pressuposto conservador do inatismo das raças. Ou seja, tornou-se necessário articular todo um conjunto de valores correspondentes às necessidades naquele momento de debate. Era forçoso preparar a revolução brasileira assim como os caminhos para sua realização e as condições para sua confirmação; por isso mesmo tornou-se necessário gerar um sentido filosófico e cultural para essas transformações a partir do debate e da conscientização da sociedade. Segundo Renato Ortiz, alguns grupos de intelectuais (sobretudo do ISEB), ao constituírem uma teoria do Brasil, retomam a temática da cultura brasileira através de uma posição epistemológica substituindo, aos poucos, expressões

²¹ PCB: *vinte anos de política*. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

²² FREDERICO, Celso. A política cultural dos comunistas. In: MORAES, João Quartim de (org.) *História do marxismo no Brasil*, III. Campinas: Edunicamp, p.277, 1998.

como “aculturação” por “transplantação cultural” ou “cultura alienada”, com a intenção de incutir na questão da cultura a propriedade do vir a ser – neste sentido “eles privilegiarão a história que está por ser feita, a ação social, e não os estudos históricos; por isso, temas como projeto social, intelectuais, se revestem para eles de uma dimensão fundamental”²³. Essa reinterpretação do conceito de cultura possibilitou não só novas perspectivas para as ciências sociais de um modo geral, como inseriu no conceito de cultura novos problemas concernentes à realidade brasileira e reavaliou o papel das entidades e associações intelectuais na constituição da identidade nacional.

Dentre as entidades mais representativas que participaram da renovação em curso no início da década de 1960, estão em particular, o ISEB e a UNE (sobretudo, o seu núcleo de produção cultural, o Centro Popular de Cultura – CPC). A história dessas duas instituições e a influência exercida pelas mesmas sobre a vida política e cultural brasileira já foi detalhadamente investigada em inúmeras pesquisas²⁴. Todavia, o que importa aqui reafirmar é que tanto com o ISEB quanto com o CPC da UNE, ocorreram profundas mudanças no curso do governo de Goulart devido às expectativas por ele geradas no sentido da mobilização das massas pelas reformas. O “desvio de esquerda” permitiu uma politização cada vez mais intensa destas duas entidades, sobretudo do ISEB, que vinha de uma tradição de pensamento que se fundava nas teses do projeto desenvolvimentista, formuladas no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), para tornar-se um pólo de discussão sobre os rumos do nacionalismo de esquerda e desembocar naquilo que Nelson Werneck Sodré chamou de esquerdismo isebiano²⁵.

Quanto ao CPC da UNE (fundado em dezembro de 1961), sua estreita relação com as esquerdas ficava evidente na produção intelectual e artística de seus integrantes e, sobretudo,

²³ ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 45-46.

²⁴ **Sobre o ISEB ver:** TOLEDO, C. N. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1982; FRANCO, Maria S. C. “O tempo das ilusões”. In: CHAUÍ, Marilena (org.). *Ideologia e mobilização popular*. São Paulo: CEDEC/Paz e Terra, 1985; MOTA, C. G. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ática, 1985; PÉCAUT, D. *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990; OLIVEIRA, L. L. *A sociologia de Guerreiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995; PEREIRA, Alexsandro Eugenio. *O ISEB na perspectiva de seu tempo: intelectuais, política e cultura no Brasil – 1952-1964*. São Paulo, 2002. Tese (Doutorado em Ciência Política) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. **Sobre a UNE ver:** BARCELLOS, Jalusa (org.) *CPC da UNE: uma história de paixão e consciência*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994; BERLINCK, Manoel T. *O Centro Popular de Cultura da UNE*. Campinas: Papirus, 1984; CHAUÍ, Marilena. *Seminários*. São Paulo: Brasiliense, 1983; FÁVERO, Osmar (org.) *Cultura popular e educação popular: memória dos anos 60*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983; HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde: 1960/70*. 3. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1992; ORTIZ, Renato. “Da cultura desalienada à cultura popular: o CPC da UNE”. In: *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 68-78.

²⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. “História do ISEB: crise” In: *Temas de Ciências Humanas* (vol.2). São Paulo: Grijalbo, 1977.

com a redação do *Manifesto do CPC* em março de 1962 por Carlos Estevam Martins. Muitos dos integrantes do CPC tinham origem comum no ISEB em virtude das discussões e seminários que eram promovidos por essa entidade. Segundo o poeta Ferreira Gullar (na época, integrado às atividades do CPC),

havia um grupo que era ligado anteriormente ao ISEB, à Editora Civilização Brasileira, e um segundo grupo formado no próprio CPC, que era um grupo mais jovem. Do primeiro grupo, por exemplo, surgiram os colaboradores dos *Cadernos do Povo Brasileiro* (1962), os organizadores do *Comando dos Trabalhadores Intelectuais* (1963) e o *Conselho da Revista Civilização Brasileira* (1965) e, do segundo grupo saiu o *Teatro Opinião* (1964). Percebe-se que o ISEB influenciava muitos setores da produção cultural e intelectual antes do golpe militar de 1964. O pessoal do CPC da UNE tinha ainda Carlos Estevam Martins que era ligado ao ISEB [...]. Nesse sentido, o ISEB trazia um certo suporte, uma visão crítica da sociedade burguesa brasileira, a luta antiimperialista, e colocava uma série de questões que até aí essa intelectualidade jovem não tinha conhecimento, e bebeu isso no ISEB²⁶.

Afora todo esse processo de reorganização das instituições vinculadas aos debates sobre a questão da identidade e da cultura no contexto do nacionalismo de esquerda, encontrava-se o PCB que, apesar de orientar ideologicamente estes debates com uma certa capacidade decisória, naquele momento vinha se reestruturando politicamente em função das determinações do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (1956), da Declaração de Março (1958), do V Congresso do PCB (1960) e da fundação do PC do B (1962), constituindo uma dissidência no próprio PCB²⁷. Aliás, tais mudanças na forma política, nas concepções e métodos com o desencadeamento do processo renovador, expressos nos documentos de 1958/60, a *nova política* – com suas inovações e limites – “vão permitir ao PCB uma inserção crescente e contínua na vida sócio-política brasileira até 1964 [...] e isso implicou em que o PCB passasse a ter responsabilidades e papel destacado e marcante nos principais episódios e acontecimentos do período em questão”²⁸.

²⁶ Apud VIEIRA, Luiz Renato. *Consagrados e malditos: os intelectuais e a editora Civilização Brasileira*. Brasília, 1996. Tese (Doutorado em Sociologia) — Instituto de Ciências Humanas. Universidade de Brasília. p. 83. (2º vol).

²⁷ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987. p. 46.

²⁸ SEGATTO, José Antonio. *Reforma e revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. p. 121.

Entretanto, o golpe militar de 1964 pôs termo à maioria das instituições envolvidas com o processo de politização em curso desde 1961. Se por um lado, a política nesse momento era o centro para o qual se voltava a atenção de diversas entidades, artistas e intelectuais, essa mesma politização, contudo, não foi capaz de articular o heterogêneo contingente militante em torno de uma razoável unidade. Exercia-se, pois, a política, mas a partir de um imaginário político desprovido de um poder de interferência efetivo nas estruturas reacionárias do Estado. Tanto os partidos políticos, como os sindicatos, as agremiações estudantis, e as entidades de esquerda mostraram-se incapazes de fazer resistência ao golpe devido à falta de uma articulação conjunta.

Após março de 1964 a intervenção militar nas entidades de esquerda foi imediata. Dias depois da posse do presidente da Câmara Ranieri Mazzilli, o Alto Comando Revolucionário do Exército tratou de pôr termo às várias entidades e instituições que colaboravam com o governo de João Goulart e com a euforia com que se tratavam as questões políticas e culturais. O ISEB foi fechado a partir de um decreto do governo federal e a UNE foi colocada na clandestinidade, tendo sua sede no bairro do Flamengo, na cidade do Rio de Janeiro, destruída por um incêndio. De súbito, um novo quadro de problemas começou a ser colocado para aqueles que até então estavam no curso da construção de um projeto de nação e de identidade nacional. As discussões derivadas do contexto golpista determinaram novas posições políticas em relação ao Estado e ao próprio PCB – que aos poucos passavam a não mais centralizar as discussões e decisões acerca da oposição ao regime militar.

De uma certa forma, as transformações políticas e ideológicas sofridas tanto pela UNE quanto pelo ISEB durante o período em questão, propiciaram a classificação destas entidades pelos militares como subversivas. Por outro lado, deve-se perceber que o “desvio de esquerda” não foi uma atribuição exclusiva à militância de ambas, mas de toda uma estratégia política conjunta de inúmeras organizações de esquerda, que via nas reformas de base e no trabalhismo de Goulart uma resolução única para o quadro heterogêneo das organizações políticas e ideológicas em jogo²⁹. E ainda que todos os envolvidos naquele processo estivessem determinados a conferir uma legitimidade política à chamada “hegemonia de esquerda”, que

²⁹ A exemplo do ISEB, Daniel Pècaut escreve que “aliando-se ao movimento em favor das ‘reformas de base’, os isebianos não só se aproximaram de organizações como o Partido Comunista, que animavam esta campanha, como também redefiniam a posição dos intelectuais. Ao intelectual com vocação natural para representar a nação, sucede-se o intelectual ‘engajado’ ao lado das classes populares”. In: PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990, p. 139.

então começava a se esboçar, o fizeram com demasiada crença no Estado e no seu poder de unificar os interesses das mais variadas classes no interior de um único programa político – ou como aspiravam, numa Frente Única. Ou seja, foi atribuída ao Estado uma responsabilidade que ele não poderia mais comportar enquanto organismo de legitimação jurídica: a ideologia³⁰. Os argumentos da jurisprudência e da legitimidade a partir do golpe militar de 1964, serão postos quotidianamente como referência organizativa do Estado – o princípio de direito argumentava na necessidade da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), formulada pela Escola Superior de Guerra (ESG), enquanto que a legitimação desse princípio ficaria ao endosso das classes favorecidas pelas decisões do novo regime, em favor da ordem e da democracia formal. Em outras palavras,

“a partir do momento em que se completa a identificação do Estado, ou de sua fração hegemônica, com um princípio de ordem estratégica, ao qual, entretanto, foi acrescido um conteúdo de ordem moral, tende a se processar uma superposição de autoridade política e autoridade jurídica, que passam a ser sintetizadas por uma única instituição. Dessa forma, a coexistência entre duas ordens legais, a par do predomínio, por períodos limitados, de uma ordem revolucionária, resultaram na ampliação gradativa do âmbito da justiça revolucionária em prejuízo da justiça ordinária”.³¹

Dessa forma, a falta de um instrumental político-jurídico junto aos aparelhos de Estado e de uma legitimidade expressa numa vontade popular – capaz de interferir na burocracia instaurada pelo regime a custa de vários atos institucionais e complementares – contribuíram na desintegração daquelas instituições antes devotadas aos projetos de reforma. Destituíram-se as legitimidades e também seus espaços de representação política e ideológica; pois, ainda que o ISEB ou a UNE constituíssem fóruns com grande poder de intervenção e de influência político-cultural na sociedade, seu respaldo oficial encontrava-se no Estado³².

³⁰ WEFFORT, Francisco Correia. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p.43-44.

³¹ KLEIN, Lúcia. Brasil pós-64: a nova ordem legal e a redefinição das bases de legitimidade. In: KLEIN, Lúcia; FIGUEIREDO, Marcus F. *Legitimidade e coação no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978. p. 27. Vale lembrar que, em função da “justiça revolucionária”, os Inquéritos Policiais-Militares (IPMs) foram mantidos durante a vigência do regime militar como instrumentos legítimos de controle da ordem política e social — seja através da repressão ideológica, seja através da tortura.

³² Como escreve Renato Ortiz: “os intelectuais, ao se voltarem para o Estado, seja para fortalecê-lo como o fizeram durante Vargas, seja para criticá-lo, como os isebianos, o reconhecem como espaço privilegiado por onde passa a questão cultural”. In: ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p.51.

Todavia, a desintegração destas instituições não fez com que os projetos antes discutidos fossem totalmente abandonados ou desencorajados em virtude da repressão. Aos poucos se constata a crescente reestruturação dos movimentos de esquerda a partir da criação de novos espaços de articulação das oposições. Ou seja, ainda que o Estado não aparecesse como elemento central na organização do debate sobre os rumos das questões nacionais (identidade, cultura, economia, política, educação, entre outros), continuava presente a heterogênea composição das esquerdas, agora equacionando novos problemas nas mais diversas formas de intervenção no espaço público.

1.2 – O Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI)

É nessa atmosfera, por exemplo, que assume importância o Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI). Fundado em outubro de 1963, o CTI procurou desde o início de suas atividades congregar diversos artistas e intelectuais com o intuito de estimular a participação dos mesmos na consolidação dos interesses de classe dos intelectuais. O CTI era presidido por Ênio Silveira, editor e proprietário da Editora Civilização Brasileira, e a maioria das reuniões era realizada na sede da própria editora. O grupo de membros-fundadores da entidade era constituído por Alex Viany, Álvaro Lins, Álvaro Vieira Pinto, Barbosa Lima Sobrinho, Dias Gomes, Édison Carneiro, Ênio Silveira, Jorge Amado, Manuel Cavalcanti Proença, Moacyr Félix, Nelson Werneck Sodré, Oscar Niemeyer e Osny Duarte Pereira, além de outras centenas de nomes que se solidarizaram com o manifesto de fundação. Moacyr Félix, que era secretário geral do Comando, tomava registro das deliberações e era responsável pelas atas. Foram realizadas várias reuniões não só na Editora Civilização Brasileira como na residência de Leonel Brizola, algumas vezes com a presença de Miguel Arraes (então governador de Pernambuco). Segundo Félix, sua participação também se colocava como porta-voz dos intelectuais junto aos parlamentares nas reuniões políticas; “eu participava e falava em nome dos intelectuais, sempre defendendo uma participação destes nas transformações sociais [...]”. Sobretudo, representando sempre os intelectuais”³³.

A natureza do Comando era por princípio jurídica e visava estabelecer a representação política de seus agregados junto a outras entidades assim como junto ao Estado. Organizado

cinco meses antes do golpe ele continha, num primeiro momento, necessidades específicas de organização e articulação de intelectuais, como descreve o documento:

Considerando que a situação política do País impõe a necessidade cada vez maior da coordenação e da unidade entre as várias correntes progressistas; Considerando que os intelectuais não podem deixar de constituir um ativo setor de luta dessas correntes progressistas; Considerando a inexistência de um órgão mediante o qual possam os intelectuais emitir os seus pronunciamentos a afirmar a sua presença conjuntamente com os demais órgãos representativos das forças populares; Considerando que os acontecimentos recentes demonstraram a urgência da criação desse órgão capaz de representar de forma ampla o pensamento dos que exercem atividades intelectuais no País, [...] declara-se fundado o CTI.³⁴

A natureza formal de um órgão aglutinador atribuiu ao Comando um grau respeitabilidade da entidade junto aos diversos grupos de intelectuais, que então se encontravam desarticulados ou não pertenciam aos quadros políticos de alguma sigla partidária – como foi o caso de Álvaro Lins, Álvaro Vieira Pinto, Manuel Cavalcanti Proença e o próprio Moacyr Félix. O CTI surgiu com um caráter apartidário e procurava ressaltar a importância desse aspecto na estruturação e na consolidação da luta dos intelectuais por uma cultura nacional. Muito embora o Comando não fosse uma entidade derivada dos quadros burocráticos do PCB – ainda que tivesse vários integrantes comunistas – ele compartilhava de algumas teses do partido, sobretudo no que tange à formação da chamada Frente Única. Mas em função das condições, da indefinição de um projeto político e dos rumos ideológicos do próprio governo Goulart, o CTI procurou manter-se equidistante tanto das diretrizes políticas do PCB quanto das condições atribuladas do governo de Goulart. Essa posição do CTI foi favorecida inclusive pela série de dissidências que aos poucos iam se formando no interior do próprio PCB, sugerindo caminhos alternativos de intervenção política. Dessa forma, “a necessidade da coordenação e da unidade entre as várias correntes progressistas” reflete a condição imposta aos membros do grupo que mantinham, por sua vez, uma boa relação com o governo das reformas de base – logo com o próprio PCB –, ao mesmo tempo em que procuraram reconsiderar a ação política através da crítica intelectualizada àquelas

³³ FÉLIX, Moacyr. *Entrevista concedida a Marcelo Ridenti*. Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1996.

³⁴ FUNDAÇÃO do CTI. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1963. Primeiro Caderno, p. 07.

transformações em processo. Noutras palavras, a intervenção intelectual articulada a partir do CTI no campo da política aparece como uma forma de conciliar as diversas frentes intelectuais e cristalizar não só um campo de interesses legítimos de seus interlocutores, assim como conceber a cultura como resultado dessa mesma legitimidade.

Nesse sentido, a tese da vinculação direta do CTI ao PCB parece pouco fundamentada, quando considerado o quadro heterogêneo da formação das esquerdas no início da década de 1960. A articulação de intelectuais em torno do CTI se deu não pela autorização do partido³⁵, mas pela ação contingente dos seus integrantes que buscavam tanto uma organização que respondesse pelos seus anseios enquanto “trabalhadores intelectuais” como pela necessidade de criar um espaço de integração desses mesmos trabalhadores. Evidentemente que isso não impossibilitou a participação do CTI no apoio de seus integrantes às atividades políticas do PCB e do próprio governo Goulart. Prova disso é a participação do Comando no Comício pelas Reformas do dia 13 de março de 1964, na Central do Brasil, promovido por diversas entidades em apoio ao governo federal. A carta de convocação para o famoso comício traz 21 assinaturas, entre elas a de Ênio Silveira como representante do Comando dos Trabalhadores Intelectuais³⁶ [ver ANEXOS].

A organização do Comando reflete sintomaticamente o processo de reestruturação das esquerdas no início da década de 1960. A sua articulação política e ideológica, embora tenha sido realizada no campo da esquerda, se fez de modo bastante peculiar e conseguiu aglomerar um número significativo de participações. Considerando o quadro de tensões e o modo como se procedia a elaboração de projetos e alianças, o CTI reservou-se a uma articulação não somente voltada à ação política específica, mas também à organização de uma identidade capaz de dar legitimidade a essa mesma ação. O processo de construção dessa legitimidade é realmente importante na investigação dos grupos que se formaram a partir dessa condição. A exemplo dos intelectuais isebianos, os integrantes do CTI entendiam “a cultura como uma

³⁵ Para Daniel Pècaut, “em 1963, quando o governo Goulart entrou na zona tempestuosa, o Partido deu o seu aval à criação de um comitê político de intelectuais, o CTI (Comando dos Trabalhadores Intelectuais), que se propunha a participar da formação de uma frente única”. Op. cit. p. 142.

³⁶ O panfleto, posto em circulação em 19 de fevereiro de 1964, entre outras questões, procurou ressaltar de modo enfático a unidade homogênea em torno das reformas de base – como descreve o documento: “[...]os trabalhadores e o povo em geral, demonstrarão nessa oportunidade, que estão decididos a participar, ativamente, das soluções para os problemas nacionais, e demonstrarão sua inabalável disposição a favor das reformas de base, entre as quais a agrária, a bancária, a administrativa, a universitária e a eleitoral, que querem ver concretizadas neste ano de 1964. [...] Tudo pela unidade do povo e a ampliação democrática brasileira. Tudo pela concretização das reformas de base”. PELLACANI, Dante (et alli). *Concentração popular dia 13 de março na Central do Brasil*. Rio de Janeiro, 19 fev. 1964. CPDOC/FGV. [consultar ANEXOS].

totalidade dinâmica como um complexo em movimento, cujo desenrolar, ao longo do tempo, se processa dialeticamente”³⁷, que de certa maneira era colocada, naquele momento, além das disputas políticas. Daí o caráter anti-sectário do Comando e a variada matiz ideológica que o integrava.

O fato de o Comando ter integrantes do ISEB, do CPC da UNE, do PCB não quer dizer que ele se modelou a qualquer uma dessas entidades. No mais das vezes, o Comando procurou respeitar as diferenças ideológicas depositadas em cada um de seus integrantes até como uma forma singular de organização intelectual, despojando-se de qualquer diretriz ou programa a ser cumprido em nome desta ou daquela instituição. Nesse sentido, pode-se dizer que a articulação de artistas e intelectuais em torno do CTI gerou mais que uma necessidade de representação jurídica de seus congregados, mas também a necessidade de rearticulação de grupos e personagens do cenário cultural e artístico. Isso representou, em certa escala, a valorização da atividade intelectual e artística como sendo uma atividade capaz de interferir decisivamente na prática cotidiana da ação política. A política ou a coordenação política de um movimento de intelectuais e artistas poderia, naquele momento, resultar em transformações culturais com a mesma importância e alcance que as transformações de natureza política. Em síntese, o Comando procurava dar conta da

“necessidade de maior coordenação entre os vários campos em que se desenvolve a luta pela emancipação cultural do País – essencialmente ligada às lutas políticas que marcam o processo brasileiro de emancipação econômica – trabalhadores intelectuais, pertencentes aos vários setores da cultura brasileira, e resolveram fundar um movimento denominado Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI). O CTI tem por finalidades: a) congregar trabalhadores intelectuais, na sua mais ampla e autêntica conceituação; b) apoiar as reivindicações específicas de cada setor da cultura brasileira, fortalecendo-as dentro de uma ação geral, efetiva e solidária; c) participar da formação de uma frente única, democrática e nacionalista, com as demais forças populares, arregimentadas na marcha por uma estruturação melhor da sociedade brasileira. Com este propósito de união são convocados todos os trabalhadores intelectuais que, estando de acordo com as finalidades do CTI, desejam nele atuar acima de personalismos ou de secundários motivos de dissensão”³⁸.

³⁷ CORBISIER, Roland. Situação e alternativas da cultura brasileira. In: *Introdução aos problemas do Brasil*. Rio de Janeiro: ISEB, 1956, p. 194.

³⁸ FUNDAÇÃO, loc. cit.

De certa maneira, o CTI pode ser situado como uma entidade localizada entre o pecebismo preocupado com a discussão dos problemas nacionais e a busca de sua emancipação política e ideológica num espaço próprio de discussão e debate, inicialmente condicionada à legitimidade da figura do próprio intelectual – que buscava nesse momento uma relativa autonomia capaz de intervir e contribuir de modo crítico ao debate sobre os rumos nacionais. Em outras palavras, a reorganização das esquerdas nos anos anteriores ao golpe de Estado favoreceu a formação de novos grupos e agentes sociais que foram capazes de, nesse contexto, encontrar as condições necessárias para a sua organização. A figura do intelectual assume uma importância cada vez maior, na mesma intensidade em que o espaço de sua atuação também se fortalece; as reivindicações dos “trabalhadores intelectuais”, por sua vez, são formuladas no mesmo tempo em que as necessidades desses mesmos trabalhadores são criadas no processo de intervenção política; a legitimidade da ação desse grupo assume maiores proporções no momento em que a esfera de sua atuação primordial (a cultura) vê-se fortalecida e condicionada pela figura do intelectual.

Assim a importância do Comando está tanto para a entidade cultural que nele se viu representada como na formação de uma esfera pública capaz de absorver o discurso produzido no interior dessa mesma entidade. É nesse sentido que o CTI aparece como um elemento importante na estruturação de grupos de artistas e intelectuais a partir de 1963, e vai, de certa forma, constituir – mesmo depois da sua proibição pelo governo militar em 1964 – uma unidade de ação desses mesmos grupos. E mais interessante ainda é como a função corporativa do Comando vai cedendo espaço a uma formação de cunho reflexivo e crítico em relação ao grau de atividade e intervenção desses mesmos grupos. Essa transformação gradual das diretrizes do CTI permite entrever a formação de um espaço público com as características já anotadas por Habermas acerca da esfera pública burguesa em *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Segundo ele,

a esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na

esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social.³⁹

Essa condição se coloca pelo fato do próprio Comando não dispor de uma articulação capaz de favorecer a integração de todos os intelectuais e artistas da sociedade brasileira em torno de uma ação real e efetiva, em favor dos trabalhadores intelectuais. Ora, deve-se levar em consideração que o CTI agregava, em sua maioria, os que residiam na cidade do Rio de Janeiro e que tinham disposição e facilidades para estarem nas reuniões promovidas sem regularidade e sem local previamente definido ou fixo. Em outras palavras, o alcance e a repercussão das atividades do CTI estava reservada, sobretudo nos manifestos que circulavam não só pela cidade do Rio de Janeiro, mas pelas principais capitais do país⁴⁰. A articulação política e mesmo ideológica do grupo fazia-se em torno de intenções mais ou menos acordadas através de lutas pela unidade do Comando. Por isso mesmo, o CTI aparece num primeiro momento como um local, ou como no argumento habermasiano, uma “esfera das pessoas privadas reunidas em um público”; isso ocorria, sobretudo, pela natureza particular da formação inicial do grupo de intelectuais que se aglutinou no Comando. A articulação entre seus integrantes se deu, dessa forma, não pela evocação de um plano abrangente e definido em torno de compromissos nacionais, mas pela necessidade de legitimar essa ação como sendo prioritária no tratamento dos assuntos de interesse nacional. O grupo, nesse primeiro momento, reivindica a unidade para determinar seu limite e seu caráter público. Não há, em princípio, um elemento unificador das pessoas privadas no interior do CTI, mas um espaço que permitia a construção de sua legitimidade enquanto entidade que defendia direitos coletivos.

É a partir dessa perspectiva que pode ser compreendida as diretrizes fundamentais do CTI e das suas finalidades. O Comando reservava-se, em especial, a três questões: a) congregar trabalhadores intelectuais, na sua mais ampla e autêntica conceituação; b) apoiar as reivindicações específicas de cada setor da cultura brasileira, fortalecendo-as dentro de uma ação geral, efetiva e solidária; c) participar da formação de uma frente única, democrática e

³⁹ HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p.42.

⁴⁰ Além do Rio de Janeiro, jornais de São Paulo, Belo Horizonte e Brasília davam destaque aos manifestos de intelectuais (em especial, professores e servidores públicos) repudiando a repressão dos militares na esfera da cultura. [consultar ANEXOS].

nacionalista, com as demais forças populares, arregimentadas na marcha por uma estruturação melhor da sociedade brasileira⁴¹.

Outro dado sintomático, então persistentemente colocado pelos debates que aos poucos vinham se constituindo desde os seminários do ISEB⁴², foi a importância crescente dada à figura do intelectual na cena cultural brasileira. A posição privilegiada do intelectual começava a se cristalizar e tomar certa importância no contexto das transformações políticas e culturais do período em questão. Essa incipiência é clara na formação do próprio Comando, que reivindica a formação de uma unidade, como uma Frente Única no meio intelectual ou intelectualizado. Se pouco antes, tanto ISEB quanto o CPC da UNE procuravam estabelecer elos de relação com as classes populares e nelas buscar ou forjar uma identidade correlata aos intelectuais, gradativamente percebe-se não o afastamento da chamada cultura popular ou dos princípios regidos pela cultura nacional-popular, mas a construção deste espaço próprio e necessário à legitimidade do trabalho intelectual. Evidentemente isso não caracterizava, num primeiro momento, uma diferenciação de caráter classista, mas a necessidade de intelectuais e artistas em gerarem mecanismos próprios de intervenção tanto na esfera cultural como política.

Foi nesse sentido, por exemplo, que a coleção *Cadernos do Povo Brasileiro*, publicados pela Editora Civilização Brasileira⁴³, foi importante nessa redefinição. Apesar do alcance e da receptividade dos títulos junto às classes populares – os livros de bolso eram vendidos a preço baixo – em nenhum dos títulos procurou-se definir uma forma de aproximação com as classes populares, mas a proposição de um debate de idéias (entre intelectuais) que pudesse ser acompanhada pela sociedade em geral.

⁴¹ FUNDAÇÃO, loc. cit.

⁴² Estes seminários foram realizados entre 1956 e 1959 nas dependências do próprio Instituto com o apoio do Ministério da Educação e Cultura e tinham por finalidade colocar em pauta os grandes temas da realidade brasileira. Alguns destes seminários foram publicados numa coletânea ainda em 1956 sob o título de *Introdução aos problemas do Brasil*, organizada pelo então Diretor Executivo do ISEB, Roland Corbisier. Ver: PEREIRA, Alexsandro Eugenio, op.cit.

O projeto *Cadernos do Povo Brasileiro*, de certa forma, desencadeou um processo sem precedentes no meio editorial brasileiro. Ênio Silveira estimulou, com essa coleção, pelo menos duas grandes transformações: uma particular, pois a temática da coleção redefiniu os rumos editoriais da própria Editora Civilização Brasileira, que havia sido adquirida por ele de seu sogro e antigo sócio em 1959; outra, mais abrangente, consolidou uma temática nacionalista e de esquerda que outras editoras até então não haviam explorado comercialmente⁴⁴. Essa questão será devidamente retomada quando formos discutir a ampliação da produção da referida editora durante os anos de 1964-1967, procurando conciliar a questão com a emergência do mercado de bens culturais durante a década de 1960. Ver-se-á também como essa mesma coleção serviu como um laboratório da própria Revista Civilização Brasileira em 1965.

O mais interessante, entretanto, é o fato de muitos dos editados pela coleção *Cadernos do Povo Brasileiro*, assim como os poetas trazidos a público pela coleção *Violão de Rua* (volumes extras dos *Cadernos*) eram também integrantes do CTI. Tanto nos *Cadernos*, no *Violão de Rua* quanto no próprio Comando a heterogeneidade fazia-se presente na forma como cada intelectual, cada poeta, escritor, se colocava em relação aos problemas nacionais. Foi, pois, em certa medida, no interior do CTI que estes intelectuais buscaram a articulação das forças, buscando arranjar suas ações de modo a coordená-las conforme a necessidade do grupo que aos poucos passava a representar todos os trabalhadores intelectuais. Muito embora a entidade prestasse-se, num primeiro momento, no preparo de uma “marcha por uma estruturação melhor da sociedade brasileira”, a sua condição corporativa sobressaiu ao movimento mais amplo de intervenção cultural. Ora, a junção destes artistas e intelectuais promoveu-se tão

⁴³ Fazem parte da coleção *Cadernos do Povo Brasileiro* os seguintes títulos: *Que são as Ligas Camponesas?* (Francisco Julião), *Quem é o povo no Brasil?* (Nelson Werneck Sodré), *Quem faz as leis no Brasil?* (Osny Duarte Pereira), *Porque os ricos não fazem greve?* (Álvaro Vieira Pinto), *Quem dará o golpe no Brasil?* (Wanderley Guilherme), *Quais são os inimigos do povo?* (Theotônio Junior), *Quem pode fazer a revolução no Brasil?* (Bolívar Costa), *Como seria o Brasil socialista?* (Nestor de Holanda), *O que é a revolução brasileira?* (Franklin de Oliveira), *O que é a reforma agrária?* (Paulo R. Schilling), *Vamos nacionalizar a indústria farmacêutica?* (Maria Augusta Tibiriça Miranda), *Como atua o imperialismo iaque?* (Sylvio Monteiro), *Como são feitas as greves no Brasil?* (Jorge Miglioli), *Como planejar nosso desenvolvimento?* (Helena Hoffman), *A Igreja está com o povo?* (Padre Aloísio Guerra), *De que morre nosso povo?* (Aguinaldo N. Marques), *Que É Imperialismo?* (Edward Bailby), *Porque existem analfabetos no Brasil?* (Sérgio Guerra Duarte), *Salário é causa de inflação?* (João Pinheiro Neto), *Como agem os grupos de pressão?* (Plínio de Abreu Ramos), *Qual a política externa conveniente ao Brasil?* (Vamireh Chacon), *Que foi o Tenentismo?* (Virgínio Santa Rosa), *Que é a Constituição?* (Osny Duarte Pereira); *Desde quando somos nacionalistas?* (Barbosa Lima Sobrinho), *Revolução e contra-revolução no Brasil* (Franklin de Oliveira). Apud: BERLINCK, op.cit., p. 36-37.

⁴⁴ Nas contracapas dos volumes, de antemão, colocavam-se os objetivos pelos quais a coleção editar-se-ia: “Os grandes problemas de nosso País são estudados nessa série com clareza e *sem qualquer sectarismo*; seu objetivo

somente em torno dos interesses partilhados num contexto específico de natureza privada; antes de estabelecer uma efetiva solidariedade tornada pública na assunção do espaço que formulavam, a busca por um resguardo profissional foi essencial àqueles que integraram o CTI. É nesse sentido, por exemplo, que pode ser entendida a afirmação de Nelson Werneck Sodré, que contesta, em suas memórias, a orientação dada ao Comando que ajudou fundar:

entre os grupos da pequena burguesia, creio que o dos intelectuais esteve entre os que reagiram melhor. Estivera engajado, até as vésperas do golpe, na constituição do CTI, com grande entusiasmo e fundadas esperanças de conquistar, finalmente, aquela forma de organização que permitisse, de maneira efetiva, *a defesa de seus interesses profissionais*⁴⁵.

Para Sodré, embora fossem legítimas as intenções do Comando, ele de fato servia apenas como um espaço de congregação de intelectuais das mais variadas tendências políticas e ideológicas, sem manter entre si um contato voltado para uma ação unitária efetiva ou de intervenção política e cultural. Ao fazer isso, o Comando subestimou seu poder real de intervenção naquelas esferas e colocou-se a serviço de outras instituições políticas dispostas a celebrar os rumos anunciados pelas reformas. Algo semelhante afirmava Dias Gomes, referindo-se que no

início do CTI ainda havia uma certa mobilidade, ainda se podia fazer alguma coisa. Esse Comando se aliou a parlamentares nacionalistas e a uma ala nacionalista do Exército, o que permitiu uma certa aglutinação. Houve reuniões, algumas decisões importantes, mas não tínhamos nenhum poder decisório. Apenas intenções políticas⁴⁶.

De certo modo, essa restrição do Comando no campo político ou as suas limitações na prática política se deu, sobretudo em função do próprio processo de organização do Comando. Ora, ele foi fundado em 1963, e pouco depois do golpe militar fora proibido assim como tantas outras instituições de esquerda ligadas direta ou indiretamente ao PCB e ao governo Goulart. Nos poucos meses em que o Comando esteve reunido oficialmente, ele serviu a

principal é o de informar. Sòmente quando bem informado é que o povo consegue emancipar-se”. [Sem grifo no original].

⁴⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. *A fúria de Calibã: memórias do golpe de 64*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. p. 72. [sem grifo no original].

inúmeras propostas, a principal delas, constituir-se num espaço de articulação dos intelectuais não vinculados ao PCB, mas que, de certo modo, compartilhavam das teses do partido. Ao mesmo tempo em que isso era realizado, o CTI também procurou definir-se como uma organização legítima de “trabalhadores intelectuais”, através da qual procurou ser articulado um conjunto de propostas no sentido de uma cultura democrática e não sectária. No entanto, o fato do CTI não ter sucesso ou mesmo maiores méritos decorre, principalmente, do seu alcance restrito, o que não permitia um contato efetivo com todos os seus membros. Essa restrição impediu o CTI, por sua vez, de definir uma política clara de intervenção no campo da cultura – o que vai ser possível somente pouco mais tarde com a edição da RCB.

Por outro lado, o caráter público da entidade esteve subjugado às forças de outras instituições a que esteve ligado. O fato mais importante é que o Comando conseguiu constituir uma esfera cultural na qual a autonomia era posta como valor primordial – autonomia política e ideológica. Ao contrário do sucesso dos *Cadernos do Povo Brasileiro* e até mesmo dos *Violão de Rua*, o CTI não teve repercussão semelhante devido aos instrumentos utilizados para constituir esse mesmo espaço. Ora, a questão da cultura naquele momento passava pela consideração dos aspectos da formação da identidade nacional, da cultura popular, da cultura popular revolucionária – como era o caso do CPC da UNE em seu manifesto redigido por Carlos Estevam Martins – mas passaria também pelo processo de reprodução da cultura, constituído nas sociedades em modernização a partir do produto, da mercadoria. Como escreve Habermas,

à medida que a cultura assume forma de mercadoria, e só assim, ela se transforma propriamente em ‘cultura’ (como algo que faz de conta que existe por si mesmo), pretende-se ver nela o objeto próprio de discussão e com o qual a subjetividade ligada ao público entende a si mesma.⁴⁷

Assim, o Comando deve ser compreendido como uma entidade que representou de forma exemplar o momento de transição destes intelectuais que caminhavam da esfera estritamente política para a esfera da cultura, iniciando um processo de reconstrução de suas ideologias. Esse processo, por sua vez, foi propiciado pela configuração heterogênea das tendências políticas e ideológicas das esquerdas no momento do golpe militar – aliás, um dado

⁴⁶ Apud VIEIRA, Luiz Renato. *Consagrados e malditos: os intelectuais e a editora Civilização Brasileira*. Brasília, 1996. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Ciências Humanas. Universidade de Brasília. p. 19 (2º vol.).

⁴⁷ HABERMAS, op. cit., p. 44.

importante na consideração da forma como se constituíram as ideologias e os grupos de intelectuais, além da sua legitimidade e autonomia na esfera da cultura⁴⁸. O problema do intelectual, da cultura brasileira e da construção do processo democrático permeou grande parte das intervenções que aos poucos foram constituindo essa esfera de debates fora dos limites dos partidos políticos, assim como fora das estruturas de governo. Desse modo, a problematização da cultura ou a formulação de um conceito de cultura correspondente às necessidades geradas naqueles contextos, depende estritamente da análise dessa mesma heterogeneidade fundante destes grupos.

Nesse sentido, é interessante notar também que a partir do CTI e mesmo dos *Cadernos do Povo Brasileiro* a constituição de um grupo de intelectuais disposto a estar à frente desse processo de organização. Ainda que esse grupo seja identificado pela sua coesão e pela excelência de seus participantes, em nenhum momento ele se mostra homogêneo ou se coloca como uma unidade indissolúvel em meio às transformações estruturais da sociedade brasileira em processo naquele momento. Pelo contrário, dos integrantes muitos deles terão maior ou menor aparição no espaço público dependendo da sua forma de atuação e intervenção. Assim, essa forma não será dada tanto ou somente pela articulação do grupo (como uma unidade fechada e coesa em torno de um projeto definido), mas pela atuação individual de alguns de seus representantes na cena política e cultural de então.

⁴⁸ Pois, subentender a complexidade conjuntural e pressupor uma heterogeneidade constituinte dos elementos que constroem um determinado contexto histórico ou grupo social, é adotar uma perspectiva mais aberta que admite as tensões e as contradições como dados relevantes no momento de investigação. Como em Gramsci: “Um determinado momento histórico-social jamais é homogêneo; ao contrário é rico de contradições”. In: GRAMSCI, Antonio. *Literatura e vida nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 05.

Capítulo II

“A hora dos intelectuais”: cultura e política em tempos de golpe

*As cigarras continuam cantando, tanto nas árvores deste começo de estio e de férias, como nos gabinetes de estudo e nos laboratórios...
E as formigas continuam roendo na sombra dos seus formigueiros secretos...*

(Cigarras na Berlinda, Alceu Amoroso Lima)

1.1 A cultura de esquerda e o desenho das rotas

O golpe militar, em abril de 1964, frustrou diversas expectativas surgidas ao encalço do processo desencadeado pelas mudanças sociais e pelas reformas de base sugeridas pelo Governo Goulart. E alguns eixos centrais em torno dos quais se estruturava o exercício das esquerdas foram modificados em função da própria maneira como o governo recém-imposto interpretava a ação das mesmas. Assim, por exemplo, foi a gradativa substituição de um ideário trabalhista e popular por um vocabulário concernente às condições vividas por determinados grupos sociais. Vale lembrar que a política empregada pelo governo de Castelo Branco, ainda em 1964, visava, sobretudo, efetuar uma varredura nas instituições do Estado assim como naquelas entidades que patrocinaram o plano das reformas. Nesse sentido, a organização que vinha se configurando em torno das esquerdas e das suas respectivas entidades foi sendo modificada pela inclusão de novos problemas e questões de conjuntura.

À medida que o ano de 1964 transcorria e a perseguição a trabalhadores, estudantes, intelectuais, membros da Igreja Católica, além de expurgos a professores, funcionários públicos e mesmo militares tornava-se crescente, uma resistência político-cultural aos poucos foi sendo construída a partir, sobretudo, da imprensa⁴⁹. A organização dos intelectuais – que vinha se colocando antes mesmo do golpe militar como uma necessidade de delimitar seu espaço de atuação e intervenção legítimas – tornou-se ainda mais urgente quando constatada a ação autoritária do Alto Comando Revolucionário. Somente no mês de maio de 1964, por exemplo, o jornal carioca *Correio da Manhã* publicou dezoito textos (entre artigos, matérias, notas e editoriais) enfocando a resistência dos intelectuais às práticas do governo instaurado em abril daquele ano.

Dessa forma, compreender essa articulação é entender o modo como os próprios intelectuais concebiam a importância da cultura na formação de um espaço legítimo de intervenção política. Mais ainda: é discernir os instrumentos que possibilitaram a estes

⁴⁹ Assim, por exemplo, “surgiu a imprensa alternativa da articulação de duas forças igualmente compulsivas: o desejo das esquerdas de protagonizar as transformações institucionais que propunham e a busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa e à universidade. [...] Assim, apesar de sua natureza essencialmente jornalística, a imprensa alternativa acabou se tornando o principal espaço de reorganização política e ideológica das esquerdas nas condições específicas do autoritarismo. Por isso, o surto alternativo adquire uma importância que extravasa sua aparência como conjunto de jornais ou como criação ideológica-cultural”.

intelectuais com interesses diversos, formados em diversas rotas ideológicas, formarem uma resistência cultural ao regime militar. Evidentemente que a participação dos meios de comunicação, nesse primeiro momento, foi decisiva tanto nessa articulação quanto na proposição de temas comuns que pudessem ser discutidos e debatidos como forma de representar essa mesma resistência. Logo, constata-se a importância, senão a necessidade, destes grupos de intelectuais articularem-se através de instrumentos de comunicação capazes de, não somente demonstrar publicamente a resistência à política ditatorial do regime de 1964, como articular um vocabulário de resistência que pudesse ser compartilhado por eles e pelo conjunto de leitores de jornais e revistas.

Uma das primeiras manifestações nesse sentido foi uma crônica do escritor Carlos Heitor Cony publicada do jornal carioca *Correio da Manhã* em maio de 1964, e que se tornou um símbolo na convocação de intelectuais e artistas na luta contra o regime. Esse texto teve uma repercussão muito grande não somente no Rio, mas em diversos meios intelectualizados do país e motivou uma série de discussões sobre o papel do intelectual naquele momento histórico vivido pela sociedade brasileira. Interessante, porém, é que a posição do próprio Cony em relação às esquerdas era – e numa certa medida sempre foi – distanciada e confirmada por variadas críticas de seus contemporâneos. O escritor fazia questão de afirmar em sua coluna semanal, *Da arte de falar mal*, um certo desprezo por aquilo que se convencionou chamar de “esquerda festiva”, além de assumir claramente sua posição liberal no trato com as questões políticas.

No entanto, vale lembrar, que Cony era membro do CTI e amigo de Ênio Silveira, que a partir de então começou a editar suas obras de ficção. A crônica – depois recolhida no livro *O ato e o fato*, um grande sucesso de venda no ano de 1964 – *A hora dos intelectuais*, inaugurara, ou pelo menos abriu, possibilidades para que um escritor sem compromissos políticos e ideológicos como Cony, colocasse-se a serviço de artistas e intelectuais como seu porta-voz oficial junto à opinião pública – principalmente nos meios em que o escritor teve acesso, como o jornal *Correio da Manhã*. O texto dirigido a um público muito específico e considerando a sua unidade ideológica, reivindica uma posição daqueles que, segundo ele, seriam unicamente capazes de dar uma resposta aos acontecimentos:

KUCINSKY, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Página Aberta, 1991. p. 161.

Acredito que é chegada a hora de os intelectuais tomarem posição em face do regime opressor que se instalou no País. Digo isso como um alerta e um estímulo aos que têm sobre os ombros a responsabilidade de serem a *consciência da sociedade*. E se, diante de tantos crimes contra a pessoa humana e contra a cultura, os intelectuais brasileiros não moverem um dedo, estarão simplesmente abdicando de sua responsabilidade, estarão traindo o seu papel social e estarão dando uma demonstração internacional de mediocridade moral. [...]. Estão sendo presos ou perseguidos, sacerdotes, professores, estudantes, jornalistas, artistas, economistas – todos os escalões da vida nacional. Os cárceres continuam cheios, e, sem falar nas abomináveis cassações de mandatos, novas prisões são feitas, todos os dias.

No campo estritamente cultural implantou-se o Terror. Reitores são substituídos por ordem de militares. Professores são destituídos de suas cátedras e presos. O pânico se generalizou por todas as classes e por todas as cidades. A qualquer hora pode bater um policial à sua porta e levá-lo – sabem Deus e a Polícia para onde.

Os intelectuais brasileiros precisam, urgente e inadiavelmente, mostrar um pouco mais de coragem e de vergonha. Se os intelectuais não se dispuserem a lutar agora – talvez muito em breve não tenham mais o que defender⁵⁰.

A intervenção de Cony é bastante representativa do ponto de vista da posição que a “consciência da sociedade”, aos poucos, vai tomando frente aos acontecimentos relacionados à repressão patrocinada pelo governo militar. Constata-se que, se antes a figura do intelectual estava necessariamente ancorada aos projetos políticos e ideológicos do Estado (seja na forma da aliança como no *status* do funcionário público), ou no interior da *intelligentsia* dos partidos políticos formalmente constituídos, ela agora aparece como um elemento dotado de certa autonomia de produção e até de liberdade de intervenção na *res* pública. Ou seja, na medida em que se dá a desagregação das entidades formais da esquerda nacionalista ou de oposição ao governo de Castelo Branco há, por outro lado, o fortalecimento de grupos de esquerda que têm base numa formação complexa, heterogênea e pluralista.

Essa formação que começava então alcançar os meios de comunicação em geral e deixava a restrição meramente corporativa de um CTI, por exemplo, vai propiciar relações e um certo consenso entre esses intelectuais “porta-vozes” e as instâncias intelectuais do PCB. Afora as disputas pessoais, Ferreira Gullar e Cony constroem um exemplo muito interessante

⁵⁰ CONY, Carlos Heitor. A hora dos intelectuais. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 23 de maio de 1964. Segundo Caderno, p. 01.

acerca desse contato entre projetos distintos conciliados no interior de um contexto heterogêneo de discussão. Ainda que as afirmações recentes Gullar acerca de Cony, sobre sua incapacidade de compreender e fazer política ou de estar aquém de qualquer organização de esquerda⁵¹, a forma pela qual estruturou-se a relação de ambos naquele contexto sugere condições recentemente expostas na nova edição do livro *O ato e o fato* de Cony.⁵²

Não obstante, todas as disputas que ocorriam tanto nos quadros internos do PCB quanto na imprensa dita progressista – como era o caso do Jornal *Correio da Manhã* dias depois do golpe – o fato é que a partir desse momento de aparição de Cony na cena política (como crítico da ditadura com a qual comprou briga além de defensor das atividades intelectuais) é também o momento em que ele se afirma literariamente com a publicação do seu livro *O ato e o fato*, título homônimo de uma outra crônica sua acerca do golpe. O livro foi editado pela Civilização Brasileira e em poucas semanas tornou-se um sucesso editorial a ponto de uma tarde de autógrafos na cidade do Rio reunir mais de duas mil pessoas⁵³. Evidentemente que um intelectual comunista, até então, não havia alcançado tal proeza nem assumira aquele comportamento como sendo exemplar ao intelectual do partido. E embora o próprio Ferreira Gullar (que se filiou ao PCB no dia 31/04/1964) considere essa questão um caso isolado no meio intelectual, as brigas que Cony comprou com os militares renderam-lhe não somente *status* enquanto escritor, mas o fizeram gozar de certa consideração no meio progressista.

Uma outra participação no meio intelectual que se deu pelos jornais e que evocou mais insistentemente a autonomia da esfera cultura como espaço de produção dos intelectuais no pós-golpe foi a de Tristão de Athayde (pseudônimo literário de Alceu Amoroso Lima). A vida profissional de Alceu Amoroso Lima sempre esteve vinculada ao Estado e ficou conhecido principalmente pela sua erudição literária e por seu envolvimento com setores da igreja católica. Foi reitor da Universidade do Distrito Federal, professor catedrático da literatura brasileira na UFRJ, da PUC/RJ e professor visitante em diversas universidades estrangeiras

⁵¹ “Cony não era e nunca foi de esquerda [...]. Com isso ele pode ter assinado o manifesto do CTI, porque muita gente assinou [...]. Mas à vezes o cara assina até porque está sentado no bar, o amigo assina e ele assina também”. Apud VIEIRA, op. cit., p.69.

⁵² Nessa referida edição do livro *O ato e o fato*, no ano de 2004, Carlos Heitor Cony faz a devida referência às sugestões de Ferreira Gullar acerca da redação desse artigo. Cony descreve em nota de pé de página a contribuição de Gullar no que tange à elaboração dos principais argumentos ao até mesmo a redação dos artigos antes publicados no jornal *Correio da Manhã* e depois reunidos em *O ato e o fato*. Ver: CONY, Carlos Heitor. *O ato e o fato*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

⁵³ *Correio da Manhã*, 02 de setembro de 1964, p.06 (Segundo Caderno). A pequena nota ainda traz uma reprodução fotográfica, registrando a movimentação em torno da livraria.

além de publicar inúmeros livros sobre literatura e teoria literária. A sua formação como professor contribuiu para a forma como seus artigos e crônicas abordavam as questões referentes à censura no regime militar e, sobretudo, a violência desferida contra professores e funcionários públicos das universidades brasileiras.

Um artigo seu intitulado *Terrorismo Cultural* teve também repercussão tanto no meio intelectual quanto acadêmico, no qual a onda repressiva se manifestava através da violência física, das prisões e das demissões sumárias. A inserção da obra e das idéias de Amoroso Lima no meio acadêmico refletira-se, inclusive na forma como seus textos eram recebidos por este público, além de permitir um contato maior com os projetos oriundos destes grupos organizados à esquerda do governo militar. Não é à toa que a própria Editora Tempo Brasileiro de Eduardo Portella editou em forma de três livros os artigos mais representativos de Amoroso Lima sobre o militarismo na década de 1960⁵⁴. A própria orelha da edição original de *Revolução: reação ou reforma* demonstra as condições pelas quais se tornou necessária a publicação em livro das crônicas do autor, antes conhecidas pelos jornais:

desde os seus primeiros instantes, Tempo Brasileiro identificou-se logo pelo seu persistente esforço no sentido de pensar o Brasil do ponto de vista do Brasil. [...] Comprometendo-se decisivamente com o Brasil, procurou pensar, discutir e compreender o vasto e inquietante repertório de problemas que temos diante de nós. Imaginou inclusive uma frente única autêntica, aberta e leal, onde o interesse nacional predominasse sobre as possíveis idiossincrasias privadas ou grupais. [...] O que Tempo Brasileiro procura ser, e quer ser, é movimento de jovens, reflexo fiel do novo Brasil.⁵⁵

Ou seja, a afirmação intelectual de Amoroso Lima no meio acadêmico foi importante no sentido de colocar em pauta neste mesmo meio os problemas em torno do intelectual e da cultura a partir de 1964. Vale ressaltar que a editora Tempo Brasileiro possuía então uma linha editorial muito bem definida, que apostava no público acadêmico como principal consumidor de suas edições. A própria *Revista Tempo Brasileiro*, coordenada por Eduardo Portella, procurava manter um debate em torno de temas essencialmente acadêmicos sem ter em mente a necessária inclusão de temas ditos de esquerda que influenciaram, por exemplo, outras duas

⁵⁴ *Revolução: reação ou reforma?* (1964), *Pelo humanismo ameaçado* (1966) e *Experiência reacionária* (1968).

⁵⁵ VIANNA, Alfredo Marques. *Revolução, reação ou reforma* de Alceu Amoroso Lima. In: LIMA, Alceu Amoroso. *Revolução: reação ou reforma*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1964. (orelha).

grandes revistas do período: a *Revista Brasiliense* (dirigida por Caio Prado Jr.) e a *Revista Civilização Brasileira* (dirigida por Ênio Silveira e Moacyr Félix). Aliás, a pesquisa de Luiz Eduardo Pereira da Motta enfocou a diferença substancial entre as revistas *Tempo Brasileiro* e a *Civilização Brasileira*. Segundo ele, apesar das diversas mudanças ocorridas ao longo da década de 1960, a *Revista Civilização Brasileira* procurou manter sempre o debate acerca das questões políticas e culturais. Por outro lado, a *Revista Tempo Brasileiro*, rompendo com vínculos nacionais-desenvolvimentistas, dedicou-se às questões de natureza filosófica e epistemológica⁵⁶.

Nesse sentido, a aparição de Alceu Amoroso Lima justifica-se não só porque equaciona novos temas, mas também representa a necessidade dos grupos de intelectuais em formação, de uma articulação também no meio acadêmico. E foi, de certa forma, que a crônica *Terrorismo Cultural* serviu de elo de ligação entre diversas camadas intelectuais com o meio acadêmico, que se via em processo de degradação pela ação intempestiva dos militares. Num tom particularmente progressista, Amoroso Lima descreve que o chamado terrorismo cultural “é mesmo um dos argumentos mais convincentes contra a teoria do progresso contínuo da humanidade”, o que de fato significava acusar o modo pelo qual as forças militares estavam intervindo no “processo natural” de desenvolvimento da sociedade. Essa intervenção foi caracterizada por Amoroso Lima, sobretudo pela demissão de Anísio Teixeira, Josué de Castro e Celso Furtado dos quadros do Estado pelo fato de “pensarem de modo diferente da nova ideologia dominante”, caracterizando segundo seu autor o terrorismo cultural. Procura demonstrar que

o terrorismo também é antibrasileiro e por isso mesmo a forma por que assume, ao menos até agora, se vem desenvolvendo entre nós ainda assume apenas os aspectos mais suaves e indiretos, como é o exemplo do terrorismo cultural, a guerra às idéias. [...] Os nossos estudantes, jornalistas, professores, sacerdotes, intelectuais, filósofos, ainda prêso entre nós, estão sendo vítimas desse terrorismo cultural, tanto mais abominável quanto mais disfarçado. [...] Até hoje nunca tive medo do comunismo no Brasil. Agora começo a ter.⁵⁷

⁵⁶ MOTTA, Luiz Eduardo Pereira da. *A época de ouro dos intelectuais vermelhos: uma análise comparativa das Revistas Tempo Brasileiro e Civilização Brasileira – 1962-1968*. Rio de Janeiro, 1994. Dissertação (mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. p. 74.

⁵⁷ LIMA, Alceu Amoroso. Terrorismo cultural. In: *Revolução: reação ou reforma*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1964. p. 231-232.

A crônica de Alceu Amoroso Lima alcançou repercussão em todo meio intelectual e universitário e colocou em pauta o problema da repressão aos intelectuais e artistas. O chamado “delito de opinião” começava a se disseminar entre diversos grupos de esquerda como forma de caracterizar o modo pelo qual eram operadas as intervenções dos militares na esfera da cultura. A expressão “terrorismo cultural” constituiu-se, em certa medida, na questão central destes grupos tanto na suposição de uma esfera cultural, que era ameaçada pelo assim denominado terrorismo, como no estabelecimento de uma unidade de resistência (denominada cultural) destes grupos.

Esse processo de constituição de uma resistência cultural ao regime militar durante o ano de 1964 pode ser acompanhado pelas edições do jornal carioca *Correio da Manhã*. Aliás, este periódico, ainda que tenha sido caracterizado como conservador e golpista⁵⁸, acolheu diversos intelectuais tanto antes como depois do golpe, como foi o caso de Cony, Otto Maria Carpeaux, Márcio Moreira Alves e Manuel Cavalcanti Proença – todos colaboradores da RCB.

Um dos artigos de Márcio Moreira Alves, intitulado *Delito de opinião* (publicado em 24 de junho de 1964), descrevia:

O general Golberi do Couto e Silva, um dos luminares da Sorbonne, tem procurado contato com os meios intelectuais por considerar que a ‘revolução não pode alienar a *intelligentzia*’. O general Jurandir Mamede, antes de partir para o Pará, externou sua preocupação com a hostilidade que jornalistas e escritores manifestavam ao movimento de 1. de abril. Informações de Brasília dão conta de que também o presidente Castelo Branco tem preocupações semelhantes. E os demais revolucionários pensantes, civis e militares, indagam, com ingênua perplexidade, a razão da generalizada condenação que sofrem. A resposta é simples: continua a imperar o terror ideológico em tôdas as universidades do país. As perseguições e erros cometidos nos primeiros meses de arbítrio não foram corrigidos nem existem indicações de que o serão. [...] Por essas rápidas informações se vê que não há motivo para perplexidades. Ninguém sofre de bom grado a prepotência policialesca. Enquanto houver penas para o delito de opinião, os que têm opinião não podem apoiar o govêrno. É claro como o dia, mesmo que visto por óculos verde-oliva.⁵⁹

⁵⁸ Devido, sobretudo, as edições de 31/03/1964 e 01/04/1964, que trouxeram estampadas nas capas os respectivos editoriais, “Basta!” e “Fora!”, que procuravam justificar a queda de Goulart e ascensão de um novo regime como a “única forma de se manter a integridade e a ordem nacional”.

Manuel Cavalcanti Proença e Otto Maria Carpeaux, que tinham uma coluna diária sobre política internacional. Entre os meses de maio e dezembro de 1964 o *Correio da Manhã* volta sua atenção para as denúncias de repressão, censura e violência, acentuando sempre o caráter de terrorismo disseminado entre os meios intelectualizados, como foi o caso dos jornalistas, escritores, professores, diretores de teatro e também estudantes. Numa das aparições de Manuel Cavalcanti Proença no *Correio da Manhã* em 1964, noticia-se:

“O escritor M. Cavalcanti Proença disse ontem ao Correio da Manhã que “existe de fato terror cultural no país, e isso ocorre em função da fragmentação da autoridade”. Lembrou que somente a “incultura teme a liberdade de opinião, garantida pela Constituição e não revogada pelo Ato Institucional”. Terror: “a prisão de Astrogildo Pereira, meu companheiro da Comissão Machado de Assis, é o maior indício do terror cultural”, disse Cavalcanti Proença. “Astrogildo Pereira é um intelectual dos mais honestos e, se ele é marxista, a meu nada há de mal nisso, pois parece que a Constituição garante a liberdade de opinião. O direito de opinião é sagrado, como dizia Gen. Osório”. Reformas: Os inquéritos nas universidades, segundo o escritor, “são prejudiciais, pois é nelas que o governo poderia encontrar apoio para as reformas, sem as quais não sairemos da crise na qual nos encontramos. Se o movimento de abril pretende, de fato, ser revolucionário, é preciso apoiar e pedir reformas. Caso contrário, esse movimento terá o caráter da quartelada”⁶⁰.

O “terror cultural” é apresentado ao público leitor do jornal como um problema generalizado em todo país e não se restringe aos grupos de esquerdas organizados na cidade do Rio de Janeiro. Na edição de 14 de agosto de 1964 o *Correio da Manhã* reproduz em suas páginas o texto que havia sido publicado originalmente no *Le Monde*, em Paris. A matéria não assinada, intitulada “O terror cultural é denunciado em Paris”, é publicada na capa do periódico carioca, fazendo menção aos processos de cassação de professores e servidores (como havia acusado Amoroso Lima), assim como do processo contra um dos seus principais colunistas: Carlos Heitor Cony. O *Correio da Manhã* tratou de reconhecer a importância do escritor numa primeira página do dia 16 de abril de 1964:

⁵⁹ ALVES, Márcio Moreira. “Delito de opinião”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 24 de junho de 1964, p. 06 (Primeiro Caderno).

⁶⁰ PROENÇA, Manuel Cavalcanti. “Escritor confirma terror cultural”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 22 de outubro de 1964, p.03, (Primeiro Caderno).

[...] O Correio da Manhã sente-se à vontade para prestigiar o seu redator. Trata-se de um autor de uma obra literária que vem merecendo o estudo crítico de nossos melhores ensaístas, e que, ainda em 1963, alcançou excepcional êxito com “Matéria de Memória”. Carlos Heitor Cony além de ser nosso cronista, passou por diversos postos de nossa redação: copy-desk, repórter internacional, editorialista e, atualmente, editor. *Nunca foi comunista. Nunca manteve vínculos administrativos, políticos ou sociais com o governo deposto.* Pública e pessoalmente, nunca escondeu sua oposição ao ex-presidente João Goulart. A veemência de seus últimos artigos é a expressão pessoal de uma opinião já expressa em sua obra literária, opinião esta que, de resto, não pode ser cerceada nem ameaçada, a menos que já se prepare um ato punitivo aos delitos de opinião.⁶¹

Inúmeros manifestos durante o ano de 1964 procuraram demonstrar repúdio de grupos de intelectuais contra a onda de repressão militar – que não se sabia totalitária ou democrática. A agremiação destes intelectuais respondia a uma dupla necessidade: a de oposição e rearticulação destes grupos na tentativa de formar uma resistência cultural efetiva ao regime. No entanto, à medida que os manifestos vão sendo publicados na grande imprensa percebe-se o quanto esses grupos encontram-se fragmentados para uma ação política, quanto mais numa ação cultural. Ou seja, ainda que as atenções estivessem voltadas para a articulação dos grupos de intelectuais e artistas contra a repressão e a favor da liberdade de expressão, a unidade não se fazia possível em virtude do modo como cada grupo concebia o chamado terrorismo cultural. Em geral, os manifestos diziam respeito às condições particulares da atividade intelectual e contra forças ainda não definidas no campo político. Assim foi, por exemplo, redigido o manifesto da União Brasileira de Escritores, que procurou solidarizar-se com “os intelectuais com direitos cassados, lares invadidos, com empregos perdidos ou sumariamente aposentados e processados por defesa de idéias”⁶². Entrevistado pelo *Correio da Manhã*, o presidente da UBE, Peregrino Júnior, confirmando que a entidade estatutariamente posta à margem da vida política, “ [...] *não entra na apreciação do mérito dos fatos políticos ocorridos, mas*

⁶¹ AMEAÇAS e opinião. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 16 de abril de 1964. Primeiro Caderno, p. 01. (editorial). [sem grifo no original]

⁶² MANIFESTO da UBE ataca terrorismo. *Correio da Manhã*, 24 de outubro de 1964, Primeiro Caderno, p. 14. A íntegra do manifesto encontra-se nos Anexos.

acredita na possibilidade de ver a realização de seus propósitos sem encarceramento de escritores nem perseguição de idéias [...].”⁶³

Ou seja, a condição de resistência da UBE parece inapropriada, considerando que o CTI, por exemplo, tinha uma posição mais definida quando da sua fundação em outubro de 1963, um ano antes. Por outro lado, o fato de não entrar no “mérito dos fatos políticos ocorridos” corresponde também ao caráter conservador que a entidade sempre assumiu no meio literário e acadêmico. Também outras intenções motivaram a articulação a partir do CTI, que não se limitava ao campo de atuação de escritores, mas toda a “classe intelectual” que, a partir de então, começava a ser concebida como uma classe de trabalhadores formais. Um dado interessante a ser observado a partir de meados da década de 1960 é a crescente especialização de artistas e produtores culturais, quando se verifica a criação de instrumentos específicos de organização e difusão de suas obras e idéias. Essa “profissionalização” deve-se especialmente à emergência da indústria cultural no Brasil além de representar o processo de instrumentalização da cultura em favor da construção da chamada hegemonia cultural de esquerda. O próprio CTI aponta para essa espécie de organização.

É com essa convicção que em meio aos manifestos de intelectuais na defesa da liberdade de opinião e expressão, lançados durante o segundo semestre daquele ano, um pronunciamento mereceu destaque especial no meio intelectual, o de Ênio Silveira. A sua inserção na vida cultural do país, aos poucos ia tomando proporções significativas, através da Editora Civilização Brasileira. Sua crescente participação no mercado editorial a partir de 1959 veio, por sua vez, demarcar um espaço ainda em articulação naquele momento, que era a edição de obras voltadas para temáticas reconhecidamente de esquerda. Ou seja, a presença de Ênio como editor e proprietário da Editora Civilização Brasileira no meio intelectual era tida com esmero, até porque sua preocupação estava voltada para o lançamento de novos autores (nacionais e estrangeiros), assim como preocupado com a liberdade de expressão destes através de suas obras. Essa condição, de certo modo, dava prestígio à Editora e sua aceitação no meio intelectual consolidou-se em torno dos pressupostos de renovação tanto da forma quanto do conteúdo das obras por ele editadas.

Numa entrevista concedida ao *Correio da Manhã* em outubro de 1964, Ênio Silveira (“um dos intelectuais mais visados pelo movimento de 31 de março”, segundo descreve o periódico), recolocou algumas questões acerca do chamado terrorismo cultural, principalmente

⁶³ Id. Ibid. [sem grifo no original].

no que se referia à expulsão de professores universitários, o cerceamento das liberdades de imprensa, fechamento arbitrário de órgãos associativos dos estudantes e demissão sumária de vários intelectuais dos postos que ocupavam. Essa condição, segundo Ênio Silveira, demonstrava que a forma pela qual fora instalado o novo regime no país, pretendia-se “transformar os intelectuais brasileiros num bando de carneiros ilustres, de pêlo sedoso e balido discreto”⁶⁴. Ênio, em 1964, já estava sendo processado pela Justiça Militar: respondia a quatro Inquéritos Policiais-Militares (IPMs) relacionados à edição de livros classificados pelo novo regime como subversivos – livros estes que faziam parte da coleção *Cadernos do povo brasileiro*. A utilização da Editora Civilização Brasileira para fins de resistência cultural ao regime surtiu efeito nos dois sentidos: chamou a atenção dos militares para uma instituição (empresa) que tinha vínculos com a esquerda (sobretudo com Goulart e o PCB) e abriu espaço para a discussão do problema do militarismo no meio acadêmico e intelectual. Nas palavras de Ênio Silveira,

uma editôra é também uma plataforma de debates, e o próprio General Panasco o auxilia no argumento quando diz que considera subversivos apenas quatro dos títulos publicados pela Civilização Brasileira, na coleção *Cadernos do Povo Brasileiro*. Diante disso, resta saber o que vem a ser subversivo, pois até agora nem o Marechal Castelo Branco, nem o mais obscuro de seus prepostos se deram (sic) ao cuidado de definir o conceito perante a opinião pública do País.⁶⁵

Ainda que resumidamente nas palavras do editor, algumas questões são aqui colocadas que, em outras intervenções aparecem diluídas em discursos, procurando resguardar o conteúdo corporativo das organizações de intelectuais. Ao passo que as instituições de esquerda eram colocadas na clandestinidade, proibidas de exercerem suas atividades por serem classificadas como subversivas ou colaborarem com o antigo governo, a Editora Civilização Brasileira, através de suas edições começou a despontar como um espaço sob o qual grupos de intelectuais teriam acolhidas suas reflexões, permitindo o seguimento do debate que se estendia desde antes do golpe militar. Ora, a formalização desse procedimento se deu com as duas coleções aqui citadas além de endossar a formação do próprio CTI nos idos de 1963 – que

⁶⁴ REVOLUÇÃO caça intelectuais. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1964, Primeiro Caderno, p. 07.

⁶⁵ Id. Ibid.

segundo o próprio Ênio Silveira, “de fato, realizou as reuniões em sua casa, mas, juntamente, com amigos e editados, debateu questões de interesse geral relativas a (sic) vida cultural do país”⁶⁶.

Outra questão importante levantada nessa entrevista com Ênio Silveira e ainda não considerada efetivamente nos manifestos sob o foco mais amplo da organização dos intelectuais e artistas – nem mesmo no próprio CTI – é a constituição de uma opinião pública acerca da atividade exercida por eles. Muito embora o CTI houvesse colocado nas entrelinhas de seu manifesto de fundação a necessidade de se constituir essa esfera pública legitimada pela ação do próprio trabalhador intelectual (“considerando a inexistência de um órgão mediante o qual possam os intelectuais emitir os seus pronunciamentos[...]”), não o fez por dois motivos imediatos: a incapacidade natural de assentar uma unidade – na forma de uma “frente única” – efetiva a partir do contingente heterogêneo de intelectuais e artistas, além de não dispor da devida abrangência do Comando que permitisse a reivindicação dessa esfera pública de debates.

É nesse contexto que as primeiras reuniões sobre a criação da *Revista Civilização Brasileira* (RCB) são realizadas. Nota-se que o projeto da revista não nasce meramente de uma investida de Ênio Silveira no mercado das revistas acadêmicas e culturais, mas de um processo de desenvolvimento que dependeu primeiro da aglutinação de um grupo de intelectuais em torno da Editora Civilização Brasileira, do amadurecimento das discussões em torno da cultura e da formação de um grupo articulado política e ideologicamente em torno de projetos comuns. Em outras palavras, a RCB é resultado de um processo de reflexão deste grupo antes desarticulado que começa com os *Cadernos do povo brasileiro*, passa pelo *Violão de Rua*, pelo *Comando dos Trabalhadores Intelectuais*, pelas discussões acerca do terrorismo cultural nas páginas do jornal *Correio da Manhã* e culmina com a edição da revista em março de 1965.

Considerar esse processo de formação das discussões, da emergência de uma esfera pública de debates a partir da cultura é procurar entender como se determinou o percurso de cada intelectual envolvido no projeto de realização da RCB. Pois, se ao considerarmos a revista apenas como resultado do trabalho de um grupo de comunistas ou de nacional-reformistas, estamos desconsiderando, por outro lado, a forma pela qual o grupo se articulou política e ideologicamente em torno dos problemas oriundos da esfera cultural. E essa condição só foi possível porque num primeiro momento estes mesmos intelectuais estiveram presentes em

⁶⁶ Id. Ibid.

outros projetos diversos relacionados ao ISEB, ao CPC da UNE, ao governo Goulart, à Editora Civilização Brasileira, ao CTI e ao PCB. Formou-se antes do golpe militar – e acentuou-se com ele – um contingente de artistas e intelectuais que buscava unir-se através de um projeto comum.

Esta configuração dos grupos de intelectuais, principalmente em torno da questão da cultura, de certo modo, advinha também daquela reorganização das esquerdas frente ao denominado esquerdismo de Goulart (como foi o caso do CTI) e à derrota do golpe de abril. Ou seja, a gradual constituição dessa postura no interior dos grupos que pretendiam resguardar um certo grau de pluralidade de seus integrantes, partiu, sobretudo, do reconhecimento das contradições políticas e culturais presentes neste contexto. Ou seja, trata-se daquele momento em que as esquerdas vinculadas ao ideário nacionalista e reformista – programaticamente orientado pelo imaginário pecebista acerca da revolução brasileira, além das concepções isebianas de desenvolvimento – sofreram transformações significativas em suas articulações políticas e ideológicas, permitindo uma compreensão mais ampla dos problemas nacionais, além de inserirem-se no próprio debate sobre a internacionalização do marxismo; processo que Leandro Konder descreveu como um “descongelamento no qual se encontrava o marxismo no Brasil”⁶⁷.

Dessa forma, ainda que a maioria das análises sobre a relação ente política e cultura no regime militar se concentrem a partir dos desdobramentos ocorridos em função do golpe militar, os anos que o antecederam são também significativos no estudo da origem dessa relação. Em geral, isso ocorre em virtude da bibliografia consolidada que analisa o período e determina tal recorte temporal como um modelo “didático” de apresentação e síntese das questões mais decisivas nas esferas da política e da cultura naquele momento. Mas há de se notar que tais referências – embora importantes – não devem ser confundidas (ou interpretadas) com o conjunto de problemas, contradições e tensões daquele contexto. Pois, antes, trata-se de possibilidades de análise historicamente datadas e não compartilham de um

⁶⁷ In: KONDER, Leandro. “Marxismo alienação”. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, v.1, n.º 2, p. 280-286, maio, 1965.

mesmo instrumental reflexivo⁶⁸. Pois, a consideração do embate ideológico no interior dos grupos de esquerda é, no mais, uma tentativa de compreender como a organização desses grupos se deu em função da reestruturação de suas ideologias. Em outras palavras: compreender o quadro de contradições políticas e ideológicas existentes no pré-64, é considerar a heterogeneidade das formações culturais, políticas e ideológicas constituídas a partir do golpe. Além disso, como já ficou evidenciado em outras pesquisas, o pré-64 é também um momento em que inúmeras questões acerca das possibilidades de uma revolução nos padrões do socialismo estava sendo preparada e discutida – conforme o ideário nacional e popular. O debate desses primeiros anos da década de 1960 formula-se a partir de uma batalha das idéias, antes do país sofrer a fase de repressão militar.

Esse período – quase sempre analisado através da emergência das relações populistas entre o Estado e as classes populares – inaugurou um processo de intensas mudanças estruturais nas esferas da política e da cultura, ocasionando a reestruturação das atividades políticas e ideológicas dos grupos de esquerda. Caracterizado como um momento de “respiro”, esse momento propiciou o contato das esquerdas com as discussões em pauta numa conjuntura internacional; como foi dito, a discussão sobre o marxismo internacionalizava-se depois das denúncias de Krushev sobre a ditadura estalinista, e influenciava toda uma geração de intelectuais e artistas. Carlos Nelson Coutinho, por exemplo, afirma que

o início dos anos 60 é um período de muito florescimento cultural. É o período, por exemplo, onde o editor Ênio Silveira efetivamente transforma a Civilização Brasileira numa editora a serviço de uma cultura progressista. É o período dos *Cadernos do Povo*, do *Violão de Rua*. E, é também o período do início da publicação no Brasil de alguns autores marxistas críticos. Porque, durante muito tempo, a cultura marxista no Brasil estava sob controle do PCB, através de seus manuais⁶⁹.

⁶⁸ Entre os estudos mais representativos, destacam-se MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ática, 1980. (que perfaz o período pré-golpe (1957-1964) e pós-golpe (1965-1969)); SCHWARZ, Roberto. “Cultura e política: 1964-1969” In: *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978; PÉCAUT, Daniel. *Intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação* São Paulo: Ática, 1990. (investiga o período a partir do recorte que vai 1964 até 1968); CHAUI, Marilena. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: Cedec/Paz e Terra, 1978; GALVÃO, Walnice Nogueira. “As falas, os silêncios: literatura e imediações” (1964-1988). In: SCHWARTZ, Jorge; SOSNOWSKI, Saul (orgs). *Brasil: o trânsito da memória*. São Paulo: Edusp, 1994; WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

⁶⁹ COUTINHO, Carlos Nelson. *Entrevista concedida a Marcelo Siqueira Ridenti*. Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1996.

Por isso, é de suma importância a consideração desse contexto analisar, pois, o sentido das controvérsias em torno na crise do socialismo e da própria natureza do marxismo no Brasil – que era objeto de análise destes que aos poucos reconstruíam, por sua vez, os quadros de oposição pós-golpe militar. Há uma reformulação das atividades das esquerdas no país (a partir da produção intelectual do PCB e do ideário pecebista) que deixa de pensar o Estado única e exclusivamente como centro das transformações históricas e da própria revolução brasileira. Momento em que a política deixou de ser o centro para onde convergiam os debates e quando a cultura assumiu uma importância fundamental na proposição dos novos rumos ideológicos da esquerda brasileira.

Nota-se que, até então, a política destacava-se no debate por haver sido o núcleo tradicional em torno do qual gravitavam os intelectuais de esquerda, e pelo fato da própria cultura não ser discutida como um problema político entre os autores marxistas. A partir daí o estruturalismo, o existencialismo, as revisões economicistas do marxismo e mesmo a difusão em território nacional das obras dos chamados marxistas da cultura (Marcuse, Adorno, Benjamin, Gramsci, entre outros) começaram a propor uma leitura crítica sobre os eventos em processo, permitindo o deslocamento paulatino das discussões da esfera política para a esfera da cultura. É essa mudança de foco que possibilita uma nova consciência em torno daquilo que representa o esforço do chamado marxismo ocidental, para o qual os valores culturais indistintamente serão reconhecidos também como valores políticos. É, pois, quando a cultura torna-se um espaço político legítimo de intervenção do seu principal protagonista: o intelectual.

A articulação deste espaço pode ser notada tanto pela atividade dos intelectuais ligados ao PCB como eram Leandro Konder, Ferreira Gullar, Nelson Werneck Sodré, Dias Gomes, entre outros, através dos Comitês Culturais⁷⁰, quanto pela intervenção daqueles artistas não vinculados ao partido e dispostos a defender a liberdade de criação e expressão de intelectuais e artistas – como foi o caso dos atores do *Show Opinião* em 1965 (Nara Leão, João do Vale e Zé Keti), *Liberdade, Liberdade* (Paulo Autran e Thereza Rachel) e o próprio Cony.

1.2 Espaço público e legitimidade ideológica

Este espaço, distante da tutela do Estado e das intervenções ideológicas dos partidos políticos, surgiu como resultado iminente das transformações e, além disso, procurava se colocar entre o Estado e a burguesia não como uma instância intermediária entre os dois pólos em disputa pelo poder, mas como uma esfera pública na qual as relações entre ambos poderiam ser reconstruídas. Espaço fundante de um determinado tipo de relação político-ideológica legítima de exercício da reflexão democrática e pluralista, que permitiu a inclusão dos mais variados projetos de reconstrução democrática, sempre guiados por esse mesmo pluralismo. Dentro dessa perspectiva, a fundamentação de uma esfera de debates de tal natureza pressupunha justamente a parcela *não organizada* do público, das massas, das pequenas associações, dos artistas, dos jornalistas, entre outros.⁷¹

Entre os autores que têm discutido o processo de formação da esfera pública, além de Habermas – que procura antes delimitar o conceito na investigação do modo como se procedeu a estratificação da sociedade burguesa a partir do século XVIII – encontra-se Dieter Prokop. O conceito de esfera pública (*Öffentlichkeit*) durante as décadas de 1970 e 1980 assumiu o centro de diversos debates, principalmente quando da discussão do papel dos meios de comunicação no fortalecimento dos novos movimentos sociais em emergência naquele período. No Brasil o debate se definiu em torno de algumas questões fundamentais: o espaço público como resultado da interferência do Estado no âmbito das discussões da sociedade civil; ou o espaço público no papel de articulador de ações dos movimentos sociais através do fortalecimento dos meios de comunicação. Duas perspectivas distintas que assumiam a importância do espaço público como um momento específico na democratização da sociedade brasileira, mas não como um fator intrínseco no processo de transformação das relações sociais operadas a partir da década de 1960⁷². Em função desse debate é que o conceito habermasiano de esfera pública foi recuperado e trabalhado na consideração do contexto da realidade brasileira.

⁷⁰ A constituição e o desenvolvimento das atividades dos Comitês Culturais do PCB durante a década de 1960 é analisada por Celso Frederico em “A política cultural dos comunistas”, In: MORAES, João Quartim de (org.). *História do marxismo no Brasil: teorias e interpretações (vol. III)*. Campinas: EdUnicamp, 1998. p. 275-304.

⁷¹ Segundo o sociólogo Dieter Prokop, “estas formas de esfera pública não têm uma velha tradição. Surgiram sempre em períodos de transformação revolucionária”. In: PROKOP, Dieter. “A esfera pública”. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1986. p. 105.

A obra *Mudança estrutural da esfera pública* [Strukturwandel der Öffentlichkeit], de Habermas, aborda a formação do espaço público burguês a partir do século XVIII e como a fundamentação desse espaço significou, na mesma proporção, a afirmação de valores que representariam os ideais e projetos daquele estrato social. Conforme Habermas,

a esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam essa esfera pública regulamentada pela autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social⁷².

Essa esfera pública burguesa, por sua vez, adquire legitimação quando a sua intervenção nas instâncias da vida social (família, religião, Estado e cultura) faz-se conforme a necessidade não mais particularizada de um estrato social determinado (a burguesia), mas como exigência de um contexto histórico e cultural que chama para si valores éticos e morais fundamentados na própria ideologia burguesa. Logo, esferas de legitimação como a jurisprudência, a política e a formação cultural assumem a caracterização de público em função das necessidades dessa burguesia que anseia participar de espaços ainda restritos ou ampliar sua presença e seu limite de influência (e público) nas relações de troca e de mercadoria na sociedade moderna. E,

antes que, no campo tensional entre Estado e sociedade, a esfera pública assuma expressamente funções políticas, a subjetividade que se origina da esfera íntima da família ‘strictu sensu’ já tem, no entanto, por assim dizer o seu próprio público. Ainda que a natureza pública do poder público tenha sido contestada pelo raciocínio político das pessoas privadas para, afinal, ser-lhe totalmente subtraída, forma-se sob sua proteção uma esfera pública sem configuração política – o esboço literário de uma esfera pública a funcionar politicamente. Ela é o campo de manobras de um raciocínio público que ainda gira em torno de si mesmo – um processo de autocompreensão das pessoas privadas em relação às genuínas experiências de sua nova privacidade.⁷⁴

⁷² Entre os autores brasileiros, merecem ser destacados os trabalhos de Sérgio Costa, Leonardo Avritzer e Vera da Silva Telles, que discutem o problema da esfera pública na constituição dos chamados novos movimentos sociais.

⁷³ HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1981, p.42.

⁷⁴ Ibid., p. 44.

Com essa idéia de esfera pública, Habermas pressupõe uma modificação da relação entre as esferas pública e privada, e que pode ser compreendida conforme três perspectivas: a esfera pública política, a esfera pública literária e o mercado de bens culturais. As mesmas representam a própria mudança estrutural da qual fala o autor. Das três, a que, num primeiro momento, surge como fundamental no estudo a que se propõe essa pesquisa, é a esfera pública literária, considerando com Habermas que a “cidade não é apenas economicamente o centro da sociedade burguesa; em antítese política e cultural à ‘corte’, ela caracteriza, antes de mais nada, uma esfera pública literária que encontra as suas instituições nos ‘coffee-houses’, nos ‘salons’ e nas comunidades de comensais”⁷⁵; representa o aspecto localizado desta mudança sintomática das relações entre esferas pública e privada. Pois, “a transformação dos fundamentos da esfera pública baseia-se na reestruturação dessa esfera como uma dimensão que só pode ser apreendida por meio da mudança de sua instituição principal, a imprensa”⁷⁶.

Logo, a construção de uma esfera pública seria o momento em que a dicotomia entre público e privado seria desfeita para a proposição de uma nova forma, na qual os eventos organizados no interior dessa esfera tivessem origem entre aquilo que o Estado representa enquanto gestor de determinadas funções para com seus cidadãos e as determinações oriundas do convívio particular entre indivíduos – sem a consciência ainda clara acerca de seu papel político na sociedade. É, pois, na esfera pública literária que essa consciência vai se formar consolidando não somente um grupo de indivíduos em torno de idéias comuns, mas de uma ideologia que fundamente e justifique sua presença nesse espaço agora constituído – mesmo porque é no processo cultural que as ideologias são construídas e afirmadas.

Nesse sentido, o conceito de esfera pública literária exposta na *Mudança estrutural da esfera pública*, caracteriza não só a articulação de um espaço público e a fundamentação legal para sua proposição, mas também o paradigma necessário e mínimo de justificação de indivíduos privados reunidos sob o conceito de público. Habermas apresenta esse espaço público não apenas como resultado da presença sempre crescente da burguesia nas relações de produção constituídas a partir do século XVIII, mas da caracterização de um “ethos” social na modernidade que irá moldar as relações sociais – seja através da mercadoria, do trabalho ou da cultura – e formulará ideologias em defesa desse mesmo espaço. A esfera pública literária, na

⁷⁵ Ibid., p. 45.

⁷⁶ Id. Do jornalismo literário aos meios de comunicação de massa. In: MARCONDES FILHO, Ciro. *Imprensa e capitalismo*. São Paulo: Kairós, 1984. p. 144.

qual jornais e revistas alicerçam o projeto de construção da esfera pública – como se fosse uma instituição ou entidade – se torna o meio pelo qual esse processo será apresentado segundo uma “pedagogia” e também onde essas mesmas transformações serão discutidas pelos homens privados em nome de uma participação pública. Logo, a esfera pública literária confirma o caráter público imerso entre a vida social do Estado e a vida privada da família e, “estes novos meios de comunicação serão organizados como entidades públicas ou semi-públicas, pois de outra maneira a sua função jornalística não poderia ter sido defendida suficientemente diante da atividade capitalista privada”⁷⁷.

Já nas análises de Dieter Prokop sobre a formação da esfera pública, outro dado se faz presente. Se para Habermas o conceito de esfera pública fundamenta-se a partir da intervenção sistemática da burguesia nas relações de produção e no mercado, acarretando uma profunda mudança na relação entre público e privado na modernidade – dando origem a um novo sentido para o conceito de esfera pública – para Prokop essa transformação não basta para definir e descrever a natureza desse espaço e o que ele representa para as sociedades modernas. Em seu ensaio *A esfera pública* [*Öffentlichkeit*], Prokop caracteriza o espaço público burguês como o lugar onde apenas evidencia-se uma liberdade formal dos sujeitos que, segundo o autor, é limitada de expressão e opinião.

Para Prokop, aí reside o problema da estrutura dessa esfera que, necessariamente, não se constitui sob a regência exclusiva de um determinado estrato social, como a burguesia. Conforme o autor, há que se levar em conta a complexidade das formações sociais constituídas no momento de transformação da relação entre as categorias “público” e “privado”. Por outro lado, não é acentuar o grau de subjetividade da esfera privada e o modo como determina as relações numa esfera pública. É, antes, considerar a complexidade das formações sociais como elementos reais e não somente hipotéticos do processo de formação de uma esfera pública. Ora, Prokop concorda com Habermas quanto à identificação de uma “mudança estrutural vivida pela esfera pública das associações, dos partidos e das empresas de acordo com a transformação das estruturas de mercado e de poder oligopolistas e monopolistas”⁷⁸ ocorrida a partir do século XVIII, mas aponta ainda para um outro desdobramento dessa transformação,

⁷⁷ Ibid., p. 149.

⁷⁸ PROKOP, Dieter. “A esfera pública”. In: *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1986, p. 105. Trad. Ciro Marcondes Filho.

e que compreende uma esfera pública que luta pelas garantias reais de expressão e pela liberdade efetiva nas relações construídas na modernidade: a esfera pública não organizada⁷⁹.

Enquanto a esfera pública burguesa se coloca a partir de uma institucionalização, na qual “indivíduos particulares, reunidos como público, defendem diante da esfera pública regulamentada oficialmente o direito de uma razão pública, com o objetivo de discutir com o poder público a organização do trânsito de mercadorias e do trabalho social”⁸⁰, a esfera pública não organizada representa não apenas o resultado das transformações estruturais ocorridas na esfera pública burguesa a partir do século XVIII, mas as contradições dela resultantes. Pois, para o autor, a esfera pública não organizada não é apenas um produto das relações de produção burguesas, mas uma nova relação nascida das contradições dessa esfera que se legitima conforme uma “razão pública”, que procura apenas fortalecer e justificar essa mesma relação. Assim,

as esferas públicas não-organizadas (ou por longo tempo não-organizadas) do público, das massas, das pequenas empresas, das pequenas associações, dos artistas, dos jornalistas contrapõem tanto à ficção e à oportunidade da razão pública como às formas atuais institucionais da comunicação persuasiva uma outra qualidade institucional: a ocupação produtiva com o objeto. Um interesse artesanal, só aí existente, pode manifestar-se produtivamente: na articulação e na utilização dos acontecimentos, das experiências, das necessidades e dos interesses, ou seja, um interesse na apropriação viva em vez da ocorrida no mercado da legitimação⁸¹.

Para Prokop, ao contrário de Habermas, o objeto de análise não é a resultante das relações de produção exercidas na esfera pública burguesa, mas as próprias relações. E a consideração desse aspecto não é somente teórica ou persuasiva que representa um processo de ideologização das relações sociais conforme a configuração da esfera pública burguesa. É, antes, a aceitação de certos dados reais do discurso em torno daquilo que é público, pois “seria

⁷⁹ Segundo Prokop, “a esfera pública não organizada do público, das massas, das pequenas empresas, das pequenas associações, dos artistas, dos jornalistas têm uma velha tradição (...) surgiram sempre em períodos de transformação revolucionária: camponeses e artesãos, pequenos produtores urbanos e o elemento plebeu nas revoluções burguesas criaram o exército (os ‘independentes’, os ‘levellers’ na Revolução Inglesa) e setores urbanos (os ‘sans-culotte’ na Revolução Francesa), a esfera pública política e formas próprias de organização da ‘democracia direta’”. In: PROKOP, op. cit., p. 105.

⁸⁰ PROKOP, op. cit., p. 106.

⁸¹ Ibid., p. 111.

errado considerar a situação monopolista capitalista a partir da ficção da razão, do “discurso racional”, já que no capitalismo concorrencial, as oportunidades de realização da ficção são igualmente reduzidas”⁸². É que, segundo Prokop, a esfera pública não organizada não está exposta a tais mecanismos de controle racionais⁸³, e isto nos permite repensar a estruturação do espaço público não somente de uma perspectiva – ainda que predominante – racional-burguesa, mas sobre a complexidade que a racionalidade instrumental deixa de observar em nome de uma homogeneidade das relações e que se dão apenas na superfície das coisas.

O conceito de esfera pública não organizada de Prokop permite essa análise desde que não seja tomada apenas como o exato oposto de esfera pública de Habermas, mas seu complemento, tornando as relações no interior dessa esfera pública abrangente mais complexas e remontem o processo não mais conforme uma “razão pública”, mas através da consideração das contradições imanentes a esse processo dialético entre público e privado.

Dessa forma, o conceito de esfera pública literária de Habermas e o conceito de esfera pública não organizada de Prokop podem ser trabalhados juntamente na análise sobre a constituição de um espaço público de debates na RCB. Primeiro, porque o conceito de esfera pública literária sugere o processo de formação e pedagogia daquela intelectualidade para as questões que envolviam a cultura e a política e, com isso, permitiu a ela assumir uma participação efetiva junto à sociedade nas transformações estruturais ocorridas durante a década de 60. Por outro lado, o conceito de esfera pública não organizada fundamenta a natureza socialmente complexa das atividades dos editores e colaboradores da RCB e, ainda, representa o reconhecimento das contradições sedimentadas quando a situamos entre as categorias “cultura” e “mercado”. Para isso, torna-se necessário, segundo Prokop, a análise dessa esfera pública e de sua dinâmica considerando as categorias de “organização” e “instituição”. Segundo o autor,

o plano da organização é o da forma de cooperação sancionada, socialmente permitida dos produtores; ela refere-se tanto aos direitos de dispor de meios de produção (na área de economia privada), ou seja, do seu controle (na área pública), como à estrutura de ordens da hierarquia organizada interna. “Instituição refere-se, ao contrário, aos produtos culturais, seus conteúdos e formas, as estandarizações e os estereótipos produzidos, ao fato de como eles se

⁸² Ibid., p. 110.

⁸³ Ou conforme uma racionalidade ou razões burguesas que primam apenas pela consideração mercadológica e o que isso pode representar na justificação de suas próprias atividades e relações de produção.

dão, principalmente com base na relação entre produtores e públicos. Necessariamente, um certo tipo de organização irá apresentar também modelos culturais previsíveis determinados.⁸⁴

A proposição destas condições, por outro lado, permite igualmente a análise da relação entre produtores e consumidores de cultura como um problema estrutural das sociedades contemporâneas e não apenas como um dilema restrito ao universo da cultura em si. Pois, “um público que possui interesse no tratamento das necessidades geradas por esse esfera pública não-organizada, voltado para o seu caráter de uso, não é algo, em si, óbvio”⁸⁵. Isso quer dizer que as formas “instituição” e “organização” devem ser consideradas sob a forma como se articulam tanto os produtores como o público que legitimam a necessidade dessa esfera pública não-organizada através do interesse que nutre pelos seus assuntos.

Disso, por exemplo, decorre a formação de um grupo efetivo de colaboradores a partir da RCB e não antes com o CTI. Enquanto a ação deste resumia-se à articulação de grupos de intelectuais em torno de um objetivo restrito – que era a assunção da categoria “trabalhadores intelectuais” – a RCB coloca-se num plano mais abrangente de consolidação de uma esfera de discussão sobre problemas culturais. Logo, essa consolidação não seria resolvida apenas na articulação dos grupos de intelectuais em torno de um projeto corporativo, mas na criação de novas necessidades nessa esfera que poderia ser compartilhada tanto pelos grupos diretamente envolvidos quanto pelo público constituído a partir da forma de organização dos debates desenvolvidos na revista. Esse estágio é somente alcançado, segundo Prokop, quando tem-se “desenvolvido as técnicas de comunicação que possibilitem ao artista ou *jornalista individual* ou à pequena equipe um tratamento mais progressistas das informações e das experiências”⁸⁶ – características estas presentes na articulação do grupo de colaboradores fixos da RCB.

Quanto à questão de organização ou da auto-organização dos elementos dispostos nesse contexto de publicidade – que serão discutidos nos próximos capítulos – outro autor nos parece pertinente quando trata especificamente das formações culturais independentes: Raymond Williams. Segundo ele,

⁸⁴ Ibid., p. 106.

⁸⁵ Ibid., p. 111.

há dificuldades metodológicas específicas (...) porque grupos culturais desse tipo são tipicamente pequenos em número de componentes, oferecendo pouca oportunidade de análise estatística fidedigna, da espécie que normalmente se utiliza para instituições e grupos maiores. Essa razão (...) porque a sociologia ortodoxa tem achado mais fácil estudar os efeitos culturais, (...) do que estudar as relações sociais de produção cultural”⁸⁷.

O fundamental na sociologia da cultura de Williams está na medida em que, discernido o caráter específico da produção cultural, pode-se projetar um estudo histórico-sociológico das empresas culturais modernas, que sob outros aspectos, assemelham-se às grandes empresas e administrações na modernidade. Raymond Williams abre a possibilidade de investigação sobre “os tipos de formações culturais e sobre as relações entre grupos formais e informais, tradicionais e dissidentes, antes que as negociações que estão sendo feitas e, por vezes ignoradas nas organizações e nas grandes empresas, possam ser avaliadas de maneira substantiva e não meramente organizacional”⁸⁸. Coloca-se, assim, a possibilidade de investigação das relações construídas entre a RCB e os órgãos (institucionais ou não) que permitem a disseminação do conteúdo e da forma da revista nacional e internacionalmente. Pois, apesar de se mostrar um elemento de formação cultural sólido e crítico, há de ser considerado concomitantemente o processo – ainda que externo ou inconsciente por parte de seus diretores – que sustenta esse periódico em circulação durante os primeiros anos do regime militar e superando a venda de 20 mil exemplares de um só número.

⁸⁶ Id., p. 112. [Sem grifo no original]. Vale lembrar que Prokop está a discutir o problema da esfera pública não-organizada no âmbito da sociedade de comunicação de massa, por isso a consideração do papel proeminente do jornalista neste contexto de análise.

⁸⁷ WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p. 66.

⁸⁸ Ibid., p. 67.

Capítulo III

A Revista Civilização Brasileira: mercado e reflexão

O editor, que se preze como tal, vive sempre oscilando entre dois pólos, bem caracterizados no livro do escritor Orígenes Lessa, “O feijão e o sonbo”. Se ele se dedica só ao feijão, ele não é bom editor. E se ele se dedica só ao sonbo, ele quebra a cara muito rapidamente.

(Ênio Silveira)

1.1 A RCB e a formação da hegemonia cultural de esquerda

Sobretudo devido ao tipo de relação profissional com o trabalho intelectual, acrescido de um ímpeto para o debate e a discussão demonstrada por parte de seus colaboradores, que a RCB tem sido até hoje concebida como um marco histórico na produção intelectual da esquerda brasileira durante 1965 e 1968. E ainda que a formação do grupo que realizou o projeto editorial remonte ao final da década de 1950, a revista culminou com o fortalecimento de uma esfera de debates e discussões de idéias que pode ser caracterizada como um *espaço público* que propiciou a discussão de inúmeros projetos em torno da cultura brasileira. Esse caráter público adquirido pela RCB se deve ao fato que, embora tendo uma origem de esquerda, permitiu a abertura e a pluralidade de idéias.

E é nessa conjuntura que a revista dedica grande parte de suas páginas (de um a dois terços) às questões da cultura e das produções artísticas. O enfoque voltado sobre esses assuntos levou a RCB a um debate bastante produtivo sobre os processos culturais e artísticos no Brasil, sobretudo a partir do cinema, literatura, teatro, música e artes plásticas. Mas o debate inaugurado pela revista não se resumiu à produção acadêmica ou às intenções do seu grupo de colaboradores, mas procurou estender-se às contradições da produção intelectual brasileira e sobre suas implicações sociais, justamente num período conturbado da história do país e num momento peculiar da reorganização da esquerda nacional. A RCB conseguiu, em certo grau, organizar inúmeras discussões que já estavam sendo colocadas ainda pelo contingente oriundo do PCB mesmo antes do golpe militar, e o fez, sobretudo, a partir de um pressuposto essencial que serviu de imperativo aos intelectuais naquele momento: “trabalhar, acima dos sectarismos políticos e personalismos, pelo avanço democrático, então suspenso pelo golpe de Estado de 1964”⁸⁹.

A RCB, dessa forma, permitiu a continuidade das discussões que vinham sendo travadas entre os intelectuais desde o início da década de 1960, com uma tarefa a mais: “superar também as forças que se opunham ao desenvolvimento do país, numa linha democrática e independente”⁹⁰, e a partir da nova configuração ideológica dos grupos de esquerda a partir do golpe militar de 1964. Ou seja, a RCB não representa, necessariamente, uma ruptura com o ideário pecebista ou com as questões formuladas no interior do PCB,

⁸⁹ PRINCÍPIOS e propósitos. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, a. 1, n. 1, p. 03-04, abr. 1965.

⁹⁰ Ibid.

muito embora toda a atividade da esquerda militante do partido tenha sido reconsiderada nos debates fomentados nas páginas da revista sem ser, necessariamente, um órgão editorial político-partidário⁹¹. É também o espaço que permitiu a “publicidade” da esquerda (como oposição) nos primeiros anos da ditadura militar e, ao mesmo tempo, buscou a reformulação da sua identidade social a partir da tensão vivida entre as questões nacionais e conjuntura internacional. Logo, cabe também entender “como essa discussão no *espaço público* das publicações de Ênio Silveira repercutiu nos grupos de esquerda e centro-esquerda, em particular o PCB, possivelmente dando elementos valiosos a algumas áreas suas para sobreviver às tempestades daqueles anos difíceis”⁹².

Assim, os anos de 1965 a 1968 firmam-se como um período extremamente fecundo para analisar o processo de formação do quadro heterogêneo das ideologias dos grupos de esquerda e que, em parte, estão presentes nos 22 números da RCB⁹³, e que confirmam a sua importância no contexto sócio-político e cultural desse período. E a análise dessa transformação e, sobretudo, da formação de uma esfera na qual se constituíram essas ideologias, depende não somente do reconhecimento da estrutura assumida pelo Estado militar e da sua política de repressão, mas também do conjunto de medidas adotadas por esse contingente de artistas e intelectuais que visa restabelecer as vias do processo democrático e, que em consequência, fundamenta os pressupostos éticos, morais, políticos e sociais de suas produções. *Assim, para os grupos de esquerda, a defesa do Estado democrático é proporcionalmente equivalente à defesa do espaço instituído por esse contingente ao longo de sua atividade de reflexão.*

Entretanto, a consideração de um espaço instituído a partir da RCB deve levar em conta ainda dois pressupostos que costumeiramente fundamentam as análises sobre o período e os problemas em questão: trata-se da “autonomia intelectual” e da “hegemonia cultural da

⁹¹ Com relação a isso, o próprio Ênio Silveira dizia: “repetindo o que disse desde sempre, e faço muita questão de enfatizar, a editora era uma editora com uma linha de esquerda, não exclusivamente, ortodoxamente de esquerda, mas sobretudo e ortodoxamente numa linha não partidária. Porque eu não queria de maneira nenhuma ser submetido a limitações e restrições partidárias que me poderiam tolher todo o desejo de contribuir para o arejamento dos espíritos no Brasil”. In: SILVEIRA, Ênio. *Editando o editor*. São Paulo: Edusp/Com-Arte, 1992. p. 62. (Entrevista organizada por Marta Assis de Almeida, Magali Oliveira Fernandes, Mirian Senra e Jerusa Pires Ferreira).

⁹² SANTOS, Raimundo. *Caio Prado Júnior na cultura política brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001. p. 264.

⁹³ n. 1 (abril, 1965); n. 2 (maio, 1965); n. 3 (julho, 1965); n. 4 (setembro, 1965); n. 5 (novembro, 1965); n. 6 (março, 1966); n. 7 (maio, 1966); n. 8 (julho, 1966); n. 9-10 (setembro/novembro, 1966); n. 11-12 (dezembro, 1966/março, 1967); n. 13 (maio, 1967); n. 14 (julho, 1967); n. 15 (setembro, 1967); n. 16 (novembro/dezembro, 1967); n. 17 (janeiro/fevereiro, 1968); n. 18 (março/abril, 1968); n. 19-20 (maio/agosto, 1968) e n. 21-22 (setembro/dezembro, 1968). Além dos números especiais: n. 1 (outubro, 1967); n. 2 (julho, 1968) e n. 3 (setembro, 1968).

esquerda”⁹⁴. Ora, a afirmação de um grau de autonomia do chamado “campo intelectual” não é suficiente para afirmar a importância e a necessidade desse espaço; sequer é a forma mais adequada para discutir o processo de transformação operado no interior dos grupos de esquerda naquele período.

É certo que estes grupos, em meio às aquelas transformações, procuraram escapar às determinações programáticas da esquerda vinculadas, por exemplo, ao PCB – até por descrédito à sigla que constituía um projeto para o Brasil, mas fracassado com o golpe militar de 1964. Por outro lado, o reconhecimento dessa nova conjuntura histórico-social por parte do contingente intelectual (vinculado ao PCB ou não), não nos permite imediatamente aceitar a noção de autonomia da produção intelectual como única e exclusiva forma de caracterização do espaço de reflexão. Mesmo porque a tarefa desse contingente agora não está ancorada somente numa estratégia que visa instaurar os programas elaborados pelo partido, e sim num projeto maior e mais amplo – que é a sua própria recolocação e reapresentação nos quadros sociais e lutar por essa garantia. Logo, o conceito de autonomia não deve ser necessariamente oposto às formas de produção de idéias no espaço público, mas ambas devem se complementar.

Quanto ao conceito de “hegemonia cultural da esquerda”⁹⁵, cabe também uma consideração: pode-se sustentar uma idéia de hegemonia cultural, mas com a ressalva de que a mesma foi fundamentada não pela suposta autonomia dessa intelectualidade e de sua auto-suficiência reflexiva, mas pelo caráter público desse novo espaço e pela amplitude de seu alcance, pois, conforme Moacyr Felix, a RCB chegou a imprimir 20 mil números de um só exemplar⁹⁶. Vale lembrar que o conceito de hegemonia foi amplamente discutido na década de 1970, dentro dos limites teóricos e formais da cultura daquela década, ou seja, a hegemonia se deu em virtude da supervalorização da atividade intelectual dessa esquerda que conseguiu se

⁹⁴ Tomadas como pressuposto, sobretudo, em dois estudos: SCHWARZ, Roberto. “Cultura e política: 1964-1969” In: *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978; PÉCAUT, Daniel. *Intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

⁹⁵ Segundo Carlos Nelson Coutinho, os textos de Gramsci traduzidos e lidos nos anos 60 estavam apenas discutindo questões estéticas e de crítica literária, sem abordar o conceito de hegemonia e contra-hegemonia. Isso ocorre, segundo Coutinho, em meados da década de 70 quando há uma retomada do conjunto da obra filosófica de Gramsci. Logo, a noção de hegemonia atribuída ao grupo de colaboradores da RCB se deve mais a uma leitura posterior que propriamente uma consciência de hegemonia por parte daqueles intelectuais. In: COUTINHO, Carlos Nelson. *Entrevista concedida a Marcelo Siqueira Ridenti*. Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1996.

⁹⁶ “A revista da Civilização foi o maior sucesso possível. O Ênio tirava 20 mil exemplares, vendia todos. Tanto que Sartre conversando com Ênio, estranhou muitíssimo, porque ele tirava 3 mil exemplares de sua *Les Temps Modernes*. Ele disse: *meu Deus, uma revista de intelectuais, de ensaios?*”. In: RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da Tv*. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 132.

impor, apesar de todos os obstáculos colocados pela censura do regime militar. A questão, então, se coloca: a hegemonia da esquerda se constrói pelo reconhecimento efetivo da sua importância cultural junto às camadas receptoras (leitores e comentadores) ou se deve ao fato da sua ampliação e participação no mercado de bens culturais ainda incipiente no Brasil na década de 60? Ora, o governo militar dispunha de órgãos oficiais que patrulhavam as atividades da esquerda, por outro lado, a sua condescendência para com o avanço do consumo e de um comércio livre permitia o desenvolvimento de um mercado de bens culturais através do qual idéias, inclusive contrárias ao regime, eram emitidas sem restrições.

Conclui-se que essas questões determinantes tanto no contexto da cultura como no da formação dos grupos de intelectuais e artistas não devem partir de conceitos fechados de “autonomia” e “hegemonia”, mas como eles podem ser compreendidos em função daquilo que a RCB representava para seus colaboradores e leitores, assim como para o mercado editorial. Logo, qualificar a RCB sob a perspectiva do produtor (intelectuais) e do receptor (leitores) é, por outro lado, considerar a ampliação do mercado de bens culturais, através do qual a hegemonia cultural é construída não somente pela afirmação dessa esquerda, mas pelo consumo ou demanda das idéias da esquerda que também fortalece esse espaço público⁹⁷.

Assim pode ser compreendida, por exemplo, a passagem do texto de Daniel Pécaut que afirma, “depois de politicamente vencida a esquerda iria impor-se com o triunfo na cultura”⁹⁸. Ora, considerar essa passagem da política para a cultura é supor uma dupla necessidade decorrente das transformações pelas quais passavam as esquerdas: a revisão de suas posições frente às transformações que então se processavam na política e na cultura e, ao mesmo tempo, a fundamentação de um espaço próprio para discutir essas transformações e no qual atuou hegemonicamente.

No que tange a essa questão, por exemplo, o fato do CTI não constituir uma entidade duradoura, não conseguir articular efetivamente os diversos intelectuais e artistas de esquerda na categoria de “trabalhadores intelectuais”, deve-se, sobretudo, ao fato de que as diretrizes do

⁹⁷ Marcos Napolitano aponta um dado correlato a respeito desse binômio mercado/idéias, quando é problematizada a assimilação da “música de protesto” pelos festivais da canção, realizados a partir de 1966: “as percepções dos artistas e intelectuais ligados à MPB, em meados de 1966, apontavam para um novo impasse e [...] obrigou-os a debater as contradições da música como produto industrial e cultural a um só tempo, características da sociedade de consumo. A configuração desse impasse só viria mais tarde, com a febre televisiva dos festivais, que coincidiram com o acirramento dos impasses político-institucionais do regime militar e das estratégias políticas da esquerda” In: NAPOLITANO, Marcos. *Seguindo a canção: engajamento político e indústria cultural na MPB (1959-1969)*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001. p. 97.

⁹⁸ PÉCAUT. op. cit., p. 202.

Comando – pautadas na política de alianças do PCB (ou dos pecebistas) – eram ampliar o campo de influência da entidade sobre outros órgãos (civis e militares) e minar as bases de apoio ao governo militar. Assim, a importância do CTI no cenário em questão e na realização da RCB está na sua iniciativa em atribuir importância ao aspecto da cultura como questão chave para se construir uma unidade ampla e costurar os projetos heterogêneos no contexto de renovação das esquerdas em meados de década de 1960.

Logo, a hegemonia da esquerda está tanto para o processo de articulação das forças de oposição ao governo militar quanto para o desencadeamento de um mercado de bens culturais que promoveu essa mesma articulação. Ora, tanto o CTI quanto a RCB estão voltadas para o reconhecimento do papel da cultura no processo de renovação das estruturas políticas e sociais do Brasil naquele momento; ambas consideram o intelectual como portador de uma força de trabalho específica tanto que o consideram integrante de uma “classe” capaz de interferir nos rumos da sociedade brasileira: pois, “cabe aos intelectuais, em seus variados campos de atuação e de pesquisa, [...] acima de injunções ou posições partidárias, estudar em seus mínimos pormenores a complexidade da vida brasileira”⁹⁹. Estes intelectuais, por sua vez, definem-se como tais justamente num veículo de comunicação de grande circulação, que é a RCB, produto de uma Editora também respeitada no meio editorial brasileiro.

Daí a cultura assume a importância que teve em função destes aspectos, antes desencadeados pelo CTI: ela uniu ideologicamente as esquerdas na oposição ao governo através do mercado de bens culturais (música, cinema, teatro, literatura, etc.). Isso se comprova também no fato da RCB vender 30 mil números já na primeira edição, o que demonstra que as condições de recepção da revista, das discussões, dos debates e dos colaboradores já estavam sendo previamente colocados, não pela política ou pela propaganda partidária, mas na pela organização de um público voltado para um tema em comum: a cultura.

A primeira possibilidade é que talvez esse público já estivesse mais ou menos preparado pelas conclusões deliberadas pelo CTI sobre o papel da entidade na sociedade – o que de fato é difícil saber, já que ela tinha um alcance muito restrito. Outra possibilidade é considerar o potencial da Editora Civilização Brasileira que tinha um alcance grande em função dos recursos publicitários e editoriais articulados por Ênio Silveira. Em fins de 1964 a Editora iniciara uma campanha publicitária massiva em vários jornais do país, anunciando livros,

⁹⁹ PRINCÍPIOS e propósitos, op. cit.

revistas e jornais editados sob sua responsabilidade. Certamente a RCB não teria a mesma resposta do público se fosse publicada em 1963 ou 1964, pois ainda não havia sido formado um conjunto de interesses tanto pelo CTI (que era presidido por Ênio) como pelo próprio Ênio no comando da Civilização desde 1958.

A formação de um grupo em torno da RCB não representa necessariamente o desejo do PCB por uma Frente Ampla, mas antes reflete o modo pelo qual aqueles intelectuais concebiam o universo da cultura na sociedade capitalista sem as ilusões políticas de um passado anterior ao golpe. Logo, refundar a sociedade a partir da cultura é utilizar de todos os instrumentos – inclusive a indústria cultural – para conquistar esse espaço. Daí também a falta de um debate na RCB sobre o problema da cultura de massas.

Se o ano de 1964 é determinante sob o aspecto do golpe, o ano de 1965 é marcado por inúmeros eventos na área da cultura. Ano da primeira encenação de *Morte e vida de Severina* com texto de João Cabral de Mello Neto e música de Chico Buarque, no TUCÁ, em São Paulo; Augusto Boal e Gianfrancesco Guarnieri montam o *Arena Conta Zumbi* no Teatro de Arena; *Liberdade, liberdade* de Millôr Fernandes é protagonizado por Paulo Autran no Teatro Opinião; Glauber Rocha lança o manifesto do Cinema Novo, intitulado *A estética da fome*; o *Show Opinião* é montado com a participação de João do Vale, Nara Leão e Zé Keti; é realizado o *Opinião 65* no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro; é inaugurada a TV Globo e a TV Record coloca no ar o programa *O Fino da bossa*, apresentado por Jair Rodrigues e Elis Regina.

O fortalecimento paulatino de uma esfera cultural em fins de 1964 e meados de 1965 é percebido, por exemplo, pelo surgimento de novos periódicos (jornais, revistas e semanários), assim como pela ascensão quantitativa de obras editadas e publicadas por inúmeras editoras no Brasil. Ao mesmo tempo em que o governo militar promovia o fechamento de diversos espaços de articulação e discussão das esquerdas, outros tantos eram abertos a fim de promover a integração cultural do diversos grupos dispersos no contexto da esfera pública não-organizada. Isso demonstra, por sua vez, que a expansão das atividades culturais se fez associada a um controle estrito das manifestações que se contrapõem ao pensamento autoritário naquele momento. Aos poucos, planteava-se a diferença entre o desenvolvimento de um mercado de bens materiais e um mercado de bens culturais, sendo que este último

envolvia uma dimensão simbólica que apontava problemas ideológicos ou elementos políticos embutidos no próprio produto veiculado¹⁰⁰.

É, pois, nesse período que muitas revistas, jornais e publicações alternativas surgem como estruturas elementares no arranjo dessa esfera pública, condicionada entre o mercado de bens culturais e as diretrizes político-repressivas do governo militar. Com o golpe saem de cena os *Cadernos do povo brasileiro* (editados por Ênio Silveira, Álvaro Vieira Pinto e dirigidos por Moacyr Félix), proibidos e colocados sob investigação no IPM do ISEB; a revista *Brasiliense* (editada e dirigida por Caio Prado Jr. e Elias Chaves Neto), além de periódicos vinculados à UNE e à CGT. São posto em circulação a *Folha da Semana* (dirigida por Arthur Poerner), o *Pif-Paf* (dirigido por Millôr Fernandes), a revista *Tempo Brasileiro* (dirigida por Eduardo Portella) que interrompida em 1964 volta a circular em 1965, os *Cadernos Brasileiros* (dirigido por Afrânio Coutinho), a revista *Dados* (dirigida por Cândido Mendes), o jornal semanal *Reunião* (editado por Ênio Silveira e dirigido por Paulo Francis), a revista *Paz e Terra* (editada por Ênio Silveira e dirigida por Moacyr Félix), a revista de *Política Externa Independente* (editada por Ênio Silveira e dirigida por Celso Furtado), além da mais significativa entre outras tantas publicações, a *Revista Civilização Brasileira* (editada por Ênio Silveira e dirigida por Moacyr Félix e Dias Gomes).

No que tange RCB, sua importância ressalta-se, sobretudo na forma como a própria revista, através da Editora Civilização Brasileira, articulou o grupo de colaboradores em torno de um projeto editorial. No entanto, essa articulação deveu-se à uma soma de fatores que permitiram à revista tornar-se um espaço fecundo de criação intelectual e artística a partir dos debates por ela acolhidos. Entre esses fatores, está na confirmação da Editora Civilização Brasileira como um foco de resistência cultural ao regime militar; também está no modo como a própria Editora e mais especificamente a RCB concebera a linha editorial, aberta e não sectária, procurando dar espaço aos debates que tivessem algum tipo de respaldo público; a adoção da linguagem publicitária no anúncio tanto dos livros como das revistas posta em circulação pela editora; entre outros.

¹⁰⁰ ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 114. O autor refere-se ao modo pelo qual a censura procedia junto aos produtores de cultura, que por sua vez, criavam determinado tipo público para seu produto. Então conclui: “Mas é necessário entender que a censura possui duas faces: uma repressiva, outra disciplinadora. A primeira diz não, é puramente negativa; a outra é mais complexa, afirma e incentiva um determinado tipo de orientação. Durante o período 1964-1980, a censura não se define exclusivamente pelo veto a todo e qualquer produto cultural; ela age como repressão seletiva que impossibilita a emergência de um determinado pensamento ou obra artística. São censuradas as peças teatrais, os filmes, os livros, mas não o teatro, o cinema ou a indústria editorial. O ato censor atinge a especificidade da obra, mas não atinge a generalidade de sua produção.

Por outro lado, esses fatores tornaram-se possíveis não somente pelo arranjo das condições históricas da produção intelectual brasileira (ou carioca) naquele momento, mas sobretudo pela forma como as debates originários do grupos cepecistas e isebianos vinham sendo encaminhados até 1965, um ano depois do golpe militar. Ou seja, a situação conturbada e heterogênea das esquerdas e dos grupos de intelectuais e artistas circunscritos nessa situação favoreceu a formação complexa de unidades de resistência cultural que muitas vezes até tinham visões distintas sobre a realidade nacional, mas compartilhavam mesmo assim de um mesmo espaço de discussão, contra o militarismo e a favor da liberdade e da cultura. Esse mesmo panorama, de certo modo, via-se refletido nas produções artísticas a partir de 1964, com o fechamento do CPC da UNE e com as dissidências em torno do “manifesto do CPC”.

Devido a essa configuração dos grupos de intelectuais e artistas, da formação ou como se deu a unidade no interior de um projeto comum, algumas questões centrais emergiram como unificadoras destes grupos até como forma de determinar os limites e o campo de interesse de cada envolvido. Com a RCB a questão aparece já em seu primeiro número, no qual é discutido o terrorismo cultural como problema fundamental do exercício da liberdade de expressão daqueles intelectuais. Nesse sentido, o documento que analisa o caso e, sobretudo, o editorial deste primeiro número evidenciam uma forte semelhança com o texto do manifesto do CTI, publicado em outubro de 1963. Isto quer dizer que, em março de 1965 o grupo que articulou as atividades do CTI procurava determinar as diretrizes da RCB – considerando também que os nomes são quase os mesmos.

Se ao passo que o manifesto, a “propósito de união, convoca todos os trabalhadores intelectuais que, estando de acordo com as finalidades do CTI, desejam nele atuar acima de personalismos ou de secundários motivos de dissensão”¹⁰¹, o editorial de apresentação de RCB afirmava que em face disso, “surge como corolário que a Revista Civilização Brasileira não será orientada por qualquer partido ou concepção sectária”¹⁰². No CTI atuavam Alex Viany, Álvaro Lins, Álvaro Vieira Pinto, Barbosa Lima Sobrinho, Dias Gomes, Édison Carneiro, Ênio Silveira, Jorge Amado, Manuel Cavalcanti Proença, Moacyr Félix, Nelson Werneck Sodré, Oscar Niemeyer e Osny Pereira Duarte. Destes, na RCB, estão ausentes Barbosa Lima

¹⁰¹ MANIFESTO de fundação do CTI. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1963, Primeiro Caderno, p. 06.

¹⁰² PRINCÍPIOS e propósitos. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, março de 1965, Vol. 1, n. 1, p. 04.

Sobrinho (que não constava no Conselho de Redação, mas colaborava esporadicamente com a revista), Jorge Amado e Oscar Niemeyer. Até o número 5-6 da RCB (jan/abr de 1966), quando são divulgados os nomes dos integrantes do conselho de redação, incluem-se Antônio Houaiss, Cid Silveira, Ferreira Gullar, Haiti Moussatché, Moacyr Werneck de Castro, Nelson Lins e Barros, Octavio Ianni, Paulo Francis e Oswaldo Gusmão.

Guardadas as diferenças e origens de cada integrante desse grupo de intelectuais, o mesmo procurou fortalecer o discurso, de certo modo esboçado nas diretrizes do CTI ou no caso de alguns, até na edição dos *Cadernos do Povo Brasileiro* e os *Violão de rua*. Isso se revela no editorial da RCB na forma de várias indagações ao leitor:

O povo brasileiro está agora diante de um grande e sério desafio: será capaz de, superando falhas e contradições, superar também as forças que se opõem ao desenvolvimento do País, numa linha democrática e independente? Será capaz de abandonar formulações meramente especulativas e, através de estudo objetivo de todas as componentes da realidade nacional, equacionar e depois resolver seus graves problemas? Terá capacidade para destruir os mitos e os clichês que dificultam ou impedem aprofundamento maior desse estudo?¹⁰³

A preocupação com a independência em relação a ideologias e aos partidos políticos (sobretudo o PCB) e a equação dos problemas brasileiros a partir de um posicionamento democrático (ainda que uma democracia circunstanciada apenas pela liberdade de expressão) fundamentaram os primeiros propósitos desse projeto intelectual. Delineiam-se nessas indagações os limites entre os quais a revista e o seu grupo de colaboradores estiveram produzindo: de um lado, a pressão do governo militar coagindo através de convocações à diretoria da revista ou mesmo abrindo processos contra seus colaboradores; de outro, o PCB forçando uma participação significativa na revista, entendendo que a mesma estava a serviço das causas comunistas¹⁰⁴.

¹⁰³ Id., p. 03.

¹⁰⁴ Sobre a pressão dos militares à diretoria da RCB, Ênio Silveira comentou uma ocasião em que foi convocado por Golbery do Couto e Silva para uma reunião no IBAD: “Eu fui supondo que ia ser uma conversa formal que ia durar quinze minutos ou meia hora no máximo, e o que aconteceu foi que houve três encontros com Golbery. O primeiro durou quatro horas seguidas, o segundo também e no terceiro encontro ele apresentou seu substituto, que era um coronel que iria ficar em contato comigo. Para dar um resumo da história, ele me disse seguinte: ‘eu sei que o senhor é um adversário coerente e intransigente da Revolução mas eu lhe chamei aqui para lhe dizer que a Revolução vê no senhor um patriota, que embora com nenhuma sintonia com nossos métodos, tem sintonia com nossos ideais. [...] Queremos que você e seu grupo venham fazer parte do nosso movimento pois é preciso que compreendam que nós queremos salvar o Brasil, tirar o país do atraso, etc’.”. P. 46-47.

Um dado interessante desse campo de tensões é que nem o regime censurou a revista por suas atitudes tidas como subversivas nem o partido conseguiu determinar sua linha editorial (ainda que Ênio Silveira fosse filiado ao PCB no ano de 1965). O partido, ainda que proeminente e com poder de decisão em várias entidades de esquerda naquele momento, não intervinha diretamente na revista. As condições para tanto foram sendo descartadas desde a edição dos *Cadernos do Povo Brasileiro* (“Os grandes problemas de nosso País são estudados nesta série com clareza e sem qualquer sectarismo; seu objetivo principal é o de informar”), nos quais a propaganda partidária não seria veiculada através da editora e de seus produtos.

Esse primeiro posicionamento de Ênio Silveira em relação às obras da Editora Civilização Brasileira foi um passo importante na consolidação de um mercado e de um público interessado nas temáticas de esquerda, mas que por condições diversas preferia não vincular-se ao PCB. Essa política vai determinar toda linha editorial da Editora e, obviamente, da RCB. Ou seja, ela era uma revista feita em sua maioria por comunistas, mas não era um instrumento a serviço do PCB. Pelo contrário, essa ressalva foi que possibilitou também a aceitação da mesma principalmente junto ao público acadêmico, em meio às várias dissidências político-partidárias sofridas pelo PCB desde 1962 – quando é fundado o PC do B.

Quanto ao problema da repressão militar e da censura às obras editadas pela Civilização Brasileira – embora não seja objeto dessa análise – é importante notar que o modo pelo qual se procedeu a intervenção militar no campo da cultura. A exemplo da afirmação de Renato Ortiz, eram, nesse momento, censuradas peças teatrais, os filmes, os livros, mas não o teatro, o cinema ou a indústria editorial – segundo ele, “o ato censor atinge a especificidade da obra, mas não a generalidade de sua produção”¹⁰⁵. Assim como ocorreu com a RCB, que nunca foi censurada, embora muito de seus colaboradores estiveram indiciados nos IPM’s ou mesmo presos, como foi o caso de Ênio Silveira, detido quatro vezes entre 1964 e 1969.

Por outro lado, a RCB procurou desde seu primeiro número valer-se da agremiação em torno da própria Editora e constituir um espaço democrático de discussões e debates sobre a realidade brasileira. Houve, por sua vez, enfrentamentos ao governo militar (como ver-se-á adiante, por exemplo, as “epístolas ao marechal” de autoria de Ênio Silveira), mas os mesmos se deram sob condições bastante específicas de crítica e protesto contra a repressão e a violência. A revista tinha uma seção especial intitulada de “documentário” na qual eram

¹⁰⁵ ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p.114.

publicados relatos, descritos depoimentos de pessoas ou grupos vítimas da violência ou repressão militares. Essa seção trouxe diversas vezes publicadas cópias dos processos contra a Editora Civilização Brasileira (referente à proibição de livros) ou contra aqueles que de alguma forma eram prejudicados pelo governo, que infringia a liberdade de expressão de artistas e intelectuais. Nesse sentido, a RCB favoreceu o aparecimento de um debate sistemático sobre os problemas da realidade brasileira, em especial a cultura, ao mesmo tempo em que constituiu uma esfera pública de debates, trazendo à luz diversos problemas referentes ao universo de produção cultural e intelectual de seus colaboradores e, assim, delimitando um público cativo de suas publicações, e

dentro desses limites amplos e com esses propósitos definidos é que surge a Revista Civilização Brasileira. Pretende ser o veículo em que esses estudos e pesquisas da realidade nacional serão divulgados. Quer ser, também, um amplo e dinâmico fórum de debates. Seus colaboradores permanentes ou ocasionais são pessoas que têm algo de oportuno e importante a dizer.¹⁰⁶

1.2 Hegemonia, resistência e espaço público

E foi devido à forma e à repercussão deste projeto idealizado durante a articulação das esquerdas antes, durante e depois do golpe de 1964, ou seja da formação de uma esfera pública de debates a partir da cultura, que a RCB e, em especial, o grupo que integrava o projeto original, tornou-se um ícone da cultura de esquerda tanto na década de 1960 como nas décadas seguintes. Um das primeiras análises, senão a primeira ou relevante, foi a de Roberto Schwarz em seu conhecido ensaio *Cultura e política, 1964-1969*, publicado originalmente na França e trazido ao público brasileiro em 1978¹⁰⁷. Aliás, com o processo de abertura política, a partir da segunda metade da década de 1970, incitou a muitos a revisões e reinterpretações do passado político do país. As universidades aos poucos passaram a produzir inúmeras análises acerca da realidade brasileira, da política nacional, da cultura, criando condições para um debate muito rico e importante do ponto de vista acadêmico.

¹⁰⁶ PRINCÍPIOS e propósitos. *Revista Civilização Brasileira*. n. 01, vol.01, p. 03-04.

¹⁰⁷ SCHWARZ, Roberto. *Cultura e política, 1964-1969*. In: *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978., p. 61-92.

O ensaio de Schwarz, embora redigido nove anos antes, fora publicado nesse contexto de debate e trouxe alguns elementos novos para análise da conjuntura 1964-1969. Entre as hipóteses desenvolvidas e temas analisados nesse ensaio, talvez a questão mais significativa e que estrutura toda a preocupação de sua análise seja o processo de formação daquilo que o autor denomina de “hegemonia cultural de esquerda”. Para Schwarz o dado mais interessante a ser observado no campo das esquerdas, em especial no modo como as produções artístico-culturais estarão estruturadas a partir do golpe de 1964, é “que a presença cultural da esquerda não foi liquidada naquela data, e mais, de lá para cá não parou de crescer”¹⁰⁸. Ou seja, ainda que com a repressão do governo militar, a extinção de entidades de esquerda por Atos Complementares, com a sucessão de Atos Institucionais, com a pulverização do PCB, com a fragmentação dos partidos em pequeno grupos de militantes políticos que alimentavam as guerrilhas urbanas, com o fechamento de espaços de discussão e debates das esquerdas, havia entretanto uma produção cultural e artística voltada para um público cativo aos temas da esquerda e do engajamento cultural. Como escreve Schwarz,

*apesar da ditadura da direita há relativa hegemonia cultural de esquerda no país. Pode ser vista nas livrarias de São Paulo e Rio, cheias de marxismo, nas estréias teatrais, incrivelmente festivas e febris, às vezes ameaçadas de invasão policial, na movimentação estudantil ou nas proclamações do clero avançado. Em suma, nos santuários da cultura burguesa a esquerda dá o tom. Esta anomalia – que agora periclita, quando a ditadura decretou penas pesadíssimas para a propaganda do socialismo – é o traço mais visível do panorama cultural brasileiro entre 1964 e 1969*¹⁰⁹.

Colocadas as condições de produção cultural das esquerdas naquele contexto, há, evidentemente, uma grande diferença em Schwarz preferir situar o problema como resultado de uma “hegemonia cultural” em vez de “resistência cultural” ao regime militar. O sentido de resistência reflete a intenção de contrapor-se a um dado conjunto de valores ou forças não aceitáveis da forma como são impostos a determinado grupo de indivíduos. No entanto, não significa dizer que a resistência destes indivíduos ou grupo de indivíduos resulte numa campanha efetiva contra as adversidades impostas; resistência, nesse sentido, representa uma ação localizada e que se pretende única. Quanto à hegemonia, nela estão contidas outros

¹⁰⁸ Ibid., p.62.

elementos e condições que lhe permitem, sobretudo, reproduzir socialmente as condições específicas de resistência. Assim, a diferença da hegemonia para a resistência cultural está no fato da primeira trazer consigo um conjunto de valores compartilhados (como de engajamento, protesto, resistência, etc.) a partir de uma linguagem comum e universal, dispostos através do mercado de bens culturais. Por isso o domínio da hegemonia, segundo Schwarz,

concentra-se nos grupos diretamente ligados à produção ideológica, tais como estudantes, artistas, jornalistas, parte dos sociólogos e economistas, a parte raciocinante do clero, arquitetos, etc., – mas não sai daí, nem pode sair, por razões policiais. Os intelectuais são de esquerda, e as matérias que preparam de um lado para as comissões do governo ou do grande capital, e de outro para as rádios, televisões e os jornais do país, não são. É de esquerda somente a matéria que o grupo – numeroso a ponto de formar um bom mercado – produz para consumo próprio.¹¹⁰

Dessa forma, o sentido da hegemonia cultural de esquerda para Schwarz, estaria condicionada ao conjunto de símbolos compartilhados pelas esquerdas no enfrentamento do imperialismo e dos militares, e em favor das causas nacionais. Mais que isso: depois do golpe militar quando são proibidas manifestações de natureza ideológica que tivessem relação com o comunismo ou com o governo anteriormente deposto, novas estruturas são concebidas como instrumento de articulação das esquerdas no espaço da política. A renovação pela qual passavam os partidos no início da década de 1960 foi possível inserir a questão da cultura como essencial na luta política travada naquele momento. Sob influência do ISEB e da UNE (em especial o CPC), os grupos de esquerda, sobretudo os que mantinham vínculos com o PCB, começaram a organizar-se e construir um campo de influência próprio a partir das discussões em torno da cultura e do sentido da mesma na emancipação da sociedade frente às transformações em curso no Brasil e no mundo.

No entanto, o dado interessante e muitas vezes não percebido por aqueles que estudam os movimentos sociais, o processo de renovação das esquerdas a partir da década de 1960, é a incipiência de um mercado de bens culturais no Brasil e já caminhando para a estruturação de uma indústria cultural – constituindo uma cadeia de comunicação e informação composta de

¹⁰⁹ Ibid.

¹¹⁰ Ibid.

rádios, televisões, revistas, jornais, livros, etc. Schwarz não cogita a indústria cultural como pólo organizador das atividades de esquerda, mas menciona o mercado de bens culturais estruturando a comunicação e o debate em torno dos temas da esquerda e do engajamento cultural. Segundo ele,

o processo cultural, que vinha extravazando (sic) as fronteiras de classe e o critério mercantil, foi reprezado (sic) em 64. As soluções formais, frustrado o contato com os explorados, para o qual se orientavam, foram usadas em situação e para um público a que não se destinavam, mudando o sentido. De revolucionárias passaram a símbolo vendável da revolução. Foram triunfalmente acolhidas pelos estudantes e pelo público artístico em geral. [...] Formava-se assim um comércio ambíguo que de um lado vendia indulgência afetivo-políticas à classe média, mas de outro consolidava a atmosfera ideológica.¹¹¹

Em muitas das análises subseqüentes que apreciam o contexto aqui referido por Roberto Schwarz, o problema do mercado de bens culturais ou mesmo a indústria cultural não é considerado *in loco*. Durante a década de 1970 as investigações derivadas deste aspecto ficavam na maioria das vezes restritas ao campo da comunicação de massa e dos meios de comunicação em geral. Ou seja, a colocação desse dado como um fator determinante na formação das ideologias de esquerda no campo da cultura geralmente assume uma proposição muito usual nas ciências sociais e que pretende explicar as atipicidades geradas na tensão entre engajamento e indústria cultural: o populismo.

Inúmeras pesquisas caminham nesse sentido de avaliação das condições de realização da política e da cultura na sociedade brasileira¹¹². O populismo consistiu numa forma de análise bastante condizente com a renovação política, social e cultural da sociedade em fins da década de 1970, com a abertura, a anistia e com a emergência dos chamados novos movimentos sociais. Entre esses estudos, um deles chama a atenção até pelo fato de situar a RCB como um momento importante do processo de esquerdização da sociedade pelos intelectuais, *Ideologia da cultura brasileira* de Carlos Guilherme Mota. Publicado em 1977, o estudo consiste num trabalho

¹¹¹ Id., p. 79-80.

¹¹² Sobre tudo, IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. "O tempo das ilusões". In: CHAUÍ, Marilena et alli. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1977. WEAFFORT, Francisco Correa. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

de grande fôlego e ainda hoje é uma referência obrigatória quando se trata de considerar a história da intelectualidade brasileira desde 1933 até 1974. Quanto à sua posição em relação ao populismo, evidencia-se na epígrafe de seu livro, extraído de Mário de Andrade: “o meu passado não é mais meu companheiro; eu desconfio do meu passado”.

É, pois, nesse recorte que Carlos Guilherme Mota apresenta a RCB e embora apresente a RCB como “um dos marcos fundamentais na história da cultura e do pensamento político progressista no Brasil no século XX”¹¹³, resultado de uma radicalização da política num espaço de discussão intelectual:

houve, não obstante, alguma radicalização na trajetória da revista. Cumpre avaliá-la, através de algumas produções significativas, por se tratar de uma das publicações “cultas” de maior difusão na história desse tipo de imprensa periódica. Fruto de uma era populista, modificou paulatinamente sua orientação até seu fechamento, em 1968, por volta do AI-5.¹¹⁴

Embora “fruto de uma era populista” a condição que a levou, sugere o autor, a tornar-se “um dos marcos fundamentais da história da cultura e do pensamento progressista no Brasil” foi essa mudança paulatina da revista, acusada por Carlos Guilherme como dois momentos distintos, na qual pode ser reconhecida uma evolução temática. Segundo o autor essas etapas distinguem-se por,

um, definido pelos compromissos com as linhas de pensamento (progressista) vigentes no período anterior, cobrindo, *grosso modo*, os anos 1965 e 1966; o segundo, onde se percebe a emergência de novas linhas de diagnósticos, encaminhando-se para revisões radicais (inclusive criticando-se participantes do primeiro momento), perscrutando novas frentes de reflexão e afinando um novo instrumental de análise. Sobre esse segundo momento os anos de 1967 e 1968, até o fechamento da revista.¹¹⁵

Essa divisão sugerida por Carlos Guilherme Mota, detalhada por ele através da reformulação do grupo de colaboradores entre 1966 e 1967, foi questionada ainda em 1977, quando da publicação do seu livro. Moacyr Félix numa longa entrevista concedida ao jornal

¹¹³ MOTA, Carlos Guilherme. *A ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ática, 1978. 2. ed., p. 205.

¹¹⁴ Ibid.

¹¹⁵ Ibid., p. 205-206.

Pasquim comenta que se houve uma diferenciação no grupo de colaboradores ela não se deve ao fato do segundo grupo estar imbuído de um radicalismo que o primeiro não tinha, mas devido às próprias circunstâncias do debate, do contexto social que favoreceu o acolhimento de sociólogos, economistas, historiadores, e filósofos paulistas, até porque o meio acadêmico via-se envolvido neste momento nas discussões políticas, propiciadas, sobretudo pela participação estudantil no movimento contra a ditadura de Costa e Silva¹¹⁶. Segundo Félix, a idéia de duas fases da RCB não procede pela forma como o conselho editorial escolhia os textos destes intelectuais paulistas. A inserção deles se deu pela iniciativa do próprio Moacyr Félix, que por motivo anterior já havia convidado desde 1965 o sociólogo Octávio Ianni a fazer parte do conselho editorial da RCB. No entanto, ainda pode se mencionar a inclusão de uma nova temática por estes intelectuais, que tinham uma formação estritamente universitária, logo, traziam consigo uma formação especializada.

O primeiro número é representado pelos colaboradores fixos assim como pelos diretores e o conselho de redação de revista. Conselho de redação: Ênio Silveira (diretor responsável), Roland Corbisier (secretário); O Conselho de Redação é constituído por Alex Viany, Álvaro Lins, Antônio Houaiss, Cid Silveira, Dias Gomes, Edison Carneiro, Ferreira Gullar, Haiti Moussatché, Manuel Cavalcanti Proença, Moacyr Félix, Moacyr Werneck de Castro, Nelson Lins e Barros, Nelson Werneck Sodré, Octavio Ianni, Paulo Francis, Oswaldo Gusmão. Vale lembrar que o Conselho perdura até o número 7 da revista, quando deixa de ser regularmente publicado e anunciado, ao mesmo tempo em que Manuel Cavalcanti Proença torna-se o Diretor Responsável e Moacyr Félix assume a secretaria. Essa mudança, num primeiro momento, justifica-se sobretudo pela prisão de Ênio Silveira, investigado pelos IPMs da Imprensa Comunista e da Editora Civilização Brasileira.

Com o falecimento de Manuel Cavalcanti Proença no segundo semestre de 1966, Moacyr Félix preside a revista e o teatrólogo Dias Gomes assume a Secretaria da RCB no número duplo 9/10, de set/dez. de 1966. Assim como as edições anteriores, o Conselho de Redação é omitido em todas as edições posteriores até o número 22, em dezembro de 1968. Essa omissão, no entanto, e o que até agora os documentos têm demonstrado, não resultou de uma reformulação do Conselho ou do formato da revista que, supostamente, representaria uma nova fase da RCB, mas das condições sob as quais os processos censórios estavam sendo

¹¹⁶ FÉLIX, Moacyr. Entrevista com o poeta Moacyr Félix. *Pasquim*, n. 443, 23 a 27 de dezembro de 1977, p. 10-13. Entrevista.

imputados a muitos dos colaboradores da revista individualmente. Ou seja, a omissão do corpo de conselheiros foi a forma não somente de “retirar de cena” aqueles indiciados em IPMs como estruturar a revista a partir de “uma linha independente”. Muito embora o Conselho não funcionasse na prática – não se reunia e nem decidia pela forma e conteúdo da revista – ele existia como uma identidade da própria RCB, inserida num contexto de renovação das esquerdas em torno do engajamento cultural na década de 1960, assim como envolvida no processo de consolidação da indústria cultural no Brasil.

Logo, a mudança não reflete a radicalização da RCB como afirma Mota, mas as condições históricas e sociais nas quais estavam sendo pensadas a política, a cultura, a economia e a sociedade, além dos problemas que alguns colaboradores tinham com a “justiça revolucionária”. Há que se considerar também que o público da revista desde seu primeiro número até o número 13 havia mudado significativamente; o público universitário passou a ser um dos públicos alvos da revista tanto como objeto de estudos quanto consumidor da mesma. Isso fica evidente no modo como se procedem as diferenças entre os prefácios do primeiro e do décimo terceiro números:

sabemos que nenhuma interpretação de mundo é válida se não tomar em conta, e como ponto de partida, os dados das realidades fundamentais que a existencializam e dentro dos quais ela se situa como liberdade e ação. Sabemos também que não é fácil definir essas realidades fundamentais: entre elas, sempre em movimento, e nós, ergue-se a alienante teia de esquemas feitos, das “verdades” estabelecidas, dos preconceitos, do cotidiano enevoado em tôda a sua mítica espessura pela irracionalidade dos imediatismos e das mistificações, reflexivamente resultantes de uma vasta série de condicionamentos.¹¹⁷

Se se deve ser considerada a mudança pela qual passou a RCB no número 13 – momento no qual Carlos Guilherme Mota reconhece diferentes posições expressas no “radicalismo” da revista – tal mudança deve ser apreciada no interior do processo de transformações sociais daquele período (sobretudo, com a emergência do movimento estudantil nos grandes centros urbanos) e também na formação contínua de um público para a revista. Justamente essas duas condições não são cogitadas por Carlos Guilherme Mota em seu *Ideologia da cultura brasileira* ao abordar a mudança radicalizadora da revista.

¹¹⁷ DOIS anos de RCB. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 13, maio de 1967, p. 03-04.

Em geral, as pesquisas posteriores que ou tomaram a RCB como objeto de análise ou a mencionam como importante instrumento politicamente aglutinador do PCB (que não foi), emprestam a análise de Carlos Guilherme Mota e assumem a perspectivas das “fases” das revistas sem a devida consideração do aspecto que a mesma assume no mercado de bens culturais – a de que ela se define em função do público e não do grupo de colaboradores. As pesquisas acadêmicas realizadas em torno tanto da revista como dos grupos de intelectuais próximos a ela têm assumido a unilateralidade dessa hipótese de Mota¹¹⁸ – justificável apenas no contexto de renovação das esquerdas no final da década de 1970.

Um dos primeiros autores a reconsiderar o problema do nacionalismo carioca e paulista foi Daniel Pècaut ao discernir a formação de dois pólos de debate intelectual naquele momento: os terceiros-mundistas da RCB e os nacionalistas críticos de São Paulo. A participação, segundo ele,

do pólo paulista nos debates nacionais da esquerda é um fenômeno novo em muitos aspectos. Notamos o isolamento soberbo da revista *Anhembi*, fiel ao antigetulismo e desdenhosa em relação ao nacional-populismo nos moldes do de Goulart. É verdade que os sociólogos paulistas colaboram na *Revista Brasiliense* de Caio Prado Jr., mas dois anos após a interrupção de *Anhembi* é a vez da *Revista Brasiliense* desaparecer. A participação dos sociólogos paulistas na *Revista Civilização Brasileira* deve-se em parte à falta de grandes revistas paulistanas, mas traduz também uma mudança de atitudes por parte da intelectualidade paulista e a transformação da esquerda intelectual após 1964.¹¹⁹

Embora Pècaut não considere efetivamente o mercado de bens culturais como fator determinante no processo de mudanças de edição, publicação e mesmo venda da revista, ele levanta outro problema oriundo da esfera restrita de organização dos intelectuais paulistas, sobretudo, com o fechamento dos espaços de debate como eram as revistas *Anhembi* e

¹¹⁸ Entre elas, MOTTA, Luiz Eduardo Pereira da. A época de ouro dos intelectuais vermelhos – uma análise comparativa das revistas Tempo Brasileiro e Civilização Brasileira (1962-1968). Dissertação de mestrado em Sociologia. IFCS, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994; SILVA, René Marc da Costa. A cidadania em revista: intelectualidade, política e a questão racial na Revista Civilização Brasileira. Brasília, (dissertação de mestrado em História) – Universidade de Brasília, 1993; SERPA, Miguel Pereira. O cinema novo na Revista Civilização Brasileira. Tese de doutoramento – Escola de Comunicação e Artes (ECA), FFLCH/USP, 2001; CHRISTOFARO, Paulo Rubens Paterno. *Revolução, nacionalismo e democracia na Revista Civilização Brasileira*. Mestrado em História, PUC-SP, 1992. Luiz Eduardo Pereira da Motta; René Marc da Costa Silva; Paulo Rubens Paterno Christofaro; AZEVEDO, Isabel Cristina Alencar de. *Revista Civilização Brasileira (1965-1968): produção cultural em revista*. (dissertação de mestrado em Letras) – Faculdade de Letras da UFRJ, 1999.

Brasiliense. A questão que parece existir nas entrelinhas desse processo de adequação de intelectuais paulistas ao núcleo de produção carioca é o fator público de sua obra e de sua análise. Ou seja, o debate entre cariocas e paulistas, colocado na forma como Pècaut o entende, só possui valor ou determina o interesse de seus leitores, se a disputa se coloca na condição de um interesse público. Ora, se as revistas paulistas se fecham ou elas não conseguem manter um público constantemente voltados para seus temas, ou sua importância pública é tão reduzida que o fechamento pelo governo militar das mesmas não interfere no espaço de decisão pública de seus leitores.

Daí a afirmação de Pècaut de que isso se traduz numa mudança de atitudes por parte da intelectualidade paulista. Ou seja, para a legitimação do debate e da importância social da figura do intelectual é preciso ter um espaço fortalecido e reconhecido por um conjunto de interesses públicos, ainda que forjados no universo da cultura. Essa condição é que dá aos grupos de intelectuais e artistas a relativa liberdade de que tanto se falava, entre os anos de 1964 e 1968. A relativa liberdade – tão propagada entre diversos autores que discutem a ditadura militar em sua primeira fase – não é dada pelo militares¹²⁰, mas ela é construída pela atividade permanente dos grupos de intelectuais e artistas no espaço público (revistas, jornais, teatros, etc.) determinando as condições materiais para a formação de uma hegemonia cultural de esquerda.

Assim, a hegemonia cultural é um sintoma do modo pelo qual se processou a mudança e a renovação das esquerdas entre 1964 e 1968, mas também como grupos de intelectuais e artistas de esquerdas assimilaram essas mudanças no nível de suas produções individuais. Nesse sentido, não há como entender o processo de formação da hegemonia cultural de esquerda, naqueles anos, sem entender primeiro o percurso individual de determinadas personagens articuladoras de alguns destes grupos. Em outras palavras: a hegemonia cultural é identificável imediatamente na esfera da produção material, de bens de consumo ou de bens culturais. É nessa etapa que Schwarz se detém, por exemplo, ao analisar os grupos de teatro, os *shows* de música e a literatura¹²¹. No entanto, compreender o processo de formação dos grupos responsáveis por essas criações e produções e como estes se articularam na formação da

¹¹⁹ PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990, p. 211-212.

¹²⁰ Entre as obras mais recentes, pode-se citar GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

¹²¹ SCHWARZ, op. cit., p. 78-92.

hegemonia e, sobretudo, na formação de um público de cultura, é que pode nos indicar a complexidade do período. Para isso, trajetórias individuais são importantes na consideração de projetos coletivos. A heterogeneidade que aqui se reivindica provém dessa condição: o percurso intelectual de alguns personagens é fundamental não somente para afirmar a complexidade das formações culturais daquele período, mas também para determinar o alcance da hegemonia cultural de esquerda e da forma como ela foi presenciada por esses mesmo grupos.

Capítulo IV

A cultura entre o terrorismo e a resistência

Antes de ideólogos, éramos amigos.

(Carlos Heitor Cony)

1.1 O Terror Cultural

Dentro dessa perspectiva é que se consegue compreender a necessidade da RCB, por exemplo, em definir os parâmetros de análise do chamado terrorismo cultural. Ela, num primeiro momento, serve não só para denunciar a repressão do governo militar sobre professores, funcionários públicos, intelectuais e artistas, mas definir e circunscrever o papel do intelectual na sociedade brasileira naquele momento, além dos limites de sua intervenção no espaço da política.

Em seu primeiro número a RCB trouxe dois textos importantes enfocando esse aspecto. Curiosamente, os dois textos não eram assinados e procuravam responder pelas necessidades de se compreender a conjuntura na qual se encontravam colaboradores e leitores da revista. Tanto um como outro, de modo evidente, refletem o sentido e a forma de organização dos primeiros números da RCB; demonstram de certo modo, a maneira pela qual certos tópicos são considerados e outros colocados num segundo plano de análise. O primeiro texto, publicado logo após o editorial, procura descrever a posição generalizada de pessoas e organizações, diante do quadro político naquele momento. Em *Condições e perspectivas da política brasileira*, nota-se a forma pela qual o conselho editorial entende não somente a derrocada das esquerdas frente ao golpe militar de 1964 como desenha os contornos das organizações e entidades de esquerda exatamente um anos após o golpe:

A posição generalizada de pessoas e de organizações, diante do quadro atual da política brasileira, é de perplexidade. Salvo, realmente aqueles bem-aventurados, que por o serem têm lugar reservado no reino celestial – os donos das certezas absolutas, exteriorizadas em afirmações enfáticas – os demais, e estes constituem a generalidade, estão surpresos, ou confusos, ou perplexos. Isso nada tem de extraordinário e, sob certos aspectos, é um dado positivo. [...] Uma das conclusões hoje generalizadamente aceitas, pelo menos na exteriorização – no íntimo, alguns a negam, ainda – é a da extrema complexidade com que se apresenta a situação política brasileira, denunciando claramente a extrema complexidade dos problemas com que nos defrontamos. A necessidade de rever análises, conclusões, conceitos, rumos, métodos, surge como imperativa.¹²²

¹²² CONDIÇÕES e perspectivas da política brasileira. *Revista Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, n.1, p. 05.

O dado interessante a ser observado é que se pouco antes a “frente única” representava os anseios de toda sociedade – sem os exageros da figura da linguagem – em 1965 constituem a perplexidade daquelas organizações ou ideais que dela restaram depois do golpe de Estado. Vê-se, por outro lado, que a perplexidade vem embutida de duplo sentido: desorienta a todos em face das transformações ocorridas ao mesmo tempo que permite redefinir os grupos e o modo como constituirão a legitimidade das novas organizações. A dupla mão da perplexidade denuncia a desagregação das entidades, instituições e organizações da esquerda como sugere novas condições de organização social a partir dos grupos desarticulados na área da cultura.

A complexidade desse contexto de transformações residia no fato de que se antes os intelectuais e artistas compartilhavam de uma dose de otimismo muito grande (seja em torno da política das reformas de Goulart, seja em torno do PCB), após o golpe esse otimismo passou a ser rechaçado pelo governo militar como instrumento de agitação e desordem. Sintomática, por exemplo, é a definição de Alceu Amoroso Lima ainda em 1964: “nunca tive medo do comunismo no Brasil; agora começo a ter”¹²³. Ou seja, a cultura de esquerda é colocada como problema social pelo regime militar, constituindo o momento de complexidade da qual fala esse texto da RCB.

A complexidade, nesse sentido, responde pelo modo como se organizavam as esquerdas logo após o golpe como também à falta de um rumo concreto que justificasse a intensidade das mudanças pelas quais todos passavam. Isso porquê as mudanças ocorriam tanto com as estruturas de poder do Estado como com a organização destes grupos a partir dos partidos e das entidades e instituições de esquerda. Daí a importância do segundo texto publicado nesse primeiro número de RCB: *O terrorismo cultural*.

A expressão, sugestivamente emprestada de Alceu Amoroso Lima, veio não somente consolidar um debate entre intelectuais e artistas sobre os problemas da repressão do governo militar, mas surgiu como um manifesto oficial destes grupos atingido pela repressão. Ou seja, embora o terrorismo cultural viesse sendo debatido desde o golpe entre diversos grupos de intelectuais e artistas, a assunção do seu valor como um problema social (e não mais meramente político) vivido por esses grupos, determinou-se quando o assunto tomou as páginas da RCB¹²⁴.

¹²³ LIMA, Alceu Amoroso. Terrorismo Cultural. In: LIMA, Alceu Amoroso. *Revolução: reação ou reforma?* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1964, p. 232.

¹²⁴ O TERRORISMO cultural. *Revista Civilização Brasileira*. n.1, p. 239-297.

O relato – como é definido o texto na sua conclusão – não registra a autoria, embora, segundo entrevistas, o mesmo tenha sido escrito por Nelson Werneck Sodré¹²⁵. Aliás, a participação de Sodré no cenário cultural de então foi muito intensa tanto dentro como fora da revista. O histórico de seu percurso intelectual, por sua vez, refletiu também algumas das condições inerentes ao processo de formação de um intelectual de esquerda (no seu caso, historiador) e colocava em evidência certas contradições dessa formação que foram essenciais na constituição de um grupo politicamente não sectário. A sua permanência em instituições como a ESG e o ISEB demonstraram não a incompatibilidade das ideologias colocadas como diretrizes por cada uma delas, mas um processo mais complexo de formação destes intelectuais no final da década de 1950 e início de 1960¹²⁶. O mesmo pode ser dito de Manuel Cavalcanti Proença, militar nacionalista e de esquerda, mas que vivia das crônicas e das críticas literárias publicadas nos jornais do Rio de Janeiro; também Moacyr Félix, filho de militar, que frequentou escola militar, mas depois de uma estadia na França, dedicou-se à atividade literária e ao serviço público junto à Secretaria de Reforma Agrária.

Durante a década de 1960 Sodré esteve envolvido em vários projetos como a edição dos *Cadernos do povo brasileiro*, publicando *Quem é o povo no Brasil?* (livro que teve grande repercussão em 1963), e a formação de um grupo de historiadores no qual foi colocada em questão a História Nova. A sua participação na Editora Civilização Brasileira começou com a edição de seus livros e a aproximação de Sodré com Moacyr Félix e Ênio Silveira. Essa aproximação permitiu a Sodré uma seção fixa na RCB já no primeiro número da revista, o “Momento literário”, no qual procurava tecer análises e críticas dos lançamentos no mercado editorial. Na verdade essa função como colaborador fixo na RCB tinha uma dupla tarefa: ao fazer as resenhas críticas das obras (em geral, editadas pela própria Civilização Brasileira), Sodré tratava de indicar aos leitores as preferências literárias disponíveis no mercado. Ainda que sua formação de historiador desse-lhe condições para discutir questões mais amplas e abrangentes do mundo acadêmico (o que fará mais tarde, na década de 1970, e quando será rechaçado sobretudo pelos intelectuais acadêmicos), suas críticas no “momento literário” revelavam a preocupação dos editores da revista em criarem uma lógica interna no periódico.

¹²⁵ Segundo o próprio Nelson Werneck Sodré em entrevista a Luiz Renato Vieira. In: VIEIRA, Luiz Renato. *Consagrados e malditos: os intelectuais e a editora Civilização Brasileira*. Brasília: Thesaurus, 1998.

¹²⁶ Ver MORAES, João Quartim de. “Nelson Werneck Sodré: a fundamentação marxista do programa nacional-democrático”. In: SILVA, Marcos (org.). *Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira*. Bauru: EdUSC, 2001. p. 25-40.

O projeto inicial da revista – e que foi revisto a cada novo número, conforme as colaborações iam chegando – procurava manter estas seções como necessárias e sempre mantidas por alguém mais próximo tanto de Ênio Silveira quanto de Moacyr Félix, uma outra função atribuída a Sodré na RCB. Essa questão fica evidente quando se percebe que outros colaboradores oriundos da área da literatura ou da crítica literária aparecem apenas como colaboradores não-fixos, como é o caso de Manuel Cavalcanti Proença e Otto Maria Carpeaux.

Com o primeiro número da RCB, além da seção “momento literário” (que foi inaugurada com o título de “Prosa brasileira em 1964”), Sodré colabora também na redação do texto-relato *O terrorismo cultural*. Como já foi dito, o conteúdo do texto apresenta questões essencialmente circunstanciais e se mede pela preocupação de intelectuais e artistas em torno da liberdade de criação e expressão. Logo, o referido texto remete-se imediatamente aos fatos desencadeados pelo golpe militar de abril de 1964. Ainda que contingenciado pelos desdobramentos do golpe, o texto traz um diferencial dos manifestos que em geral eram publicados nos jornais cariocas: fala-se do terrorismo cultural no plano nacional e como essa ação tem interferido na organização dos intelectuais na esfera da cultura. Segundo se escreve,

[...] Ora, a cultura está estreitamente ligada a tudo isso, à agitação, ao debate, à controvérsia, à divergência. [...] A agitação é peculiar às fases de mudança, e estamos atravessando uma delas, precisamente. O medo, entretanto, gera horror à agitação, e contribui para a crença ingênua, que vemos agora tão disseminada entre nós, de que a agitação deriva de atos de vontade, e tais atos de vontade são devidos a “agitadores”, entre os quais se destacam, necessariamente, os intelectuais. Para os que pretendem, simplistamente, acabar com a agitação, a solução parece clara: amordaçar os agitadores. Essa foi a crença ingênua que, fundada no medo, moveu atentados cometidos contra a cultura em nosso país, desde os idos de abril de 1964. Como a agitação continuou, muitos dos simplistas, a esta altura, terão verificado que a agitação não deriva de atos de vontade, mas da própria realidade: os intelectuais não geram, apenas a refletem.¹²⁷

O modo pelo qual o intelectual é descrito na introdução do relato é sintomático, considerando o conjunto de fatores que operavam tanto contra quanto a favor de sua legitimidade. Ao ser colocado como protagonista das agitações ou como porta-voz da esfera da cultura, o texto apresenta o intelectual a partir de uma condição clara e objetiva através da qual

se pode definir, de fato, as suas propriedades. Em outras palavras, a categoria de intelectual (ou classe de trabalhador intelectual, como desejava o CTI) é concebida a partir de certas particularidades inerentes à sua representatividade; as propriedades atribuídas à figura que representava o intelectual socialmente eram formadas a partir de uma concepção universalista e homogeneizada do mesmo. O intelectual, como a maioria das concepções em jogo naquele momento, estava inserido numa cosmovisão muito particular gerada na esfera da cultura das esquerdas de então. No entanto, a necessidade de um sentido e de uma função organizadora de sua ação na esfera da cultura provinha de outra necessidade maior: compreender as transformações pelas quais passavam artistas e intelectuais e a partir disso conduzi-los a uma organização sem desconsiderar este quadro identificado por eles como sendo um quadro de crise¹²⁸.

No entanto, a intervenção do intelectual não se resumiria a isso tão somente. Se houve uma organização dos grupos de intelectuais e artistas em torno de um projeto efetivo de resistência cultural ao regime militar, ela se deu no processo de formação das contradições da atividade intelectual. Ou seja, com a emergência constante de novas formas artísticas, inovações técnicas, produções experimentais, a proposição de novas linguagens e discurso não só para burlar a censura, mas para forjar novos sentidos a uma determinada concepção artístico-cultural, a figura do intelectual não poderia mais ficar em suspenso como um centro irradiador de caminhos e propostas. Até porquê, como aqui já foi dito, o governo militar não proibía a atividade intelectual, mas a forma pela qual determinadas pessoas (professores, escritores, atores, etc.) promoviam a “subversão” através de suas atividades especificamente.

Essas contradições eram expressas, por sua vez, na relação desses profissionais (da educação, da literatura, do teatro, da música etc.) tanto com as esquerdas em processo de transformação na década de 1960 e, sobretudo, com o mercado de bens culturais também em emergência. A adequação dos mesmos a partir do processo de transformação das estruturas políticas assim como das suas condições de trabalho na área da cultura fez constituir uma série de debates sobre a importância da figura destes profissionais (tidos num primeiro momento como intelectuais, responsáveis pela emancipação da sociedade) e da forma como a cultura estava sendo instrumentalizada em função destas transformações.

¹²⁷ O TERRORISMO cultural. op cit., p. 240.

¹²⁸ A exemplo do que é descrito e analisado em *Condições e perspectivas da política brasileira*.

Isso quer dizer que se antes a política predominava como instância responsável pelas transformações sociais, a cultura, daí em diante, começava a ser concebida com o mesmo poder de intervenção e legitimidade. O Estado após 1964, ao colocar diversos intelectuais à sua margem¹²⁹ e, pior, muitas vezes como inimigo público, fez fortalecer as organizações de oposição dispostas a superar essa marginalidade e compartilhar novamente dos poderes de decisão resguardados pelo Estado. Aliás, muitos artigos da RCB vão trazer consigo a perspectiva de que ainda compartilha-se de um poder, mas no universo restrito da própria revista – considerando-a como uma esfera de debates, um fórum de discussão democrática que deve ser cuidadosamente observada por aqueles que condicionam o poder político à violência e ao sectarismo (no caso, o governo militar e o PCB). Assim, somente os profissionais da cultura estão habilitados para esta tarefa, já que a condição de seu trabalho parte da premissa da liberdade de criação e expressão; daí o sentido dos artigos de Cony, Alceu Amoroso Lima, dos poemas de Moacyr Félix e as Epístolas ao Marechal de Ênio Silveira quando afirmavam que os intelectuais são a consciência da sociedade. Uma consciência que, por sua vez, se estrutura e se condiciona ao processo de transformações da sociedade brasileira na década de 1960.

A importância de trazer à discussão o problema do terrorismo cultural contém essas implicações circunstanciais. A definição do intelectual, logo, dos limites da criação, da reprodução e da expressão artísticas está na base de vários projetos culturais, entre eles o da RCB. Essa dimensão, essa importância são descritas em *O Terrorismo Cultural*:

Ao isolar o problema dos intelectuais e o da cultura dos outros, não pretendemos admitir que, na realidade, êsse isolamento exista. Não nos move, por outro lado, nenhuma intenção de supor que as violências cometidas contra os intelectuais e contra a cultura sejam as únicas merecedoras de repulsa. É necessário dividir tarefas, e só isso nos faz concentrar as atenções no problema que é especificamente da cultura e dos que trabalham diretamente com ela. Sem nenhuma idéia de que o resto carece de importância – muito ao contrário. [...] Não nos cabe aqui, entretanto, situar o que ocorreu com o operário e com o camponês, mas somente, e em parte, o que ocorreu com o intelectual. O resto virá, a seu tempo.

¹²⁹ No entanto, é interessante perceber que muitos destes intelectuais mantiveram seus vínculos de trabalho com o Estado durante anos, como foram os casos de Moacyr Félix e Nelson Werneck Sodré.

O relato segue com a descrição de vários acontecimentos ocorridos entre 1964 e 1965. Há reiteradas passagens de processos abertos contra professores universitários, transcritos ali como forma de documentar a sucessão de atos de violência contra os profissionais da área da cultura. Entre eles o caso dos professores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília (SP), Ubaldo Martini Puppi e Antônio Qualce Salgado, que além de presos foram submetidos a IPMs, acusados de subversão naquela Faculdade; tanto Ubaldo quanto Antônio foram investigados e segundo consta nos processos, ambos integravam a campanha de alfabetização pelo método Paulo Freire. Outro fato curioso descrito foi a publicação de um edital na cidade de Recife, no Jornal do Comércio, em 27 de junho de 1964, que anunciava que a Comissão Geral da Investigação Sumária do Município do Recife estava aceitando delação oral ou por escrito dos funcionários municipais. O edital, entre outras coisas afirmava “que qualquer representação oral ou por escrito contra funcionários municipais que tenham de algum modo tentado contra a segurança do País, o regime democrático e a probidade da administração pública, deve ser formulada no horário das 8 às 12 horas, às segundas, quartas e sextas-feiras”¹³⁰.

Por outro lado, o texto procurou também ressaltar a importância de determinados veículos de comunicação em denunciar atos arbitrários dessa natureza. Um deles foi o jornal carioca *Correio da Manhã* que, apesar de ter apoiado o golpe militar, dando respaldo através de dois editoriais polêmicos em 31 de março de 1964 e 1º de abril de 1964, colocou-se contra a política de demissões do governo e as perseguições a intelectuais e artistas. No período de 1964 e 1965 alguns colunistas e jornalistas estiveram acompanhando permanentemente o desenrolar dos acontecimentos, entre eles Edmundo Muniz, Hermano Alves, Márcio Moreira Alves, Newton Rodrigues, Otto Maria Carpeaux e Carlos Heitor Cony. Havia também o *Jornal do Brasil* que contava sobretudo com a participação de Mário Martins, Barbosa Lima Sobrinho, Rubem Braga e Alceu Amoroso Lima.

O relato sobre o terrorismo cultural, evidentemente, dá uma significativa importância a Alceu Amoroso Lima e Carlos Heitor Cony, por motivos óbvios: o primeiro porque era considerado um dos ícones da inteligência brasileira, que integrava uma tradição de pensadores católicos e, às vezes, até conservadores. Amoroso Lima recebeu destaque também por ser professor universitário e porque vivia o clima de apreensão dentro das faculdades, portanto,

¹³⁰ TERRORISMO cultural. op. cit., p. 243-244.

poderia ser um articulador do movimento de intelectuais de esquerda no meio acadêmico. Quanto ao segundo, sua aparição e seu destaque se deram sobretudo em função dos artigos e crônicas publicados no jornal *Correio da Manhã* e que resultou na imediata investigação de suas atividades profissionais por parte do serviço de informação dos militares. Cony tinha respaldo do grande público e não somente dos grupos de intelectuais e artistas. Aliás, mesmo entre estes últimos as posições de Cony não eram bem quistas. O relato sobre o terrorismo cultural descreve Cony como portador

de uma coragem exemplar e de uma tranquila lucidez, dizendo os nomes das coisas, despertando, por todo o país, enorme interesse e a maior admiração. Não houve injustiça de seu conhecimento que o colunista não combatesse e muitos lhes devem, e lhe devem muito, porque, indefesos, encontraram nele um advogado natural.¹³¹

O fato é que em 1965 Cony já era um autor nacionalmente reconhecido tanto pelas crônicas publicadas no periódico carioca quanto pelo seu livro *O ato e fato*, publicado pela Editora Civilização Brasileira no primeiro semestre de 1964. A sua importância na cena literária advinha, em parte, da associação da sua atividade como jornalista e cronista de um importante jornal de oposição ao governo militar (pelo menos depois do golpe consumado), com seu ímpeto provocativo ao questionar o regime de modo aberto e franco. Aliás, essa virtude em Cony não surge apenas com a presença dos militares no comando do Estado, mas era um elemento típico de suas crônicas e artigos sempre ácidos e irônicos quanto às questões enunciadas pela Igreja e pelo PCB – ele procurava sempre manter um certo elo de discórdia com ambos até como forma de determinar seu estilo enquanto escritor céptico, agnóstico e imparcial.

Cony foi demasiadamente lido e respeitado em função das posições que não assumia, diz Ferreira Gullar¹³². Sua produção entre 1963 e 1967 cativa uma legião grande de leitores que, na verdade, viviam os mesmos dilemas em seus respectivos campos profissionais. A indefinição ideológica (justamente num momento em que se cobrava de cada cidadão brasileiro uma posição definida naquele contexto de transformações) e a determinação de necessidades

¹³¹ Ibid., p. 245-246.

¹³² Apud VIEIRA, op.cit., p. 71.

relacionadas ao mundo privado, além das relações subjetivas, fizeram de Cony um retrato fiel de seus próprios leitores.

Na verdade, Cony, como um intelectual categoricamente definido na época como pequeno-burguês, conseguiu uma proeza que muitos intelectuais de esquerda, em especial do PCB, tentavam obter a todo custo e não conseguiam: o reconhecimento público de seu trabalho ainda que sendo uma atividade engajada politicamente. Cony, sem o aval do PCB, fazia resistência ao regime (ao seu modo, obviamente), tinha diversas reedições de suas obras, era reconhecido pela sua qualidade mediana no meio literário e ainda era sucesso de venda em todo o país. Não é à toa que Cony teve a repercussão que conhecemos hoje através de vários documentos¹³³. O relato sobre o terrorismo cultural na RCB descreve que “Cony tornou-se figura nacional; os estudantes, por tôda a parte, convidavam-no para conferências, para homenagens, escolhiam-no como paraninfo, queriam-no presente para autógrafos”¹³⁴.

A menção sobre outra crônica de Cony, *A hora dos intelectuais*, procura, por sua vez, relacionar seu autor ao grupo que constituía o CTI. A importância do CTI no processo de organização de intelectuais e artistas em torno de um projeto comum já foi aqui ressaltada. Ainda que a entidade tenha se voltado exclusivamente para uma ação de natureza corporativa ela abriu outras possibilidades sobretudo ao grupo de membros-fundadores. Essas possibilidades resultaram na articulação – segundo o argumento inicial – do grupo de colaboradores fixos da RCB e no fortalecimento de um projeto intelectual a partir da intervenção desse grupo na esfera da cultura em toda década de 1960. Ou seja, ainda que a revista tenha sido editada entre março de 1965 e dezembro de 1968, as relações de amizade, profissionais, intelectuais do grupo tiveram início quando Ênio Silveira assumiu a propriedade da Editora Civilização Brasileira em 1958. A partir daí passaram pelas primeiras edições de obras marxistas entre 1960 e 1962, pela edição dos *Cadernos do povo brasileiro*, *Violão de Rua*, *CTI* e culminaram, por fim, com a RCB – sem mencionar os outros projetos paralelos como o jornal *Reunião*, a revista *Política Externa Independente*, e a revista *Paz e Terra*. Dessa forma o CTI

¹³³ O *Correio da Manhã* de 02 de junho de 1964 traz estampada na capa a seguinte nota: “Na maior consagração pública de que se tem conhecimento na literatura brasileira, já atribuída a um escritor, Carlos Heitor Cony distribuiu autógrafos, ontem à noite, na barraca 19 da Feira do Livro armada na Cinelândia. Todos os seus cinco livros e mais *Os sete pecados capitais*, que leva a sua chancela e mais a de seis outros escritores, foram esgotados, assegurando o liderança entre os *best-sellers* da IX Feira do Livro, superando, em um só dia o total das vendas obtidas pela Bíblia Sagrada desde o início da feira”.

¹³⁴ O TERRORISMO cultural. op. cit., p. 247.

encontra-se no ponto intermediário de consolidação do grupo e do processo de formação de uma esfera pública de debates a partir das contradições geradas no universo da cultura.

Nesse sentido, o artigo de Cony, *A hora dos intelectuais* – ressaltado pelo documento sobre o terrorismo cultural – veio chamar a atenção pública para os problemas da cultura, da produção e da expressão de seus interlocutores: os intelectuais. Essa perspectiva, ainda que estivesse impregnada com um sentido de compromisso ou missão do intelectual como agente e sujeito das transformações culturais, possibilitou repensar sua importância no contexto das transformações da sociedade brasileira nos anos pós-golpe. Pois, se anteriormente estes intelectuais encontravam respaldo oficial no Estado, nos partidos políticos e nas entidades de esquerda, constata-se – a exemplo do artigo de Cony referenciado em *O terrorismo cultural* – a necessidade da recomposição dos grupos de intelectuais e artistas a partir dessas mesmas transformações. Em outras palavras: quando a RCB justifica sua posição ideológica afirmando que se pretende aberta, pluralista e não-sectária, ela está confirmando um dado importante no processo de organização dos grupos de esquerda – sobretudo o de intelectuais e artistas: de que os meios de produção e reprodução cultural devem ser determinados pelas necessidades inerentes à criação e produção artísticas.

Essa condição também está subentendida no artigo de Cony e serve de pressuposto para a redação de *O Terrorismo Cultural*. O restante do relato (p. 251-290) consiste no detalhamento de todos os casos de repressão que o conselho editorial teve notícia até a data de edição da revista. O interessante a ser notado é que o relato se pauta, principalmente, pelo aspecto individual dos vitimados. Ou seja, embora julgue-se importante a todo momento a articulação dos intelectuais em torno de uma política ou ideologia de resistência na esfera da cultura, esta parece ainda indefinida quando se percebe a imensidade de casos denunciados pela RCB e a disparidade de exemplos sem a devida conexão dos fatos. O documento, dessa forma, situa os casos em suas particularidades e não os reporta ao conjunto de problemas existentes na esfera da cultura. O próprio relato, por exemplo, menciona o sem-número de manifestos de intelectuais e artistas assinados e publicados em jornais de circulação nacional. Esse fenômeno da organização dos grupos de intelectuais e artistas através da publicação de manifestos contra a repressão e a censura é perceptível, sobretudo em 1965 e 1966.

1.2 As Epístolas ao Marechal

Talvez um dos momentos mais significativos da RCB, tanto quanto os debates promovidos por inúmeros intelectuais e artistas nas páginas da revista, talvez tenha sido a publicação das cartas remetidas ao presidente Castelo Branco (1964-1967), intituladas *Epístolas ao Marechal*. De autoria de Ênio Silveira, estas epístolas tiveram uma repercussão intensa nos meios intelectualizados da época, pois se dirigir em primeira pessoa ao presidente da república, em tempos de censura e de repressão cultural, não só era um ato corajoso e uma tomada de posição de Ênio, mas a intensificação da identidade político-ideológica da revista e da própria Editora Civilização Brasileira.

Ora, a sua empresa já havia sido inquirida em diversos IPM's em virtude da publicação e tradução de obras e classificadas pelo governo militar como subversivas. Logo nas primeiras semanas após o golpe Ênio Silveira era “convidado” a prestar depoimento em inquéritos que envolviam a imprensa comunista no Brasil, além do ser indiciado no famoso IPM do ISEB¹³⁵. O fato é que as epístolas contribuíram para aparição de Ênio também como um intelectual ativo e não somente o editor e proprietário de sua casa editorial. Seu envolvimento direto com as questões que envolviam a censura e a repressão da cultura através das epístolas o colocou como um representante dos intelectuais perseguidos pelo regime militar. Como já foi visto, o CTI não articulava nenhuma ação organizada de intelectuais e artistas em torno de um projeto consolidado para a cultura; as epístolas de Ênio Silveira publicadas na RCB, de certa forma, ainda fundavam-se nessa perspectiva, mas com uma vantagem: o projeto do espaço público de debates estaria consolidado.

Em outras palavras, a figura do intelectual ainda permaneceria relacionada à ação específica deste ou daquele membro do grupo, descrito e composto na sua unicidade individual. As questões subjetivas – ainda que carregadas de um forte apelo ao humanismo e ao respeito ao ser humano – ainda centrariam muitos artigos, ensaios e cartas, inclusive, as próprias epístolas ao marechal. Ênio Silveira, ao se referir a Castelo Branco, demonstra suas intenções como “cidadão-intelectual” e justifica o modo pelo qual o faz:

¹³⁵ Segundo Nelson Werneck Sodré, “havia o IPM do ISEB que, segundo consta, tinha trinta volumes de mil páginas cada um, porque abrangia três presidentes da república, quatro ou cinco ministros da Educação e um rol de pessoas que entraram de gaiatos na história”. In: VIEIRA, Luiz Renato. op cit, p.118

Acredito que seus muitos afazeres [os de Castelo Branco], antes e depois do movimento insurrecional que o conduziu à chefia da Nação Brasileira, não lhe tenham permitido tomar conhecimento de um livro curioso, cuja leitura me parece recomendável a todo chefe de governo [...]. Trata-se de *The Presidential Papers*, de Norman Mailer [...]. É um volume de trezentas e tantas páginas, reunindo várias cartas-relatório (*papers*, como as classifica Mailer, por entendê-las documentos de uma assessoria voluntária, não solicitada mas nem por isso menos válida ou oportuna) endereçadas publicamente ao presidente John Fitzgerald Kennedy por intermédio de várias revistas em que o autor colaborava [...]. Nesses documentos, em forma de epístola, os mais variados temas são livremente desenvolvidos e investigados: delinquência juvenil, preconceito racial, direitos civis, política externa, [...] liberdade de opinião, a esquerda nos Estados Unidos, o campeonato mundial de boxe, etc., sempre com o intuito de oferecer ao presidente Kennedy uma visão informal, antipalaciana, quase audaciosa dos problemas nacionais e internacionais.¹³⁶

A questão central nesse relato de Ênio é, além de mostrar o posicionamento de suas intenções e de sua tarefa como interlocutor junto ao presidente, mas considerar o aspecto – novamente reafirmado – da formação de um grupo de intelectuais que ainda não constituiu um projeto unificado e a partir do qual todos os seus membros possam se pronunciar. Nesse sentido, como noutros momentos da RCB quando se constata a publicação de textos de análise de conjuntura ou mesmo esporádicos editoriais, a epístola *Sobre o “delito de opinião”* continua a revelar essa configuração individual em forma de depoimentos, confirmando, por si só, a formação heterogênea destes grupos de intelectuais e artistas. Ênio Silveira, poucos meses antes havia sido detido e encarcerado pelo Exército no quartel do I Batalhão da Polícia do Exército, no Rio de Janeiro, e a partir desse evento – e segundo consta, somente a partir disso – ele resolveu encarar o projeto de redigir as epístolas. Escreve Ênio:

Empolguei-me de tal maneira com o livro [o de Norman Mailer] que pretendo iniciar correspondência semelhante com o senhor, igualmente unilateral, igualmente voluntária, igualmente audaciosa. (Peço-lhe, por oportuno, que me desculpe o tratamento pouco protocolar; nisso não veja qualquer atitude desrespeitosa ou agressiva, mas antes o desejo de manter um tom menos rígido, menos palaciano, mais coloquial, de cidadão para cidadão). [...]

¹³⁶ SILVEIRA, Ênio. Primeira epístola ao marechal: sobre o “delito de opinião”. *Revista Civilização Brasileira*. N. 3, vol I, julho de 1965. Apud FÉLIX, Moacyr. *Ênio Silveira: arquiteto de liberdades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, p. 18.

Outra questão de ordem e de forma que deve ser levantada ainda nestas preliminares é a de que não poderei fugir à primeira pessoa do singular, pois será impossível omitir-me na descrição de experiências vividas por mim e das reações que elas me causaram. Outras pessoas, diante das mesmas experiências, poderiam ter tido reações diferentes. Por outro lado, não sendo modesto de indústria, acho perfeitamente normal que o senhor não tenha a mínima idéia de quem – ou do que – eu seja.¹³⁷

A seguir, Ênio faz um relato pessoal de toda a sua vida, ressaltando alguns momentos de sua formação política e ideológica. A epístola segue com relatos excessivamente pessoais e considera – como afirma na citação anterior – os fatos e as informações na primeira pessoa. No que tange à sua formação político-ideológica é interessante o modo como ele se reporta ao CTI, por exemplo:

Liguei-me a escritores e artistas que se entendiam afastados, como eu, de especulações meramente acadêmicas e idealistas, cidadãos que também estavam dispostos a fazer alguma coisa, abandonando de uma vez por todas posições ora conformistas, ora pessimistas, ora indiferentes. De nossos debates e esforços conjuntos surgiu a idéia de *organizar um movimento sistemático*, que trouxesse o concurso dos homens de pensamento e cultura aos centros de decisão da vida nacional, tradicionalmente manipulados por figuras de visão imediatista e estreita. Essa iniciativa, sob o Comando dos Trabalhadores Intelectuais, mereceu logo o apoio de centenas de escritores, artistas, professores, estudantes e estava a caminho de sua estruturação jurídica quando foi interrompida pelo movimento insurrecional de que o senhor fez parte.¹³⁸

Interessante observar como o CTI representou uma grande vitória no projeto de organização das esquerdas naquele momento. A “sombra” da entidade continuou durante anos presente na memória daqueles intelectuais e artistas que direta ou indiretamente estiveram envolvidos com ela. Como já foi visto em outro momento, o CTI tinha uma organização muito particular, composta a partir do complexo mosaico ideológico existente ainda antes de 1964. Essa condição pluralista atribuiu à entidade características que, de certa maneira, desconsideravam todo o processo de racionalização pela qual passava a cultura,

¹³⁷ Id., Ibid., p.19-20.

¹³⁸ Id. Ibid., p.22-23. [sem grifo no original].

conseqüentemente, os trabalhadores intelectuais – processo este desencadeado sobretudo pela emergência de um mercado de bens culturais durante a década de 1960. Isso também decorria do fato que a burocratização e a militarização do Estado propiciava a racionalização da cultura, gerando novas possibilidades técnicas e materiais para que a cultura, num sentido amplo e, adquirisse aspectos funcionais e estruturais numa sociedade industrial e ao mesmo tempo constituir-se num elemento fundamental no processo de reorganização das esquerdas no Brasil

Essa fase de indefinições quanto ao sentido político e ideológico das organizações de esquerda, de choque com as novas formas de produção e reprodução culturais, marca o início da resistência ao “terrorismo cultural” e da constituição de signos dessa resistência que se expressa politicamente pela através da cultura, que é capaz de formular um conceito de democracia condizente com aquele contexto específico e complexo de organização das esquerdas, sob ação da repressão político-cultural e da censura. Ou seja, a esfera cultural (num plano mais amplo) e a RCB (numa perspectiva mais específica), permite abrir o leque de debates, ao mesmo tempo em que une várias tendências políticas e ideológicas em torno de um só objetivo: o restabelecimento do processo democrático.

Daí a importância, nas epístolas de Ênio, o debate sobre a liberdade de opinião, mesmo num regime autoritário. Liberdade essa, fundada na livre expressão e criação de todos aqueles que sentem motivados a criar e se expressar (como é o caso do próprio Ênio), assim como patrocinada pelos meios de divulgação cultural, como eram o ISEB, o CPC da UNE, a RCB e a própria Editora Civilização Brasileira. Isso fica claro quando Ênio dirige-se a Castelo Branco dizendo

pois bem, sr. Marechal: chegamos aqui ao motivo principal desta epístola, que é precisamente o da liberdade de opinião. [...] De fato, admitamos que muitas das violências e injustiças clamorosas dos primeiros meses foram fruto da euforia punitiva que dominou os vencedores. Esqueçamo-nos por instantes, apenas para encaminhamento de raciocínio, das centenas de vítimas do Ato Institucional, da demissão em massa de professores universitários, da aposentadoria ou demissão sumária de funcionários públicos, da reforma de tantos oficiais de nossas Forças Armadas, todos perseguidos e punidos pelo crime de terem pensado. [...] Pensemos nos três rapazes, co-autores da série de livros intitulada *História Nova*, que ficaram presos durante semanas e semanas, por capricho de misteriosas autoridades, acusados de crime

de opinião. Pensemos nos livros que estão sendo apreendidos em vários pontos do território nacional pelos agentes da Polícia de Segurança ou pelo próprio Exército Brasileiro.¹³⁹

A questão da liberdade de opinião centra tanto a primeira epístola (“Sobre o delito de opinião”) quanto a segunda (“Sobre a vara de marmelo”), ainda que a segunda restrinja-se à análise das eleições estaduais em 1965. E nas duas epístolas fica evidente a necessidade de Ênio em tecer suas considerações a partir de um foco pessoal e das experiências e conjecturas vividas por ele. Interessante que essa condição não é oculta no texto, pelo contrário e ressaltada como a única forma de fazer oposição o regime ou pelo menos incitá-lo ao debate.

Sou obrigado a voltar, sr. Marechal, ao trato do caso pessoal, para exemplificar melhor. Desde o movimento insurrecional, várias coisas me aconteceram: a) meus direitos políticos foram suspensos por dez anos, pelo Ato Institucional, sem que eu tenha tido oportunidade de me defender; b) já fui submetido a cinco IPMs, sendo reinquerido em dois deles; c) fui alvo de um processo criminal, no Estado da Guanabara, acusado de “crime de subversão”; d) fui preso durante nove dias, como suspeito de “crime de subversão”; e) livros editados por minha empresa têm sido apreendidos em vários pontos do território nacional, sob a alegação de que são ou podem ser “subversivos”. E por que tudo isso? Porque autoridades maiores ou menores, subordinados a seu governo, sr. Marechal, não podem admitir que um homem como eu, cujas origens sejam burguesas, pertença – estatisticamente – àquele percentual mínimo de nossa população que constitui as chamadas classes dominantes, tenha as idéias que defendo e aja em função delas. Não podem entender, igualmente, que a editora Civilização Brasileira esteja trabalhando no intenso ritmo atual movimentada apenas por seus próprios recursos financeiros, proporcionados e a cada instante ampliados pela aceitação popular dos livros que edita.

A liberdade de opinião permeou todo o projeto editorial da RCB. Pode-se não ter obtido respostas ou articulado as esquerdas em torno de um projeto unificado na forma de uma frente ampla, ao menos o debate se fez ouvir e foi representado positivamente no interior dos vários grupos de artistas e intelectuais de esquerda naquele momento. Apesar da revista ser

¹³⁹ Id. Ibid., p.25. Vale lembrar que essa série, a qual refere-se Ênio Silveira, foi publicada pela Editora Civilização Brasileira, assim como os livros presos, deve-se, em parte, pela numerosa apreensão que a Editora sofreu de seus livros ainda na gráfica.

o resultado da articulação de um pequeno grupo de intelectuais e artistas sem vínculos institucionais (ou seja, não esteve vinculado ao Estado nem mesmo à partidos) a produção conjunta da RCB aponta para uma institucionalização legitimada no seu potencial de aglomeração das mais variadas tendências políticas e ideológicas. Pois, a dinâmica política do regime, o salto de modernização capitalista ocorrido no período e, por último, porém não menos decisivo, as percepções, idéias e utopias predominantes na “heterogênea e briguenta família oposicionista”¹⁴⁰, definiram o modo pelo qual tais experiências foram vividas nas fronteiras imprecisas entre o público e o privado.

¹⁴⁰ NETTO, José Paulo. op. cit.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No estudo feito sobre a Revista Civilização Brasileira (1965-1968) ficou evidente a relação entre política e cultura na década de 1960 até como possível resultado de um processo de politização da esfera cultural, exatamente quando esta constrói sua autonomia no momento de desintegração das grandes entidades de esquerda. Essa autonomia, por sua vez, reforça e deposita em seus interlocutores (intelectuais e artistas) a “missão” de constituir um projeto de emancipação da sociedade brasileira através do princípio de liberdade de criação e expressão na esfera da cultura. Ou seja, a cultura constitui instrumentos ideológicos próprios de intervenção política como única forma (ou espaço) possível de articulação dos grupos de intelectuais e artistas, fora do âmbito dos partidos políticos e do Estado.

Por outro lado, ocorre processo semelhante ao descrito por Roberto Schwarz na constituição da hegemonia cultural da esquerda, a partir da assimilação da temática de esquerda através de livros, filmes, peças de teatro e musicais. A condição material colocada pelo mercado de bens culturais que favorece, num âmbito mais abrangente a “estetização da política” também favorece a relação entre cultura e política. Essa condição de produção e reprodução social de bens culturais não somente co-participa da estruturação da indústria cultural brasileira na década de 1960 como fortalece a relação entre as esferas da cultura e da política. De qualquer modo, acreditamos que as duas condições ainda que distintas, ocorrem simultaneamente no processo de organização das esquerdas entre 1964 e 1968.

Quanto ao conceito de hegemonia cultural de esquerda especificamente e a sua fundamentação na esfera pública, em geral, ele é comumente interpretado como um momento de consolidação de um poder quase centralizador das forças de resistência (cultural) da esquerda, garantido a determinadas classes ou grupos sociais uma autonomia que as permite agir com consciência dessa própria hegemonia; Nesse sentido, e erroneamente, o conceito de hegemonia é sempre lido através da suposta desvinculação que os intelectuais têm em relação às contingências históricas e sociais. Ou seja, não se deve ignorar a existência de uma tal hegemonia — chamada antes de *cultura oficial de esquerda* —, mas ela antes deve ser considerada de forma que postule seu processo de formação através ação social de seus agentes.

De certo modo, foi essa perspectiva adotada para se analisar a RCB, ou melhor, a sua inserção nesse campo conflituoso de reestruturação do Estado e das organizações de esquerda.

Tão mais importante que a revista em si, o grupo de colaboradores ou diversas facetas das esquerdas na década de 1960, constitui um elemento chave na compreensão e no mapeamento da produção de artistas e intelectuais de esquerdas dispersos em função da desagregação das entidades de esquerdas clássicas. Sabe-se que a oposição percorreu de distintas maneiras os três períodos em que se pode dividir a história do autoritarismo, de acordo com o maior ou menor espaço aberto à competição política e o grau maior ou menor de exercício das liberdades públicas e individuais – logo, a possibilidade de rever ou ampliar o conceito de hegemonia de esquerda. Isso realizado – levando em conta as formações heterogêneas dessas esquerdas que vinham fazendo política fora do âmbito do partido e da esfera estritamente política – foi possível conceber uma esfera pública de debates como a RCB, considerando como as questões ditas do mundo privado agora eram representadas política e ideologicamente.

É através dessa perspectiva que se pretende analisar o conjunto de artigos, resenhas, manifestos, relatos e documentos publicados na RCB entre 1965 e 1968. Pois, apreender tais fontes implica em inseri-las num processo amplo de produção intelectual determinante naquele contexto. Ou seja, é importante e necessário considerar estes documentos não a partir da especificidade autoral dos mesmos, mas do processo que determinou a sua estrutura e significação que interferiram na formação de um diálogo entre colaboradores e leitores que buscavam, antes de tudo, constituir um espaço legítimo de interlocução na esfera da cultura.

Daí também a insistência entre alguns intelectuais e artistas denominarem-se membros de um grupo – “grupo da Civilização Brasileira”, como diziam – que definia, a priori, o conjunto de colaboradores fixos da RCB. Evidentemente que o conceito de grupo remete a uma formação social com vínculos definidos e estabelecidos a partir de relações objetivamente verificáveis num determinado contexto histórico. Ainda que a RCB tenha reunido um contingente de indivíduos em torno de suas diretrizes editoriais, num primeiro momento, isso não representa a efetiva organização social de um grupo. A revista, antes de mais nada, representou uma tribuna de debates que abriu possibilidades para a formação dos mais variados grupos; ela abrigou diversas tendências ideológicas e favoreceu o contato diversificado entre idéias, projetos e ideologias, mas não o fez – ou o seus responsáveis não o fizeram – pressupondo a consolidação ou legitimação de um determinado grupo no espaço público. Daí a importância dessa ressalva quanto à utilização da expressão “grupo” nos termos de análise da RCB e de seus colaboradores fixos e não-fixos. Aliás, quanto ao grupo de colaboradores não regulares, estes não são considerados no processo de análise, exceto em situações de

extraordinária necessidade ou quando interferiram diretamente tanto na organização do contingente de colaboradores fixos quanto na pauta colocada sugerida pelo Conselho de Redação – que por algumas poucas vezes esteve reunida.

ANEXOS

Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI)

(Publicado do jornal *Correio da Manhã*, 13 de outubro de 1963)

Compreendendo a necessidade de maior coordenação entre os vários campos em que se desenvolve a luta pela emancipação cultural do País – essencialmente ligada às lutas políticas que marcam o processo brasileiro de emancipação econômica – trabalhadores intelectuais, pertencentes aos vários setores da cultura brasileira, resolveram fundar um movimento denominado Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI).

O CTI tem por finalidades:

- a) congregar trabalhadores intelectuais, na sua mais ampla e autêntica conceituação;
- b) apoiar as reivindicações específicas de cada setor da cultura brasileira, fortalecendo-as dentro de uma ação geral, efetiva e solidária;
- c) participar da formação de uma frente única, democrática e nacionalista, com as demais forças populares, arregimentadas na marcha por uma estruturação melhor da sociedade brasileira.

Com este propósito de união são convocados todos os trabalhadores intelectuais que, estando de acordo com as finalidades do CTI, desejam nele atuar acima de personalismos ou de secundários motivos de dissensão.

Esta convocação nasceu do exercício da delegação de poderes que uma numerosa assembléia de intelectuais, reunida a 5 do corrente mês, deu a um grupo de treze de seus componentes, para que a representassem, durante a última crise política, junto às demais forças populares agrupadas contra as tentativas de golpe da direita e em defesa das liberdades democráticas.

Como seu texto de base, foi elaborado o seguinte documento:

Considerando que a situação política do País impõe a necessidade cada vez maior da coordenação e da unidade entre as várias correntes progressistas;

Considerando que os intelectuais não podem deixar de constituir um ativo setor de luta dessas correntes progressistas;

Considerando a inexistência de um órgão mediante o qual possam os intelectuais emitir os seus pronunciamentos a afirmar a sua presença conjuntamente com os demais órgãos representativos das forças populares;

Considerando que os acontecimento recentes demonstraram a urgência da criação desse órgão capaz de representar de forma ampla o pensamento dos que exercem atividades intelectuais no País, os abaixo-assinados, por este documento, declaram fundado o CTI e solicitam a adesão de intelectuais, convocando-os para a

Primeira Assembléia Geral a ser realizada no decorrer do mês de novembro, com o objetivo de eleger os seus organismos de direção.

Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1963.

(aa.) *Alex Viany – Álvaro Lins – Álvaro Vieira Pinto – Barbosa Lima Sobrinho – Dias Gomes – Édison Carneiro – Ênio Silveira – Jorge Amado – Manuel Cavalcanti Proença – Moacyr Félix – Nelson Werneck Sodré – Oscar Niemeyer – Ony Duarte Pereira.*

A este documento de fundação – ainda aberto para recebimento de adesões, em listas que podem ser encontradas, até o dia 31 de outubro, nas livrarias São José, Ler e Civilização Brasileira – já apuseram as suas assinaturas, passando assim a ser membros fundadores do CTI, os seguintes intelectuais:

DIREITO: Max da Costa Santos (Dep. Federal) – Paulo Alberto M. de Barros (Dep. Estadual) – Sinval Palmeira (Dep. Estadual) – Modesto Justino de Oliveira – Hélio Saboya – Pedrílvio Ferreira Guimarães – Cláudio Pestana Magalhães.

ARQUITETURA: Flávio Marinho Rêgo – Júlio Graber – Bernardo Goldwasser – Edson Cláudio – Artur Lycio Pontual – David Weissman – Carlos Elbert – Hircio Miranda – José de Albuquerque Milanez – Bernardo Tuny Wettreich – Paulo Cazé.

MEDICINA: Mauro Lins e Silva (Direção da Associação Médica) – José Paulo Drummond – Álvaro Dória – Valério Konder – Mauro de Lossio Leibnitz.

LITERATURA: Aníbal Machado – Álvaro Moreira – Adalgisa Nery – Geir Campos – Astrojildo Pereira – Paulo Mendes Campos – Eneida – José Conde – Joaquim Cardozo – Nestor de Holanda – Dalcídio Jurandir – Mário da Silva Brito – Miécio Tati – Ferreira Gullar – Reynaldo Jardim – Rernard Perez – Felix Athayde – Oswaldino Marques – Homero Homem – James Amado – Otávio Brandão – Esdras do Nascimento – Luiz Paiva de Castro – Cláudio Mello e Souza – A. Pizarro Pereira Jacobina – João Felício dos Santos – Beatriz Bandeira – Ary de Andrade – Edna Savaget – Carlos Heitor Cony – Moacir C. Lopes – Campos de Carvalho – Sylvan Paezzo – Jurema Finamour – Guido Wilmar Sassi – Júlio José de Oliveira – Roberto Pontual.

CIÊNCIA: José Leite Lopes – Jaques Danon

MÚSICA: Carlos Lira – José Luiz Calazans (Jararaca)

TEATRO: Francisco de Assis – Oduvaldo Vianna – Eurico Silva – Oduvaldo Vianna Filho – Gianfrancesco Guarnieri – José Renato – Flávio Rangel – Modesto de Souza – Tereza Rachel – Miriam Pérsia – Yara Sales – Luiz Linhares – Mário Brasini – Rodolfo Arena – Rafael de Carvalho – Ferreira Maia – Flávio Migliacio – Joel Barcelos – Rodolfo Mayer – Antônio Sampaio – J. Sebastião Amaro (Scandall) – Jackson de Souza – Ary Toledo – Agildo Ribeiro – Costa Filho – Maria Gledis – Maria Ribeiro – Wanda Lacerda – Vera Gertel.

ARTES PLÁSTICAS: Di Cavalcanti – Iberê Camargo – José Roberto Teixeira Leite (diretor do Museu Nacional) – Djanira – Darel Valença – Poty Lazzarotto – Carlos Scliar – Kumbuka – Edith Behring – Lígia Papi – Sílvia Leon Chalreo – Claudius.

EDUCAÇÃO: Heron de Alencar – Carlos Cavalcanti – José Carlos Lisboa – Emir Ahmed (Confederação Nacional de Professores) – Pedro Gouveia Filho – Sarah Castro Barbosa de Andrade – José de Almeida Barreto (Confederação Nacional de Professores) – Ony Braga de Carvalho – Robespierre Martins Teixeira – Iron Abend – Cursino Raposo – Miriam Glazman – Edwaldo Cafezeiro – Maria Lia Faria de Paiva – Dulcina Bandeira – Lauryston Gomes Pereira Guerra – Antônio Luiz Araújo – Pedro de Alcântara Figueira – Marly Casas – Alberto Latorre de Faria – Rosemonde de Castro Pinto.

EDITORES: Jorge Zahar – Carlos Ribeiro – Irineu Garcia – José Dias da Silva.

CINEMA: Joaquim Pedro de andrade – Miguel Borges – Paulo César Sarraceni – Nelson Pereira dos Santos – João Ramiro Melo – Sérgio Sanz – Fernando Amaral – Leon Hirzman – Glauber Rocha – Marcos Farias – Saul Lechtmaches – Carlos Diegues – Roberto Pires – Paulo Gil Soares – Eliseu Visconti – Walter Lima Júnior – Arnaldo Jabour (sic) – Mário Carneiro – Waldemar Lima – Ruy Santos – Luís Carlos Saldanha – David Neves – Fernando Duarte – Ítalo Jacques – Alinor Azevedo – Célio Gonçalves – Braga Neto.

RÁDIO E TELEVISÃO: Chico Anísio – Moacyr Masson – Teixeira Filho (Secretário da Federação Nacional dos Radialistas) – Giuseppe Ghiaroni – Oranice Franco – Amaral Gurgel – Janete Clair – Hemílcio Froes (diretor da Federação Nacional dos Radialistas e dos Sindicato de Radialistas da Guanabara) – Nara Leão – Jorge Goulart – Nora Ney – Ênio Santos – Ísis de Oliveira – Newton da Matta – Gracindo Júnior – Neuza Tavares – Mário Monjardim – Maria Alice Barreto – Célia de Castro – Ilka Maria – Gerdal dos Santos – Rodney Gomes – Jonas Garret – Domício Costa – Walter Alves – Geraldo Luz.

JORNALISMO: Paulo Francis – Plínio de Abreu Ramos – Tati de Moraes – Luiz Luna – Hráclio Sales – Josué Guilherme Mendes – Cláudio Bueno Rocha – Luiz Quirino – Renato

Guimarães – Darwin Brandão – Otávio Malta – Barboza Mello – Muniz Bandeira – Osmar Flores – Flávio Pamplona – Wilson Machado.

ECONOMIA: Cid Silveira – Domar Campos – Oswaldo Gusmão – Cibilis da Rocha Viana – Paulo Schilling – Wanderley Guilherme – Aristóteles Moura – Alberto Passos Guimarães – Theotônio Júnior – Helga Hoffmann – Jorge Carlos Leite Ribeiro.

Manifesto da UBE ataca terrorismo

(Publicado No *Correio da Manhã* em 24 de outubro de 1964, p. 14)

A União Brasileira de Escritores distribuiu ontem um manifesto à Nação, solidarizando-se com os “intelectuais com direitos cassados, lares invadidos, com empregos perdidos ou sumariamente aposentados e processados por defesa de idéias”.

Acrescenta o manifesto que “urge a convergência de esforços das autoridades da Nação e forças políticas legalmente instituídas com o restabelecimento da ordem jurídica com as garantias ao pensamento no Brasil”.

Democracia: A opinião do presidente da União Brasileira de Escritores, sr. Peregrino Júnior, coincide inteiramente com o manifesto que, afirmou, “foi escrito em sessão livre e democrática, regimentalmente convocada e reunida, com pleno debate e liberdade de pensamento e opinião”. [...]

Manifesto: O manifesto, na íntegra, é o seguinte: “A União Brasileira de Escritores vem, perante a Nação Brasileira, demonstrar solidariedade e simpatia a cada um, em particular dos intelectuais com direitos cassados, lares invadidos, afastamento ou perda de empregos, ou processados por defesa de idéias.

Levando-lhes o conforto de sua atitude, a UBE pratica a única iniciativa que lhe é facultada, nas circunstâncias.

Usa o ensejo, ainda, para manifestar seu inconformismo, que é também de toda intelectualidade brasileira, ante o fato e a situação que ele espelha. Apela para as autoridades da República e as forças políticas legalmente instituídas, no sentido de pleitear a urgente convergência de esforços pelo restabelecimento da ordem jurídica com as garantias ao pensamento, no Brasil.

A UBE, estatutariamente posta à margem da vida política, não entra na apreciação do mérito dos fatos políticos ocorridos, mas acredita na possibilidade de ver a realização de seus propósitos sem encarceramento de escritores nem perseguição de idéias, cuja inutilidade a História demonstra.”

Manifesto à Nação defende liberdade

(Publicado no jornal *Correio da Manhã*, 14 de março de 1965, p.32)

É o seguinte, na íntegra o **Manifesto à Nação** lançando ontem como uma condenação a “tôdas as tentativas de restrições aos direitos individuais e de suspensão das liberdades públicas”:

“Enquanto não se restabelecer a legalidade democrática, dentro do princípio da independência e da harmonia dos Podêres, com respeito às decisões dos Tribunais e do Juízes, à soberania dos órgãos legislativos e à integridade de cada pessoa e cada família, o Brasil não conseguirá fixar o seus objetivos e lançar-se à sua conquista, com a coragem e paciência que os grandes problemas do País estão a exigir.

Não pode a Nação viver em clima de intolerância e de opressão, perdendo a clara visão de suas responsabilidades presentes e das suas possibilidades futuras.

Conclamamos o povo e tôdas as fôrças políticas para a plena restauração do regime federativo, das liberdades democráticas e dos direitos individuais, tais como expressos na Constituição da República e na Declaração Universal dos Direitos do Humanos.

Esperando que todos os brasileiros, de todos os setores sociais e de todo o País, trabalhem nesse sentido, encaramos como imperativo nessa hora atual:

- A garantia irrestrita dos direitos de opinião, associação, reunião e propaganda;
- A reintegração, na plenitude dos seus direitos civis e políticos, de todos os cidadãos, sem restrições e nenhuma discriminação;
- A cessão dos inquéritos policiais-militares de natureza política;
- A libertação de prêso políticos;
- A realização das eleições municipais, estaduais e federais em 1965 e 1966;
- A proscrição de tôdas as manobras prorrogacionistas ou intervencionistas;
- A suspensão das intervenções nos sindicatos de trabalhadores e nas associações e diretórios de estudantes;
- O respeito à liberdade, de cátedra e à autonomia universitária;

Condenamos tôdas as tentativas de restrições aos direitos individuais e de suspensão das liberdades públicas; a delação, a violência e a tortura; o obscurantismo e o terror cultural e toda sorte de discriminações políticas, culturais, religiosas, ideológicas e raciais.

Rejeitamos as decisões de política econômica e financeira que – com o sacrifício do povo pelo aumento do custo de vida e pela pressão salarial – se baseiem na alienação da riqueza nacional, alterem o estatuto das empresas de propriedade estatal ou acarretem no enfraquecimento das entidades da economia mista; e as que, a pretexto de estímulo aos investimentos estrangeiros, causem prejuízo à iniciativa privada tipicamente nacional.

E denunciaremos como contrárias aos legítimos interesses nacionais todas as medidas que estão levando à progressiva transferência para o exterior dos centros de decisão sobre a economia, as finanças, o planejamento e a política internacional do Brasil.

Desta maneira, na busca de soluções democráticas para a grave crise política nacional, resolvemos lançar o Manifesto Nacional pela Democracia e Desenvolvimento, dirigindo esta conclamação a todos os brasileiros, para que dêem a sua adesão, individual ou coletiva, aos seguintes objetivos de reintegração do país no império da lei, na ordem democrática e na plena vigência da Constituição Federal de 1946:

- 1) A defesa intransigente dos direitos e garantias individuais e políticas;
- 2) A luta pela realização das eleições de 1965 e 1966 como condição necessária à redemocratização do país;
- 3) A convocação de uma Conferência Nacional pela Democracia e Desenvolvimento, com vistas a fixação dos objetivos brasileiros, em termos de respeito à soberania nacional e às características e peculiaridades de nossa formação cultural, para a garantia de que caberá ao Brasil e ao seu povo governarem-se sem tutelas internacionais ou externas”.

Signatários: São os seguintes os signatários do documento: Alceu Amoroso Lima (escritor); Alfredo Ceschiatti (escultor); Alfredo Marques Viana (editor); Aloísio Magalhães (pintor); Anísio Teixeira (educador); Antonio Callado (jornalista); Antônio Figueira Filho (estudante); Antonio J. Chediak (professor); Augusto Rodrigues (pintor); Augusto Villas-Boas (jornalista); Ayres da Mata Machado (professor); Barbosa Lima Sobrinho (escritor); Bavard Demaria Boiteaux (professor); Berilo Dantas (jornalista); Bolívar de Freitas (professor); Cândido de Oliveira Neto (advogado); Carlos Diegues (cineasta); Carlos Heitor Cony (escritor); Carlos Ribeiro (editor); Celina Nara Teles (viúva de Ladário Teles); Cícero Sandroni (editor); Cláudio Melo e Souza (Cônego); Antônio de Paulo Dutra (jornalista); Danton Jobim (jornalista); Darwin Brandão (jornalista); Dias Gomes (teatrologista); Domar Campos (economista); Durval Lôbo (urbanista); Edgar Mata Machado (professor); Edmundo Moniz (jornalista); Edson

Cabral (jornalista); Eduardo Augusto Viana (estudante); Eduardo Frieiro (escritor); Eduardo Portella (escritor); Edu Lobo (compositor); Fernando de Azevedo (sociólogo); Fernando Barbosa (estudante); Flávio Rangel (teatrólogo); Flávio Tavares (jornalista); Florestan Fernandes (sociólogo); Fortuna (caricaturista); Glauco de Oliveira Campelo (arquiteto); Gulater Loyola (jornalista); Hélio de Almeida (engenheiro); Hermano Alves (jornalista); Ítalo Campofiorito (arquiteto); Jaime Tiommo (físico); João Batista Mesquita (estudante); João Carlos Alvim Corrêa (advogado); João Carlos Meirelles (advogado); João Cruz Costa (professor); João Filgueiras Lima (arquiteto); João do Valle (compositor); Joaquim Pedro de Andrade (cineasta); Joel Silveira (jornalista); Jorge R. Salles (estudante); José Gregori (advogado); José Gonçalves Fontes (jornalista); José Honório Rodrigues (historiador); Josemar Dantas (jornalista); José Louzeiro (escritor); José Mauro (jornalista); José Teixeira (estudante); Limeira Tejo (escritor); Luis Aberto Barreto Leite (jornalista); Luis Carlos Barreto (cineasta); Luiza Barreto Leite (atriz); M. Cavalcanti Proença (escritor); Marcelo Alencar (advogado); Márcio Moreira Alves (jornalista); Marcus Pereira (publicitário); Mário Carneiro (cineasta); Mário da Cunha (jornalista); Mário Magalhães (médico); Mário Martins (jornalista); Mário Mazzei Guimarães (jornalista); Mário Pedrosa (escritor); Maurício Roberto (arquiteto); Mauro Lins e Silva (médico); Millôr Fernandes (escritor); Moacyr Werneck de Castro (jornalista); Nadja Andrade (professôra); Néelson Pereira dos Santos (cineasta); Néelson Rossi (professor); Newton Carlos (jornalista); Nilo Dante (jornalista); Oduvaldo Viana Filho (teatrólogo); Oscar Niemeyer (arquiteto); Osiris Lopes Filho (estudante); Oswaldo Gusmão (advogado); Otto Maria Carpeaux (escritor); Paulo Duarte (professor); Paulo Francis (jornalista); Paulo Ribeiro (advogado); Raimundo Magalhães Júnior (escritor); Reinaldo Jardim (jornalista); Roberto Faria (cineasta); Roberto Lyra (professor); Roberto Chaer do Nascimento (estudante); Rui Guerra (cineasta); Sabino Barroso (arquiteto); Sérgio Buarque de Holanda (historiador); Sérgio Cabral (jornalista); Sérgio Tostes (estudante); Tarcísio de Holanda (jornalista); Theresa Cesário Alvim (jornalista); Wilson Rahal (jornalista).



Antônio Callado • Carlos Heitor Cony são postos no tintureiro. Até agora permanecem presos.

400 INTELECTUAIS PELA LIBERDADE DOS QUE PROTESTARAM ANTE A OEA

AAP 64.02.17

CONCENTRAÇÃO POPULAR DIA 13 DE MARÇO NA CENTRAL DO BRASIL

Aos Trabalhadores e ao Povo em Geral

As entidades sindicais e organizações que subscrevem esta convocação, na qualidade de autênticas e legítimas representantes de todas as categorias profissionais de trabalhadores da cidade e do campo, dos servidores públicos civis e militares, dos estudantes e das demais camadas e setores populares, juntamente com a Frente Parlamentar Nacionalista, convocam os trabalhadores e o povo em geral para participarem da CONCENTRAÇÃO POPULAR que será realizada no próximo dia 13 de março (sexta-feira), com início às 17,30 horas, na Praça da República (lado da Central do Brasil) e para a qual está convidado, e comparecerá, o senhor Presidente da República.

Os trabalhadores e o povo em geral demonstrarão, nessa oportunidade, que estão decididos a participar, ativamente, das soluções para os problemas nacionais e manifestarão sua inabalável disposição a favor das reformas de base, entre as quais a agrária, a bancária, a administrativa, a universitária e a eleitoral, que querem ver concretizadas neste ano de 1964.

De igual forma, manifestando em praça pública a defesa das liberdades democráticas e sindicais, exigiremos também a extensão do direito de voto aos analfabetos, soldados, marinheiros e cabos, e elegibilidade para todos os eleitores, bem como a necessidade da imediata anistia a todos os civis e militares indiciados e processados por crimes políticos e pelo exercício de atividades sindicais.

Conclamamos os trabalhadores e o povo em geral para essa demonstração cívica de unidade e patriotismo, na defesa das soluções populares e nacionalistas para os problemas brasileiros, certos de que ao povo compete, legitimamente, traçar os rumos definitivos dos destinos nacionais e de que, de sua mobilização, depende o êxito de qualquer programa que vise ao atendimento das necessidades sociais e dos supremos interesses da Nação, como a reformulação da política econômico-financeira e de medidas outras que conduzam ao fortalecimento do monopólio estatal do petróleo e a ampliação da Petrebrás, e à efetivação da Reforma Agrária, como a declaração de utilidade públi-

2

ca ou de interesse social para efeito de desapropriação e entrega aos camponeses sem terra, das áreas inaproveitáveis situadas às margens dos açudes, ferrovias e rodovias, cujo Decreto deverá o Presidente da República assinar na oportunidade daquele ato público.

TUDO PELA UNIDADE DO POVO E AMPLIAÇÃO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA!

TUDO PELA CONCRETIZAÇÃO DAS REFORMAS DE BASE!

TUDO PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS E SINDICAIS!

TODOS A CONCENTRAÇÃO POPULAR DO DIA 13 DE MARÇO, AS 17,30 HORAS, NA PRAÇA DA REPÚBLICA!

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1964

Dante Pellacani — Comando Geral dos Trabalhadores.

Clodsmidt Riani — Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria.

Alfredo Pereira Nunes — Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos.

Aluizio Palhano — Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito.

Lindolfo Silva — Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

Dante A. Menezes — Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio.

João Ayrton Santos — Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres.

Carlos Taylor — Confederação dos Servidores Públicos do Brasil.

Carlos Alberto Costa Pinto — Federação Nacional dos Jornalistas.

Wilson Reis — Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Telegráficas, Radiotelegráficas e Radiotelefônicas.

Rafael Martinelli — Federação Nacional dos Ferroviários.

Ênio Silveira — Comando dos Trabalhadores Intelectuais.

José Paulo da Silva — União dos Portuários do Brasil.

Marcelo Cerqueira — União Nacional dos Estudantes.

Bisneier Maiani — União dos Previdenciários do Brasil.

Oswaldo Pacheco da Silva — Pacto de Unidade e Ação.

Hércules Corrêa dos Reis — Comissão Permanente das Organizações Sindicais.

Olimpio Mendes — União Brasileira dos Estudantes Secundários.

Sérgio Magalhães — Frente Parlamentar Nacionalista.

Anna Montenegro — Liga Feminina da Guanabara.

José Manoel de Melo — União Brasileira dos Servidores Postais e Telegráficos.

REUNIÃO

ANO I — RIO DE JANEIRO, 3 DE NOVEMBRO DE 1965 — N.º 3 — PREÇO: CRS 400

AGONIA DA LIBERDADE

PÁGINA 3

Quem quer
a ditadura
no Brasil

PAG. 16

COLABORAM:

Antônio Houaiss, Carlos
Heitor Cony, Carmen da Sil-
va, Ênio Silveira, Gilberto
Paim, Hermano Alves, Ja-
guar, Newton Carlos, Otto
Maria Carpeaux, Paulo
Francis e Tristão de Athayde



Maria Lúcia Dahl, estrela de Menino de Engenho

PAG. 20

Masculinização Da Moda Feminina

ATENDE-SE A PEDIDOS PELO

REEMBOLSO POSTAL

Não romances de Aguiar Silva:
Cristo partido ao meio
O brasileiro brasileiro é o tema deste fascinante romance de um jovem escritor que já tem o seu lugar marcado nas letras nacionais.
Cr\$ 1.800,

Contos de Hemingway
Contos que reúnem os mais belos contos de um dos maiores escritores de todos os tempos que também um homem e um serviço de ideias geniais.
Cr\$ 2.000,

Tornovski, a Condessa Libertina
Empolgante romance de Miss Hux que aborda os mistérios da sociedade feminina e reconstrói a sociedade europeia de de siela. A história de uma mulher sexy e neoclássica.
Cr\$ 3.500,

O Golpe de Abril
de Edmundo Mota
Análise minuciosa do que realmente se passou no golpe de 19 de abril de 1964.
Cr\$ 1.800,

Cultura posta em questão
Um livro altamente polémico de Ferreira Gullar que debate, entre outros temas, a situação da cultura brasileira, a marginalidade do pintor, a morte cultural da arte e a função do artista.
Cr\$ 2.000,

Até quarta, Isabel!
Um livro compacto e humano: Este pequeno livro é uma carta que Francisco Jellás dirige à sua filha Isabel, nascida no último dia de março, mas que o pai só veio conhecer dois meses depois, quando já se encontrava encarcerado.
Cr\$ 1.200,

A vida de Lima Barreto
de Francisco de Assis Barbosa
Reconstituição fiel e minuciosa da vida de um dos maiores escritores brasileiros que foi, a um só tempo, o mais engajado e o mais desinteressado dos nossos intelectuais.
Cr\$ 5.000,

Escritores Brasileiros contemporâneos
24 séries
20 séries e inteligentes reportagens de Renata Pires que revelam a vida e a obra de escritores intelectuais. Livro que interessa a todos os estudantes, e complementado por uma antologia formada de textos escolhidos pelos próprios autores.
Cr\$ 5.000,

O infeliz amor de Sôror Mariana
A história dos amores e das cartas de Sôror Mariana de Beira da tentada e inesperada pelo seu marido, o doutor da Universidade de Coimbra em Portugal.
O texto francês e a tradução portuguesa desta obra-prima da literatura europeia do século XVII.
Cr\$ 2.200,

A Revolução das mulheres e A greve do Sexo (Liberdade)
duas peças de ARISTOFANES traduzidas e adaptadas por Maria da Graça Ruy. O claro riso da Grécia Antiga satirizando a estrutura social e proibida das reformas de base.
Cr\$ 1.800,

DOIS NOVOS LIVROS DE Nelson Werneck Seabra
Ofício de escritor
ensino que discute a dialética entre a literatura, a posição e os problemas do escritor.
Cr\$ 2.000,

O Naturalismo no Brasil
e mais completo e objetivo estudo já publicado em nossa língua sobre a história literária liderada por Zola, Émile e Alceu Azevedo.
Cr\$ 2.500,

As sementes da liberdade
Uma visão dramática de como o povo angliano luta por sua liberdade. Em romances, poemas e manifestos.
Sob o nome de liberdade, a opressão colonial portuguesa no Brasil e a situação de pobres, negros e mestiços marginalizados pelo imperialismo estrangeiro.
Cr\$ 2.200,

Lukács,
o maior crítico literário contemporâneo, pela primeira vez editado no Brasil.
Ensaio sobre literatura
reúne lucidos e agudos estudos sobre Balzac, Stendhal, Shakespeare, Dostoevski, Goethe, Schiller, Thomas Mann, Kafka e Engels.
Cr\$ 2.500,

Conciliação e reforma no Brasil
(um ensaio histórico-político)
José Honório Rodrigues neste livro provocou debates ferozes, mas é de fato uma obra de valores comuns ou de ideias verdadeiramente inovadoras no campo da história do Brasil.
Cr\$ 3.000,

Em Ideologia do Colonialismo
desenvolvida, respaldada, o ensaio Nelson Werneck Seabra estuda e interpreta o pensamento de certos intelectuais brasileiros que, desviados ou inconscientemente, eram porta-vozes de uma ideologia colonialista.
Cr\$ 2.800,

MANHÃ SURDEM LIVROS VIBRANTES:
O Brasil no espelho do mundo
de Ota Maria Carpeles
Crônicas a um tempo internacionais e nacionais que revelam a face do Brasil no cenário mundial de uma época dramática e sóbria.
Cr\$ 2.200,

O LIVRO É A CHAVE DA LIBERDADE

18

novas e importantes edições.

RUA 7 DE SETEMBRO, 97 - RIO DE JANEIRO - GB

EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S. A.

[illegible]

Charge do cartunista Fortuna. Correio da Manhã, 25/11/1965.



Charge do cartunista Fortuna mencionando a libertação de Ênio Silveira depois de sua prisão e do seu envolvimento com o chamado “IPM da Feijoadá”. Correio da Manhã, 05/06/1965, p. 05.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luis. Carro zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (org). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Cia das Letras, 1989, v.4.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- ALVIM, Thereza Cesário. *O golpe de 64: a imprensa disse não*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- AZEVEDO, Isabel Cristina Alencar de. *Revista Civilização Brasileira (1965-1968): produção cultural em revista*. (dissertação de mestrado em Letras) – Faculdade de Letras da UFRJ, 1999.
- BACHA, Edmar; KLEIN, Herbert S. *A transição incompleta: Brasil desde 1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- BANDEIRA, Moniz. *O caminho da revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Melso, 1962.
- BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: EdUnesp, 1997.
- CALLADO, Antonio. “Este é um país hostil a editores e hortênsias”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 20 de janeiro de 1996.
- CALLADO, Antonio. *Tempo de Arraes: a revolução sem violência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 3ªed.
- CAMPOS, Roberto. “Cultura e desenvolvimento”. *Introdução aos problemas do Brasil*. Rio de Janeiro: ISEB, 1956.
- CARONE, E. *O PCB*. São Paulo: Difel, 1982.
- CASTRO, Moacyr Werneck de. “Ênio”. *Jornal do Brasil*, 16 de Janeiro de 1996.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CHRISTOFARO, Paulo Rubens Paterno. *Revolução, nacionalismo e democracia na Revista Civilização Brasileira*. Mestrado em História, PUC-SP, 1992.
- CONY, Carlos Heitor. “Réquiem para um escoteiro”. *Folha de São Paulo*, 22 de janeiro de 1996.
- CONY, Carlos Heitor. *O ato e o fato*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- CONY, Carlos Heitor. *Pessach, a travessia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- CORBISIER, Roland. “Irreparável mesmo”. *Correio das Artes*, (suplemento literário do jornal *A União*), João Pessoa, 17 de março de 1996.
- CORBISIER, Roland. *Formação e problema da cultura brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1959.

- COUTINHO, Carlos Nelson. *As esquerdas e a democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil ensaios sobre idéias e formas*. Rio de Janeiro: DP&A. 2000.
- NAPOLITANO, Marcos. *Seguindo a canção: engajamento político e indústria cultural na trajetória da música popular brasileira (1959-1969)*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001.
- DOCUMENTOS DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (1960-1975). Lisboa: Avante, 1995.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.
- FELIX, Moacyr (org.) *Ênio Silveira: arquiteto de liberdades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- FELIX, Moacyr (org.). *Violão de rua – poemas para a liberdade*. Vols. I, II. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1962.
- FELIX, Moacyr (org.). *Violão de rua – poemas para a liberdade*. Vol. III. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963.
- FELIX, Moacyr, Depoimento a Jalusa Barcellos. In: BARCELLOS, Jalusa. *CPC: uma história de paixão e consciência*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- FIGUEIREDO, Wilson. A margem esquerda. In: DINES, Alberto. *Os idos de março e a queda de abril*. Rio de Janeiro: José Álvaro Editor, 1964. p. 193-246.
- FRANCIS, Paulo. *Trinta anos esta noite: 1964, o que vi e vivi*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. “O tempo das ilusões”. In: CHAUI, Marilena et alli. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- FREDERICO, Celso. A política cultural dos comunistas. In: MORAIS, João Quartim de (org.) *História do marxismo no Brasil, III*. Campinas: Edunicamp, p.274-304, 1998.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. As falas, os silêncios: literatura e imediações de 1964-1988). In: SCHWARZ, Roberto; SOSNOWSKI, Saul (orgs.). *Brasil: o trânsito da memória*. São Paulo: Edusp, 1994.
- GARCIA, Marco Aurélio. Os intelectuais e os partidos de esquerda. IN: SOARES, M.S. Arrosa. *Os intelectuais nos processos políticos da América Latina*: Porto Alegre: UFRGS, 1985.
- GASPARI, Elio; VENTURA, Zuenir; HOLLANDA, Heloisa Buarque. *Cultura em trânsito: da repressão à abertura*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- GOMES, Dias. “Ênio: um herói da resistência”. *O Dia*, Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1996.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987. 2.ed.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969. Trad. Carlos Nelson Coutinho.

GULLAR, Ferreira. “Ênio presente”. *Correio das Artes*, (suplemento literário do jornal *A União*), João Pessoa, 17 de março de 1996.

GULLAR, Ferreira. *Cultura posta em questão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

GULLAR, Ferreira. *Rabo de foguete: os anos de exílio*. Rio de Janeiro, Revan, 1998.

GULLAR, Ferreira. *Vanguarda e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

HABERMAS, Jürgen. *A mudança estrutural da esfera pública*. São Paulo: Tempo Brasileiro, 1981.

HABERMAS, Jürgen. Do jornalismo literário aos meios de comunicação de massa. In:

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Cultura e participação nos anos 60*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Impressões de viagem*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HOUAISS, Antônio. “Chama viva de vida”. *Correio das Artes*, (suplemento literário do jornal *A União*), João Pessoa, 17 de março de 1996.

IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

IANNI, Octavio. O Estado e a organização da cultura (1964-1978). In: *Encontros com a Civilização Brasileira*, n.01, julho de 1978. p.216-241.

IANNI, Otávio. *Imperialismo e cultura*. Petrópolis: Vozes, 1974.

KLEIN, Lúcia; FIGUEIREDO, Marcus F. *Legitimidade e coação no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

KONDER, Leandro. “O Francis liberal peca pela intolerância”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 19 de março de 1994.

KONDER, Leandro. “Sua excelência: Ênio Silveira”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1996.

KONDER, Leandro. *Intelectuais brasileiros & marxismo*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.

KONDER, Leandro. *O marxismo na batalha das idéias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta, 1991.

LIMA, Alceu Amoroso. *Revolução: reação ou reforma*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1964.

MANNHEIM, Karl. *Ensayos de sociología de la cultura*. Madrid: Aguilar, 1957.

MARCUSE, Herbert. O caráter afirmativo da cultura. In: *Cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p.89-136.

MARTINS, Carlos Estevam. *A questão da cultura popular*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1963.

MICELI, Sergio (org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo, Vértice/Idesp, 1989 2vol.

MOREL, Edmar. *O golpe começou em Washington*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ática, 1980.

MOTTA, Luiz Eduardo Pereira da. *A época de ouro dos intelectuais vermelhos – uma análise comparativa das revistas Tempo Brasileiro e Civilização Brasileira (1962-1968)*. Dissertação de mestrado em Sociologia. IFCS, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994.

OLYMPIO, José. Depoimento ao *Jornal do SNEL*, ano 6, n.1, de fevereiro de 1988.

ORTIZ, R. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985

PAULO NETTO, José. Em busca da contemporaneidade perdida: a esquerda brasileira pós-64. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000): a grande transação*. São Paulo: Editora Senac, 2000. p.219-246.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990.

PEREIRA, Monica de S. Gouvêa França. “Anhembi: criação e perfil de uma revista de cultura”. *Textos IDESP*, 1987. (Série História das Ciências Sociais).

PINTO, Álvaro Vieira. *Ideologia e desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro: ISEB, 1959.

PROKOP, Dieter. “A esfera pública”. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1985.

RANGEL, Flávio; FERNANDES, Millor. *Liberdade, Liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

RIDENTI, Marcelo *Em busca do povo brasileiro: artista da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Edunesp/Fapesp, 1993.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil. In: MORAES, João Quartim de. *História do Marxismo no Brasil*. Campinas: EdUnicamp, 1998. p.305-382.

SANT’ANNA, Afonso Romano de. “História de Ênio”. *Correio das Artes* (suplemento literário do jornal *A União*), João Pessoa, 17 de março de 1996.

SANTOS, Raimundo. “Crise e pensamento moderno no PCB dos anos 50”. In QUARTIM DE MORAES, João. Et alii. *História do marxismo no Brasil I*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.133-

- SANTOS, Raimundo. *Caio Prado Júnior na cultura política brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.
- SCHWARZ, Roberto. *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- SCHWARZ, Roberto. *Seqüências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.
- SEGATTO, José Antonio. *Reforma ou revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- SERPA, Miguel Pereira. *O cinema novo na Revista Civilização Brasileira*. Tese de doutoramento – Escola de Comunicação e Artes (ECA), FFLCH/USP, 2001.
- SILVA, Maria Clara da Silveira Pereira da. *O Partido Comunista e a Revista Civilização Brasileira*. (comunicação Anpuh, RJ, 1998).
- SILVA, René Marc da Costa. *A cidadania em revista: intelectualidade, política e a questão racial na Revista Civilização Brasileira*. Brasília, (dissertação de mestrado em História) – Universidade de Brasília. 1993.
- SILVEIRA, Ênio. “Civilização Brasileira, primeiros tempos”. *CBL Informa- Revista Mensal da Câmara Brasileira do Livro*, n.126, setembro, 1993.
- SILVEIRA, Ênio. “Memórias provocadoras de um editor também”. *Leia*, n.143, 1990.
- SILVEIRA, Ênio. “O homem da Civilização Brasileira”. (entrevista). *Atenção!*, n.3, 1996.
- SILVEIRA, Ênio. “O PEN Club na visão de um editor”. *Convivência*, Rio de Janeiro: PEN Club do Brasil, 1992.
- SILVEIRA, Ênio. Depoimento ao *Jornal SNEL*, n.2, junho de 1988.
- SILVEIRA, Ênio. *Editando o editor*. São Paulo: Edusp/Com-Arte, 1992. Entrevista organizada por Marta Assis de Almeida, Magali Oliveira Fernandes, Mirian Senra e Jerusa Pires Ferreira.
- SILVEIRA, Ênio. Epístola ao Marechal. In: *Revista Civilização Brasileira*, n.4, set/1965.
- SILVEIRA, Ênio. Prefácio a Carlos Heitor Cony in *O ato e o fato*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964.
- SOARES, Maria Susana Arrosa (org.). *Os intelectuais nos processos políticos da América Latina*. Porto Alegre: EdUFRGS, 1985.
- SODRÉ, Nelson Werneck. “Moacyr Félix, o poeta”. *Jornal do Comércio*, 21 de agosto de 1995.
- SODRÉ, Nelson Werneck. “Posição e responsabilidade dos intelectuais”. *Encontros com a Civilização Brasileira*, n.1, 1979.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A fúria de Calibã: memórias do golpe de 64*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

SODRÉ, Nelson Werneck. Quem é o povo no Brasil. In: *Cadernos do Povo Brasileiro*, n.02. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Síntese da cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1977.

TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo de Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1983. 12.ed.

VENTURA, Zuenir. *1968, o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VIEIRA, Luís Renato. *Consagrados e malditos: os intelectuais e a Editora Civilização Brasileira*. Brasília: EdUnB, 1996.

WEFFORT, Francisco Correa. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. São Paulo, Paz e Terra, 1992.

XAVIER, Andrea Lemos. *Civilização Brasileira: revista e editora – uma trajetória como veículo de contra-hegemonia*. (comunicação na Anpuh RJ, 1998).